AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

SC16472-61/34/9

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Oitava Sessão Ordinária
23 – 28 Janeiro de 2016
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/931(XXVIII)Rev.1
Original: Inglês

RELATÓRIO ANUAL DA PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

PARA O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

Índice

Parte A: Visão Geral da Presidente

África em 2015: Construir a África que queremos; 2015 Ano do Empoderamento da Mulher para a concretização da Agenda 2063; Transformação, Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento; Revolução Africana de Competências; Uma África Democrática que pertença a todos; Alterações Climáticas e Condições Meteorológicas Extremas; Estado da Integração Africana; Cidades Africanas e Urbanização; Cultura, Património e Identidade; Narrativa Africana e Pan-africanismo; Migração; o lugar de África no mundo; Capacidade Institucional; e Projectos Emblemáticos da Agenda 2063.

Parte B: Relatório das Actividades da Comissão da UA

Destaques de 2015; Reuniões dos Órgãos Deliberativos; Operacionalização dos Comités Técnicos Especializados; Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.

Implementação do 3º Plano Estratégico da CUA (2014-2017)

1º Resultado. Democracia, Paz, Boa Governação e Direitos Humanos (páginas __a__): Promover a realização de eleições livres, justas e pacíficas; Direitos Humanos e dos Povos e Constitucionalismo; Paz e Segurança; Combate ao Terrorismo; Edificação da Paz e Resolução de Conflitos; Mulher, Paz e Segurança; Sectores Públicos e Administração Local para o Desenvolvimento e Centrados nas Pessoas; Arquitectura Africana de Governação; Promoção de instrumentos jurídicos e dos valores comuns; Combate à impunidade; Criação da capacidade jurídica; Celebração de Acordos e Memorandos de Entendimento.

2º Resultado. Agricultura, gestão de recursos naturais, segurança alimentar (páginas __a__): Política Africana Comum de Desenvolvimento Agrícola; Iniciativa da Política Fundiária e Governação; Agricultura Ecológica e Orgânica; Iniciativas de Crescimento de África e da Nova Aliança; Desenvolvimento da Pecuária; Pesca e Aquicultura; Água e Saneamento; Grande Muralha Verde do Saara/Sahel e Combate à Desertificação; Redução do Risco de Calamidades, Meteorologia, Clima e Monitorização do Ambiente para a Segurança; Agência de Capacidade Africana de Risco; Combate ao Comércio Ilícito de Fauna e Flora Selvagens; Gestão dos Recursos Florestais; Estratégia Continental do Agronegócio; Programa de Capacitação em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias; e Parceria para o Controlo das Aflatoxinas em África.

3º Resultado. Desenvolvimento económico inclusivo e industrialização (páginas __a__): Crescimento inclusivo e sustentável;

Visão Africana de Mineração; Desenvolvimento Industrial Acelerado de África; Estratégia Africana de Produtos de Base; Desenvolvimento do Sector Privado; Estratégia Marítima e Economia Azul; Negociações sobre a Zona de Comércio Livre Continental; Cooperação Aduaneira e Facilitação do Comércio; Comércio de Serviços; Negociações Comerciais Multilaterais e Comércio Africano com o resto do mundo; Turismo; Trabalho e Emprego; Migração e Remessas; Instituições Financeiras Pan-africanas; Programa de Desenvolvimento das Estatísticas: Desenvolvimento e Integração de Infra-estruturas; Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas; Desenvolvimento dos Transportes; Estratégias e Iniciativas de Desenvolvimento de Energia; Comunicações e Tecnologias de Informação; e Harmonização de Políticas e Regulamentos e Estratégias para o Desenvolvimento dos Serviços dos Correios.

4º Resultado. Saúde, educação, ciência e tecnologia, investigação e emprego (páginas __a__): Vidas saudáveis e bem-estar para todos, em todas as idades; VIH, SIDA, Malária e Doenças Infecciosas, incluindo a Doença do Vírus do Ébola; Nutrição, Saúde e População; Controlo de Drogas; e Desporto. Cidadãos bem instruídos, uma revolução de competências sustentada pela ciência, investigação e inovação; Promoção do ensino básico universal e de qualidade; Desenvolvimento e harmonização do ensino superior africano; Desenvolvimento de Competências & Ensino e Formação Técnica e Profissional (EFTP); Revisão da Segunda Década da Educação para África; Estratégia Continental de Educação para África (2016-2025); Estratégia da Ciência, Inovação e Tecnologia para África; e Investimento na juventude africana e na mulher.

5º Resultado. Mobilização de Recursos para permitir a auto-suficiência africana (páginas __a__): Fontes alternativas de financiamento; mobilização de recursos e financiamento da Agenda 2063; Combate aos fluxos financeiros ilícitos; Mobilização de financiamento dos parceiros.

6º Resultado. Uma União centrada nas Pessoas (páginas __a__): Plataformas das partes intervenientes; ECOSOCC; Redes Regionais da Diáspora; Projecto-piloto do Corpo de Voluntários da Diáspora Africana. Comunicações, divulgação e narrativa africana;

7º Resultado. Capacidades institucionais e relações com as CER, Órgãos da UA e Parceiros (páginas __a__): Actividades de reforço da governação corporativa, melhoria da eficiência operacional e redução dos custos operacionais; Integração do Género na Comissão; Planificação, Monitorização e Avaliação e Gestão do Conhecimento. Relações com as CER, Órgãos e outros Parceiros Continentais; Preparativos para as Eleições para os Órgãos e Comissão da UA em 2016; Acreditações junto da UA; Escritórios de Representação e de Ligação da UA.

O lugar da África no mundo; Parcerias Globais; Participação em Fóruns Multilaterais.

Parte C: Conclusão

Recomendações e Questões para a tomada de Decisão; Questões para a tomada de Decisão decorrentes dos Departamentos da CUA; Questões para a tomada de decisão decorrentes dos CTE. Desafios e Destaques para 2016; e o Ano dos Direitos Humanos.

Abreviaturas

AAEA	Associação das Autoridades Eleitorais Africanas
BCA	Banco Central Africano
ACBF	Fundação Africana de Reforço das Capacidades
ACDEG	Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação
CACD	Centro Africano de Controlo de Doenças
ACS	Carta Africana de Estatística
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AFR100	Iniciativa de Restauração da Paisagem das Florestas Africanas
AGA	Arquitectura Africana de Governação
BAI	Banco Africano de Investimento
IAR	Instituto Africano de Remessas
AGOA	Lei de Crescimento e Oportunidade para África
AIDA	Desenvolvimento Industrial Acelerado de África
FMA	Fundo Monetário Africano
AMISOM	Missão da União Africana para a Somália
AMLA	Atlas Africano de Legislação Mineira
AMV	Visão Africana de Mineração
APSA	Arquitectura Africana de Paz e Segurança
ARC	Capacidade Africana de Risco
ARIS	Sistema de Informações sobre Recursos Animais
ASEOWA	Apoio da União Africana ao Surto da Doença do Vírus do Ébola na África Ocidental
ASRO	Organização Africana de Normalização
CUA	Comissão da União Africana
AU-YVC	Corpo de Jovens Voluntários da União Africana
AXIS	Sistema Africano de Intercâmbio de Internet
BIAT	Promoção do Comércio Intra-africano
BRIDGE	Criação de Recursos em Democracia, Governação e Eleições
CAADP	Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África
CAHOSC	Comité de Chefes de Estado e de Governo sobre Alterações Climáticas
CARMMA	Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África
RCA	República Centro Africana
CESA 16-25	Estratégia Continental de Educação para África (2016-2025)
CIDO	Direcção dos Cidadãos e da Diáspora
ZCLC	Zona de Comércio Livre Continental
CHSTP	Projecto Continental do Comboio de Alta Velocidade
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral

CTS	Habilidades Técnicas Essenciais
DIC	Departamento de Informação e Comunicação
DPA	Departamento de Assuntos Políticos
DREA	Departamento de Economia Rural e Agricultura
DSA	Departamento de Assuntos Sociais
CAO	Comunidade da África Oriental
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EPT	Campanha de Educação para Todos
EMB	Órgão de Gestão Eleitoral
EOA	Agricultura Ecológica e Orgânica
APE	Acordos de Parceria Económica (União Europeia)
UE	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GHoA	Grande Corno de África
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
BIRA	Bureau Inter-africano para os Recursos Animais
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
HRO	Observador dos Direitos Humanos
HRST	Departamento de Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia
IDEP	Instituto de Planificação e Desenvolvimento Económico
JLMP	Programa Conjunto de Migração Laboral
KAP	Plano de Acção de Kigali sobre Água e Saneamento
LAP	Programa da UA de Juristas Associados
LiDeSA	Estudo de Desenvolvimento da Pecuária para África
LOI	Carta de Intenções
LPI	Iniciativa da Política Fundiária
MESA	Monitorização da Segurança Ambiental em África
MdE	Memorando de Entendimento
NPCA	Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD
OLC	Gabinete do Conselheiro Jurídico
PACA	Parceria para o Controlo das Aflatoxinas em África
PAFO	Organização Pan-Africana de Agricultores
PAIC	Código de Investimento Pan-Africano
PANeN	e-Rede Pan-Africana
PANVAC	Centro Pan-Africano de Vacinação Veterinária
PAQAAF	Quadro Pan-Africano de Garantia de Qualidade e Acreditação
PASE	Bolsa de Valores Pan-Africana

UPA	Universidade Pan-Africana
PIDA	Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
CRP	Comité de Representantes Permanentes
CPS	Conselho de Paz e Segurança
PSD	Departamento de Paz e Segurança
RUFORUM	Fórum das Universidades Regionais para Capacitação Agrícola
SAAM	Mercado Único Africano de Aviação Civil
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
STISA	Estratégia da Ciência, Tecnologia e Inovação para África
CTE	Comités Técnicos Especializados
EFTP	Ensino e Formação Técnica e Profissional
UMA	União do Magrebe Árabe
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
AGNU	Assembleia-geral das Nações Unidas
WAHO	Organização da Saúde da África Ocidental
YD	Declaração de Yamoussoukro

TABELAS, DIAGRAMAS E INFORMAÇÕES GRÁFICAS[1]

1. Quadro de Resultados Africano do Género para 2015
2. Utilizar a vantagem retardatária de África para ultrapassar o desenvolvimento
3. Representação da mulher no Parlamento durante as eleições realizadas em 2015
4. Transformação do Ensino Superior
5. Auto-estrada de Transportes da Costa Ocidental Africana
6. Projectos Emblemáticos da Agenda 2063
7. Reuniões de Órgãos Deliberativos da UA durante 2015
8. Comités Técnicos Especializados
9. Aspirações da Agenda 2063 e Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
10. Direitos Humanos, Estado de Direito e Constitucionalismo nos Programas Escolares
11. Inovação no Sector Público Africano
12. Urbanização, Cidades e Habitat 3
13. Arquitectura Africana de Governação
14. Década Africana dos Oceanos e Mares (2015-2025)
15. Água e Saneamento 2M4M
16. África e Alterações Climáticas
17. África e a Internet
18. Harmonização e sintonização do Ensino Superior
19. 20 Centros-modelo de EFTP
20. Mobilização de recursos internos
21. Combate aos fluxos financeiros ilícitos
22. Integração do Género na Comissão da UA

---

[1] Como adenda separada ao relatório

Parte A: Visão Geral

África em 2015: Construir a África que queremos

As aspirações da Agenda 2063 reflectem o nosso desejo de prosperidade partilhada e bem-estar, para a unidade e integração, para um continente de cidadãos livres e horizontes alargados, onde se realiza todo o potencial dos homens, mulheres e jovens, meninos e meninas e livres do medo, das doenças e da carência.

Agenda 2063 da União Africana

Durante 2015, muitos indicadores sociais, políticos e económicos continuaram a se mover na direcção certa, apesar de contratempos e desafios.

O PIB colectivo do continente ao longo dos últimos 20 anos triplicou, a taxa de analfabetismo entre adultos reduziu quase 20% desde 1990, com mais crianças na escola do que antes na nossa história e a inscrição nas universidades cresceu 16% em média por ano nas duas últimas décadas. Estamos, igualmente, a fazer progressos modestos na alteração da estrutura das nossas economias; desde 2006 tanto o sector manufactureiro como o de serviços registaram um crescimento modesto em relação à percentagem do PIB. A desigualdade continua a ser um importante desafio, com muita variação entre os países africanos. No entanto, nisto estamos igualmente a fazer progressos. Dos 35 países africanos com dados, 13 (37,1%) experimentaram um aumento na desigualdade da renda, enquanto em 19 países (54,3%), a desigualdade da renda está em declínio.

Ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento sistémico, o desemprego, a marginalização e a pobreza, que continuam a caracterizar o continente, exigem que se faça transformações profundas e mudanças mais céleres. A Agenda 2063 e o seu primeiro plano de implementação decenal é, portanto, um quadro de desenvolvimento endógeno para abordar isto, servindo como uma base para as aspirações africanas e um guia para acção para fazer face aos grandes desafios do nosso tempo, num mundo em mudança.

Este quadro de 50 anos dá um novo impulso a uma série de iniciativas continentais, na medida em que envolve todos os sectores na realização das aspirações dos povos africanos. A Agenda 2063 coloca o investimento nas pessoas no centro de todas as prioridades e aspirações: isto começa com a necessidade de uma revolução de competências e, portanto, de continuar no caminho rumo à educação universal de qualidade para todos, transformação do sector universitário, bem como do ensino profissional e formação, até à necessidade fundamental de construir sistemas de saúde universais e resilientes, e abordar as necessidades básicas através do acesso à água, saneamento e energia limpa, assim como aos serviços de saúde reprodutiva e nutrição. Inclui a transformação das economias africanas através da revolução da agricultura e agro-processamento, abordagem do problema de défice de infra-estruturas de energia, transportes, as TIC, sistemas de irrigação, armazenamento e infra-estruturas sociais,

bem como industrialização, agregação de valor, beneficiação e reforço do sector manufactureiro e de serviços, a fim de criar empregos, oportunidades económicas, reforçar o sector privado africano e aumentar a prosperidade partilhada. Identifica outros sectores chave, como as economias verdes e azuis, assim como sectores negligenciados, como o turismo, essenciais para assegurar a transformação estrutural.

Instituições democráticas, centradas nas pessoas, com uma gestão responsável e orientadas para o desenvolvimento, que facilitam o desenvolvimento nacional e regional e promovem uma cultura de paz, os direitos humanos, a igualdade do género, o respeito pela diversidade e inclusão, são fundamentais para a concretização do supracitado. Embora tenha havido retrocessos durante o ano de 2015 no Sudão do Sul, Burundi e Líbia, a Arquitectura Africana de Paz e Segurança tornou-se cada vez mais robusta para lidar com conflitos e trabalhar com vista ao desenvolvimento de um programa para silenciar as armas até 2020. Do mesmo modo, o continente realizou várias eleições com sucesso e está a tomar medidas para reforçar o compromisso com vários quadros normativos em matéria de governação, incluindo a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação, e através da operacionalização da Arquitectura Africana de Governação. Em todas estas iniciativas, as Comunidades Económicas Regionais continuam a desempenhar um papel fundamental.

Durante o ano de 2015, as cimeiras da UA adoptaram o quadro da Agenda 2063 e o primeiro plano de implementação decenal, sendo que África participou no consenso global sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pós-2015, por ocasião do 70.º Aniversário da Organização das Nações Unidas. África uniu-se nas negociações através da sua Posição Comum Africana sob os auspícios do Comité de Alto Nível para os Objectivos da Agenda Pós- 2015, presidido pela Presidente da Libéria, Sua Excelência Ellen Johnson Sirleaf. Os ODS formam parte importante dos nossos objectivos para a Agenda 2063, dentro do contexto das metas de 2030.

Devido aos esforços dos negociadores africanos, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável que foram aprovados como parte do consenso global incorporaram a essência da Posição Comum Africana. Os dezassete (17) ODS estão inseridos na Agenda 2063, Primeiro Plano de Implementação Decenal, e, portanto, aborda as especificidades de África e sua agenda de transformação mais ampla.

A Agenda 2063 tem como base o legado duradouro e fundações do Pan-africanismo; na convicção de que África deve se unir ou perecer. Portanto, o esforço de integração continua a ser a razão da existência da União Africana e do mandato fundamental das CER e da Comissão. Os projectos da Agenda 2063, que a Comissão continua a procurar materializar com as CER e os Estados-membros, tais como a Zona do Comércio Livre Continental, livre circulação de pessoas, bens e serviços, o projecto integrado de comboio de alta velocidade e outros projectos de desenvolvimento de infra-estruturas que ligam o continente, a criação de um mercado único da aviação africana, a harmonização do ensino universitário e das qualificações profissionais, e promoção da industrialização e do comércio intra-africano, visam assegurar a

aceleração da implementação dos programas que constituem os principais catalisadores da transformação na próxima década.

2015, Ano do Empoderamento da Mulher para a concretização da Agenda 2063

O tema para o ano de 2015 permitiu ao continente incidir sobre o empoderamento de meninas e mulheres, e como isso contribui para o progresso em todas as aspirações da Agenda 2063. A realização dos direitos da mulher e da rapariga é uma questão de direitos humanos, mas tem também a ver com a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e inclusivas, onde todos os cidadãos participam e são protegidos. O empoderamento da rapariga e da mulher na educação e o seu acesso aos cuidados de saúde e boa nutrição, a sua participação no mercado de trabalho e igualdade de inclusão em todas as esferas da actividade humana é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento, a paz e a prosperidade comum. Mulheres Empoderadas significam famílias saudáveis e comunidades mais instruídas, e mais mulheres nas empresas - como trabalhadoras, profissionais e em cargos de direcção - contribuem significativamente para a produtividade e o crescimento. Enquanto África continuar a usar apenas metade do seu talento irá, portanto, atrasar a nossa marcha rumo à transformação.

As actividades dos governos, das organizações de mulheres e da sociedade civil, das comunidades económicas regionais e das instituições continentais tais como a União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), a Agência de Planificação e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NPCA) e o Banco Africano de Desenvolvimento geraram sensibilização geral sobre a igualdade e empoderamento do género, 20 anos após a histórica Conferência de Pequim. A plataforma de Pequim defendeu a participação da mulher, bem como o seu acesso à educação, igualdade de remuneração por trabalho igual, bem como à protecção social, à terra e aos direitos reprodutivos. As actividades durante o ano mostraram que houve progressos, mas a pesquisa mostra que, se continuarmos ao ritmo de mudança desde Pequim, vai demorar mais de 80 anos antes de se alcançar a verdadeira igualdade do género. Isto é evidentemente inaceitável.

Pequim define a meta para pelo menos 30% da representação das mulheres em todas as esferas da actividade humana e 20 anos depois, África tem feito progressos em relação às mulheres no Parlamento e nos Ministérios conforme mostra a informação gráfica sobre o Quadro de Resultados Africano relativo à Mulher, com mais alguns países a atingir essa meta. A Comissão da UA empreendeu esforços especiais nas eleições realizadas durante o ano de 2015, incluindo mais mulheres nas missões de observação de eleições e com as organizações da sociedade civil a levantar a necessidade de eleição de mais mulheres. Em várias eleições, a sociedade civil foi providenciada salas operação para monitorizar a participação da mulher, e fez campanha para que candidatos do sexo feminino fossem eleitos. A Comissão da UA acolheu também a cimeira mundial “Mulher no Parlamento”, na sede da UA em Adis este ano, a partilha de experiências com mulheres parlamentares de todo o mundo.

Tem havido resultados variados com relação ao aumento da participação da mulher no Parlamento durante as eleições de 2015 realizadas no Benim, Burkina Faso, República Centro Africana, Egipto, Etiópia, Guiné, Madagáscar, Nigéria, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia, como ilustrado na tabela abaixo.

Durante as eleições de 2015, a representação da mulher registou um aumento marginal, ou permaneceu o mesmo, excepto na Etiópia e Sudão, que fez bem em aumentar o número de mulheres no parlamento para mais de 30%. Este avanço lento em termos de representação da mulher começa dentro de partidos políticos, aquando da nomeação de candidatos para as listas partidárias ou círculos eleitorais. Durante o ano de 2016[2], mais 20 eleições terão lugar, e a Comissão, trabalhando com o grupo feminino recém-formado da Associação Africana de Partidos Políticos e outros, tem de fazer mais para defender a representação da mulher nessas eleições.

No início de 2015, anunciamos a intenção de lançar o Quadro de Resultados Africano do Género, como um instrumento para monitorizar os progressos, partilhar as melhores práticas e incentivar os países que não tenham um bom desempenho. O 1º Prémio do Quadro de Resultados Africano do Género durante a Cimeira de Joanesburgo, em Junho de 2015, incidiu sobre um número limitado de indicadores, ou seja: representação política, inclusão financeira, participação económica, educação, mortalidade materna e acesso aos serviços básicos, como energia e água.

País	% da Mulher no Parlamento nas Eleições de 2015	% da Mulher no Parlamento nas Eleições Anteriores
1. Burkina Faso	A ser anunciada	16% (2012)
2. Benim	7%	8% (2011)
3. República Centro Africana	A ser anunciada	12.5% (2011)
4. Côte d'Ivoire	9%	9.2% (2012)
5. Egipto	14%	2% (2012)
6. Etiópia	39%	28% (2010)
7. Guiné		21.9% (2013)
8. Lesoto	25%	25% (2012)
9. Madagáscar*	23,1%	
10. Nigéria	6%	7% (2011)
11. Sudão	31%	24%(2010)
12. Tanzânia	36%	36% (2010)
13. Togo	18%	17.6% (2013)
14. Zâmbia	13%	12.7% (2011)

- Madagáscar realizou as eleição do Senado durante 2015

O Quadro de Resultados Africano do Género para 2015 mostrou que há certas áreas em que o continente está claramente a fazer progressos, incluindo a representação política, a redução da mortalidade materna e a redução das disparidades entre os géneros no ensino primário e cada vez mais no ensino secundário. Campanhas como a Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA) e a Campanha contra o Casamentos Infantil, juntamente com o compromisso

[2] Lista de países que irão realizar eleições em 2016:

demonstrado pelos nossos Ministros da Saúde, e em vários países os nossos Chefes de Estado e de Governo, são testemunho dos progressos realizados nesse domínio.

As mulheres africanas continuam claramente desfavorecidas na esfera económica. O Quadro de Resultados sobre o Género mostra que em 2015 apenas Ruanda, Burundi, Malawi, Moçambique e Tanzânia alcançaram a paridade do género em termos de participação da mulher na força de trabalho, e apenas Seychelles e Lesoto alcançaram a igualdade no sector de emprego não agrícola. A situação no que se refere à posse de empresas e mulheres em cargos de direcção sénior também deixa muito a desejar.

As mulheres são as principais produtoras de alimentos em África. De igual modo, há a evidente falta de acesso das mulheres agricultoras e trabalhadores rurais aos direitos à terra, tecnologias modernas, mercados, sementes e serviços de extensão e ao capital. Esses factores negativos têm impacto na agricultura africana como um todo e, por sua vez, no crescimento, produtividade, segurança alimentar e emprego. Somos incentivados a ver que, cada vez mais, os governos, bem como as áreas de negócios, a sociedade civil e os doadores estão a prestar atenção a essa realidade. Durante a consulta sobre a Agenda 2063, e em particular durante 2014, o Ano da Agricultura, as mulheres agricultoras em todo o continente apelaram à UA e aos seus governos para que ajudassem a relegar a enxada (Jembe) para a história, como parte do programa de modernização da agricultura e aumento da produtividade. A campanha foi lançada na Cimeira de Junho, em Joanesburgo, com a doação simbólica de pequenas charruas automatizadas (doadas pela empresa polaca Ursus) a todos os Estados-membros.

As actividades deste ano destacaram a importância do empoderamento económico da mulher, para o crescimento e desenvolvimento inclusivo, para quebrar os ciclos da pobreza intergeracional, e para o bem-estar geral da família e da comunidade. Foi, portanto, incentivador ver iniciativas como as das Mulheres Africanas na Marinha, que realizou a sua primeira reunião em Luanda, Angola, este ano, e participou no lançamento da Década Africana dos Oceanos e Mares, realizada em Julho deste ano em Adis Abeba.

Outra iniciativa que está a ganhar força é sobre as mulheres nas indústrias extractivas (mineração, petróleo e gás). Esse sector é importante uma vez que África ainda detém 30% das reservas minerais do planeta, incluindo 40% do seu ouro, 60% do seu cobalto e 90% das reservas de metais do grupo da platina do mundo. O documento resultante do *Feira Regional do Conhecimento sobre o Género na Indústria Extractiva*, de 13 a 15 de Outubro de 2015, em Nairobi, organizado pela UNECA, Mulheres da ONU e Comissão da UA, não apenas apelaram para uma perspectiva do género sobre a Visão Africana de Mineração perante a domesticação, mas igualmente a aplicação dos princípios de paridade, igualdade e equidade do género em relação aos direitos aos depósitos minerais, financiamento; a protecção dos direitos dos trabalhadores e representação da mulher no sector, como profissionais e conselhos das companhias de mineração e petróleo e gás.

Transformação, Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento

As economias africanas continuam a crescer, embora a um nível mais baixo, devido ao colapso dos preços de produtos de base e à seca, bem como outras condições meteorológicas extremas. Apesar disso, continuamos ainda entre as três principais regiões com o crescimento mais rápido no mundo. Prevê-se que a África Oriental, Central e Ocidental cresçam 5% ou mais, que o crescimento na África do Norte deverá ser superior a 4%, e que a África Austral continue a registar as taxas de crescimento mais baixas.

Esse crescimento foi impulsionado pela demografia do continente, demanda por produtos de base (responsável por três quartos das exportações africanas), despesas públicas em infra-estruturas[3], aumento da produção agrícola e expansão dos serviços (retalho, finanças, telecomunicações, transportes). No entanto, no final do ano, surgiu um cenário mais sombrio, o Fundo Monetário Internacional cortou as suas projecções de crescimento anual para 2015 em baixa até 3,7% (de 4,5%): em grande parte devido à baixa dos preços dos produtos de base e do petróleo e, cada vez mais, sobre os efeitos de seca do fenómeno *El Niño* na África Austral e Oriental.

Estes desenvolvimentos devem tornar-nos mais determinados a trabalhar mais para o alcance dos objectivos da Agenda 2063 de transformar as nossas economias através da industrialização, para colmatar o défice de infra-estruturas, transformar a agricultura e a transformação de produtos agrícolas e rumo a um padrão de vida decente, qualidade de vida e bem-estar para todos os cidadãos africanos.

Portanto, o continente deve aproveitar a sua vantagem retardatária utilizando tecnologias modernas, experiências e conhecimentos para ultrapassar e acelerar a sua trajectória de desenvolvimento. O exemplo em curso e em evolução do sector da informação, comunicações e tecnologias em África vem à mente, mas é igualmente possível em infra-estruturas e adaptação e mitigação climática.

Uma Revolução Africana de Competências

O desenvolvimento do capital humano, competências, a tecnologia e a inovação estão entre os principais catalisadores da transformação económica e social do continente. Somente Maurícias chegou ao Top 50 na classificação do Índice de Inovação Global de 2015, como resultado, em grande medida, dos seus investimentos concertados no desenvolvimento do capital humano e salário social, e, portanto, do nível relativamente baixo da desigualdade de renda.

A Comissão solicitou à Fundação Africana de Reforço das Capacidades (ACBF) para realizar um estudo sobre o Essencial das Competências e Capacidades Técnicas necessárias para a implementação dos projectos emblemáticos da Agenda 2063. O défice de competências que enfrentamos é chocante. Há necessidade urgente de

[3] Em 2014, 143 dos 257 projectos de construção com um património líquido de mais de 50 milhões de dólares, foram liderados pelo sector público (Deloitte)

acelerar os esforços a níveis nacional, regional e continental para obter uma revolução africana de competências no terreno e de ser mais ousado e ambicioso nas nossas aspirações.

Está registado que temos actualmente mais meninos e meninas nas escolas do que em qualquer momento da história de África, juntamente com a melhoria das taxas de alfabetização da juventude e de adultos. Fizemos uma pressão constante para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de ensino primário universal e cada vez mais o acesso universal ao ensino secundário, bem como mover-se – embora a um ritmo muito mais lento – no sentido da paridade do género no ensino primário e secundário. No entanto, os resultados continuam a ser um desafio devido ao abandono escolar precoce entre meninas, refugiados, pessoas deslocadas internas e em situações de conflito. O trabalho do Centro Internacional para a Educação de Meninas e Mulheres da UA é, portanto, fundamental, especialmente no seu foco para a elaboração de quadros jurídicos para os direitos das meninas e mulheres nas escolas e universidades, de programas escolares sensíveis às questões do género e na retenção das meninas nas escolas.

A nível do continente, os Ministérios da Educação estão centrados na qualidade e resultados da educação, através de acções para a melhoria das infra-estruturas educacionais, bem como da qualidade de ensino. Na sequência de uma decisão do CTE relevante, a Comissão apelou igualmente à apresentação de propostas para um estudo sobre as *Condições de trabalho e de vida dos Professores africanos*, que deverá ter início em 2016, como parte do trabalho sobre o Roteiro dos Professores da UA, para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, das condições de trabalho e do estatuto profissional dos professores.

Apesar do aumento das matrículas nas universidades e no ensino superior nas últimas três décadas (de 2,7 milhões de estudantes em 1991, para 9,3 milhões em 2006 e mais de 11 milhões em 2014), a nossa taxa bruta de matrícula para homens e mulheres jovens com idades entre 18-24 anos ainda se situa em torno de 6%. Embora os números sejam importantes, partem de uma base muito baixa, tendo em conta a crescente população jovem de África e em comparação com outras regiões em desenvolvimento. Há também um consenso geral de que o continente precisa de mais dezenas de milhares de PhD para fazer uma reposição dos professores com idade avançada nas universidades, dotá-las rapidamente de pessoal com vista a expandir o ensino superior, promover a pesquisa e produzir competências de alto nível que as economias em crescimento necessitam. Para alcançar a meta continental de inscrição de 40% deverá levar um esforço enorme, mas essencial. Esta e outras questões estiveram no topo da agenda da Cimeira das Universidades, realizada em Dakar, Senegal, em Março de 2015.

O desenvolvimento da educação e formação técnico-profissional continua também muito atrasado, por exemplo, há dez anos, apenas o Ruanda, Camarões, República Democrática do Congo, Egipto, Líbia, Congo, Maurícias, Benin, Argélia e Mali tinham mais de 10% dos jovens matriculados a nível do Ensino e Formação Técnica e Profissional (EFTP). O maior enfoque na EFTP nas últimas duas décadas levou a esforços concertados por muitos países para expandir este sector da educação crítico,

orientados pela Estratégia TVET da UA de 2007, que prioriza a agricultura, a saúde pública e os recursos hídricos, a energia e a gestão ambiental, as tecnologias de informação e comunicação, a construção e a manutenção, a boa governação e o artesanato tradicional. Estamos, particularmente, satisfeitos que o primeiro Comité Técnico Especializado (CTE) dos Ministros da Educação, Ciência e Tecnologia, realizada em Outubro deste ano, teve um foco especial no EFTP. É necessário avaliar o grau de evolução e progresso do EFTP durante a última década.

A Comissão tem defendido um maior enfoque nas competências, no ensino superior e técnico, e na educação e formação profissional. Isto inclui a participação na Cimeira das Universidades, realizada em Dacar, em Março deste ano, onde a Rede Africana de Universidades de Pesquisa foi lançada, e onde as propostas para os Defensores Africanos do Ensino Superior foram assinaladas, bem como o trabalho com as iniciativas tais como o Fórum Regional das Universidades para o Reforço das Capacidades na Agricultura (FUFORUM). Durante a Cimeira de Junho de 2015, foi instituído um Comité de Dez Chefes de Estado e de Governo para promover a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.
A nova *Estratégia Continental de Educação para África para o período de 2016-2025* (CESA 16-25.) de 10 anos abarca as aspirações da Agenda 2063, apresentada pelo CTE de Educação, Ciência e Tecnologia. A CESA 16-25 afasta-se das abordagens prescritivas minimalistas, apelando para a capacitação humana e criação de condições favoráveis para ajudar os indivíduos e nações atingir o seu potencial. Estabelece uma ligação entre um programa de desenvolvimento de recursos humanos robusto e o desenvolvimento socioeconómico nacional, regional e continental. A CESA 16-25 é o plano de acção africano para a implementação da Agenda 2063 e da quarta meta dos ODS.

Os Estados-membros devem ser incentivados a operar empresas nacionais consistentes sobre a importância da educação, desenvolvimento de aptidões, ciência e tecnologia. A Comissão deve assegurar que a Agenda 2063, o Plano de Implementação Decenal no seu Quadro de Monitorização e Avaliação com clareza o progresso alcançado em relação a todas as metas de educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento de aptidões.

Construir uma África que pertença a todos os seus cidadãos

A construção de instituições democráticas, eficazes, centradas nas pessoas e responsáveis, em especial as instituições de governação, a sociedade civil e o sector privado, são fundamentais para o desenvolvimento político, social e económico do continente. Por isso, o continente tem de continuar a desenvolver as suas estruturas de governação, especialmente os sectores públicos, parlamentos, governos locais e descentralizados, sistemas judiciários, para que contribuam para o desenvolvimento dos povos e do continente.

Portanto, a maioria dos cidadãos africanos ainda vive em países pacíficos e estáveis. Isto é o resultado dos progressos que estão a ser feitos no reforço da boa governação, incluindo os Estados que procuram responder às necessidades básicas da população, promovem o desenvolvimento económico e social, combatem à corrupção e gerem a

diversidade. Há um número crescente de países que se concentram em formas inovadoras e com determinação de desenvolver os seus países e a cooperação regional para o benefício das suas economias e cidadãos. Nesse sentido, as Comunidades Económicas Regionais (CER) continuam a desempenhar um papel essencial.

Ao mesmo tempo, como o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2015 mostra, a nossa situação em termos de desenvolvimento do povo não mudou dramaticamente, apesar do crescimento económico e avanços em muitos indicadores sociais na última década. Temos ainda trinta e sete (37) países africanos, mais de dois terços, nas categorias de baixo desenvolvimento humano. Isto mostra que há coisas que não estamos a fazer bem, e com algumas excepções, os países registaram um aumento das desigualdades, a nível de todo o continente. Isto mostra também que o crescimento económico não é inclusivo, e não estamos a criar o impacto necessário na vida da maioria dos povos africanos. Portanto, devemos nos fazer a seguinte pergunta: como pode esta situação persistir, quando África tem terra, água, florestas, recursos oceânicos, minérios, petróleo e gás, bem como recursos humanos em abundância, e os povos africanos continuam pobres? Em contraste, a maioria dos pequenos Estados insulares africanos, apesar da sua pequena população, e inexistência de minérios, petróleo, gás, que damos por garantido, muitas vezes só com o mar e o seu povo como os seus recursos, estão a registar melhor desempenho como resultado de fortes investimentos no capital humano, e dada a estabilidade, governação democrática e orientada para o desenvolvimento, estes países estão ou na categoria de desenvolvimento médio ou elevado.

O enfoque nas prioridades da Agenda 2063, a mobilização de todos os sectores da sociedade por trás deste programa e o acompanhamento eficaz e partilha de experiências devem ajudar a construir a massa crítica para a transformação. A Agenda de 2063 identifica a paz, a liderança e o compromisso político, os Estados capazes de desenvolvimento e a participação, inclusão e empoderamento dos cidadãos como factores essenciais de sucesso para a sua implementação. Essa continua a informar a natureza da política e cultura política africanas que procuramos construir nas próximas décadas.

Várias eleições presidenciais e/ou legislativas tiveram lugar no continente este ano: Burkina Faso, Burundi, República Centro Africana, Côte d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Guiné, Lesoto, Madagáscar (Senado), Nigéria, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia. As eleições no Sudão do Sul foram adiadas devido à violência e instabilidade em curso no país, com a esperança que o mais recente acordo de paz assinado em Outubro de 2015. As eleições no Burkina Faso foram igualmente atrasadas, na sequência dos protestos populares contra as tentativas de alteração da Constituição, levando a uma mudança inconstitucional. Após as intervenções da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da UA, estabeleceu-se um governo civil provisório e as eleições tiveram lugar pacificamente a 29 de Novembro de 2015. O Conselho Nacional Transitório da República Centro Africana (RCA) adiou igualmente as eleições de 18 de Outubro para 13 de Dezembro, e a primeira volta teve lugar de forma pacífica.

As eleições presidenciais e parlamentares no Burundi, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Guiné, Lesoto, Madagáscar, Nigéria, Sudão, Tanzânia e Zâmbia tiveram lugar, com alguns progressos e desafios. A maturidade política de todos os envolvidos na condução e conclusões das eleições da Nigéria permanecem uma referência para o continente.

Os protestos resultantes do anúncio da alteração da Constituição que permitiria ao Presidente em exercício concorrer a um terceiro mandato levou à violência e perturbação no processo eleitoral no Burundi, obrigando à União Africana a solicitar o adiamento das eleições. As eleições, eventualmente, realizaram-se a 21 de Julho de 2015, em meio à violência e às condições adversas para eleições livres e justas. Desde então, tem-se assistido no país um estado de agitação. Estão em curso esforços da Comunidade da África Oriental (CAO) e da UA para ajudar a liderança e o povo do país a encontrar uma solução pacífica para o conflito actual.

Embora a maioria das outras eleições terem sido pacíficas, livres e justas, expuseram persistentes falhas estruturais e históricas, incluindo problemas da afluência às urnas e participação de eleitores que votam pela primeira vez. Essa questão mostra que devemos fazer mais para garantir a participação da população na política e outros assuntos dos nossos países, especialmente a participação da juventude. As mulheres eleitoras, excepto onde há violência eleitoral, continuam as mais consistentes em termos de registo e de afluência.

Esperamos que 2016, como o Ano dos Direitos Humanos, seja usado para garantir um maior foco e mudança da narrativa africana sobre essas questões.

Combate à Doença do Vírus do Ébola e Saúde para todos

Entramos no ano de 2015 determinados em acelerar os esforços, apoiados pela comunidade internacional, para lidar com a Doença do Vírus do Ébola na Guiné, Libéria e Sierra Leone. Até Fevereiro, 855 funcionários da saúde africanos de 18 países, incluindo 115 da CEDEAO, através da Organização da Saúde da África Ocidental, foram formados e enviados aos três países. Os esforços de África contra o vírus do Ébola foram caracterizados pela solidariedade dos Estados-membros, sector privado, cidadãos e profissionais da saúde, através de acções voluntárias para servir nos países afectados, através de contribuições financeiras e técnicas, envio de funcionários da saúde e uma campanha continental através de SMS por parte das operadoras de telefonia móvel.

Temos o prazer de informar que a epidemia foi travada, e que até Dezembro de 2015, todos os três países foram declarados livres do Ébola. Portanto, a ASEOWA concluiu a sua missão no final de Setembro de 2015, tendo permanecido apenas um pequeno grupo para ajudar a desenvolver a capacidade local até final de 2015.

A crise causada pelo vírus do Ébola fez com que a questão do investimento no reforço dos sistemas de saúde pública fosse colocada na agenda, bem como a implementação das capacidades básicas previstas no Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e o investimento na saúde como parte das prioridades da Agenda 2063 e dos ODM.

Portanto, num momento em que analisamos os próximos quinze anos da Estratégia Africana para Saúde, que os nossos Ministros da Saúde estão a discutir, temos de tirar lições das nossas experiências na luta contra o vírus do Ébola, bem como contra outras doenças.

O vírus do Ébola acelerou a criação do CDC de África como parte de uma solução de médio a longo prazo para desenvolver as capacidades dos Estados-membros em matéria de vigilância, detecção de doenças e resposta a surtos futuros e emergências de saúde pública. O CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos aprovou o Estatuto do CDC de África, que será apresentado à Cimeira para aprovação. Além disso, o pessoal básico está a ser recrutado e as regiões identificaram as suas propostas para Centros de Controlo de Doenças (CDC) regionais.

Estamos igualmente a fazer progressos em outras doenças, tais como o VIH e SIDA. Há quinze anos a pandemia parecia intransponível, mas com os esforços africanos e globais, ultrapassamos, com a diminuição de novas infecções entre adultos e crianças em 33% desde 2001. Apesar dos progressos, as infecções entre as mulheres jovens com idades entre 15 a 24 anos não diminuíram e continuam a ser as mais vulneráveis. Foram igualmente registados progressos na luta contra a Tuberculose e Malária, e com esforços sustentados investidos nessa matéria, vamos ultrapassar.

África ainda importa quase todos os fármacos que utiliza, gastando uma enorme soma de 65 mil milhões de $EU por ano, enquanto apenas 2% é fabricado no continente. Devemos felicitar a Etiópia e aprender com o seu passo exemplar no lançamento do seu Plano Nacional Integrado de Produção Farmacêutica em Julho de 2015, em consonância com o Plano Africano de Produção Farmacêutica. Muitas das patentes sobre os medicamentos que utilizamos estão a expirar num futuro próximo, e o resto do mundo está preparado a fabricar medicamentos genéricos para alimentar o nosso mercado. Devemos, portanto, agir mais rápido sobre esse assunto.

Para além do impacto na saúde nos países afectados, o impacto socioeconómico mais amplo foi igualmente grave, não só na Guiné, Sierra Leone e Libéria, mas também na região e no continente. A conferência Internacional sobre o Ébola, organizado em Malabo em Julho de 2015, bem como o trabalho desenvolvido pela UNECA e PNUD abordaram a questão, contudo, claramente devemos fazer mais para ajudar na recuperação da economia, incluindo a questão de dívidas.

Alterações Climáticas e Condições Meteorológicas Extremas

De acordo com o segundo Relatório da Desigualdade de Adaptação de África, devido às emissões passadas globais, África irá enfrentar custos de adaptação de 7-15 mil milhões de $EU por ano até 2020, apesar de sua contribuição para a emissão de gases com efeito de estufa ter sido estimada em menos de 4%.

África, sob a liderança de Comité de Chefes de Estado e de Governo sobre as Alterações Climáticas (CAHOSCC) e através da Parceria CLIM-DEV da CUA-UNECA-BAD, continuou empenhada na questão de uma forma abrangente. A Agenda 2063 é uma via de crescimento endógeno e para o desenvolvimento sustentável e com uma

baixa produção de carbono. Com os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER), observamos, como essenciais, nesse sentido, a agricultura ecológica, a mitigação do risco, as energias renováveis e mais genericamente a economia ecológica.

O continente abordou com determinação a Cimeira da COP21 sobre Alterações Climáticas em Paris em Dezembro, insistindo por um acordo juridicamente vinculativo no âmbito de um quadro de governação global que seja aplicável a todas as Partes e que cubra a adaptação, mitigação, financiamento, bem como o desenvolvimento e transferência de tecnologias. África reiterou igualmente o seu apelo para a redução das emissões de efeito estufa para o alcance do objectivo de adaptação de menos de 2 graus Celsius e o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas, justiça social e equidade.

A Comissão da UA, UNECA, Agência da NEPAD e o Banco Africano de Desenvolvimento, juntamente com outras agências como a Capacidade Africana de Risco, coordenaram o Pavilhão Africano na COP21, com eventos e exposições que incidiram sobre as diversas questões para África durante a Cimeira de Paris. Foram feitos dois grandes anúncios durante a COP21.

O primeiro foi a Iniciativa Africana de Energias Renováveis (lançada em 2009) que visa angariar mais 20 mil milhões de $EU para produzir 300 gigawatts adicionais de energia renovável até 2030, duas vezes mais do que a actual energia gerada. Isto deve ajudar a reforçar os planos continentais existentes sobre energias renováveis através do PIDA, bem como os projectos renováveis nos Estados-membros, os Consórcios de Energia Regionais e as iniciativas tais como o Corredor Africano de Energia Limpas.

O segundo anúncio foi o lançamento da AFR100 (Iniciativa de Restauração da Paisagem das Florestas Africanas), um esforço pan-africano para restaurar 100 milhões de hectares (386 mil milhas quadradas) de paisagens degradadas e desmatadas até 2030. Até agora, dez (10) Estados-membros concordaram em se juntar à AFR100, comprometendo pelo menos 31,7 milhões de hectares de terra para restauração florestal. Isso deverá reforçar os programas existentes em curso, tais como a Iniciativa da Grande Muralha Verde para o Saara e o Sahel, um projecto emblemático da União Africana que iniciou em 2007, que procura “esverdear” a região do Sahel/Saara, através da gestão sustentável da terra e dos recursos hídricos numa faixa com 15 km de largura e 7.100 km de comprimento, de Dacar a Djibuti[4]. O programa envolve os agricultores locais na promoção da regeneração natural, com melhorias incentivadoras. Por exemplo, a densidade de árvores na região de Zinder no Níger melhorou pela primeira vez desde meados da década de 1980, com a florestação de mais de 1 milhão de árvores plantadas.

Com partes do Sahel/Saara tendo enfrentado secas em 2014, com as grandes secas e inundações na África Austral e Oriental como consequência do fenómeno *El Niño* no final de 2015, e com a ameaça em curso de subida do nível do mar para os Estados

[4] Países que fazem parte da Iniciativa da Grande Muralha Verde incluem: Burkina Faso, Djibuti, Etiópia, Gâmbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal.

Insulares, os Resultados da COP21 são essenciais para África. Estima-se que as secas nas duas regiões afectam mais de 20 milhões de pessoas, incluindo perto de 11 milhões de crianças. Teve igualmente um impacto dizimador na agricultura e nos países dependentes da energia hidroeléctrica. Prevê-se que o efeito do fenómeno *El Niño* continue em 2016.

Embora o acordo final da COP21 tenha sido um acordo global e vinculativo, com mecanismos de monitorização, a soma total dos compromissos nacionais para reduzir as emissões no final da conferência não resultará na meta crítica de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2 graus Celsius. Ao mesmo tempo, o continente e o mundo estão a enfrentar condições climáticas extremas, e o efeito El Nino de 2015-2016 é o pior deste século, com efeitos devastadores. Portanto, África deve continuar a defender para que o mundo e os países desenvolvidos, em particular, assumam o ónus da redução acelerada das emissões, bem como a questão crítica da transferência de tecnologia e financiamento para a mitigação e adaptação.

O Estado de Integração de África

A integração continua a ser uma componente fundamental da missão da União Africana, e as instituições continentais, as CER e os Estados-membros estão a empreender acções rumo à integração regional como uma estratégia de desenvolvimento continental abrangente para alcançar o crescimento inclusivo e sustentável. Este ano, a CEDEAO comemorou o seu 40.º aniversário, com a realização de muitas metas na área de integração, paz e segurança e progressos no domínio das infra-estruturas e governação democrática.

Durante o ano de 2015, novas medidas foram tomadas para fazer avançar a agenda de integração continental, a nível das CER. Isto incluiu avanços para a criação de uniões aduaneiras regionais, para facilitar a livre circulação de pessoas, o comércio intra-africano e investimentos; e projectos de infra-estrutura para conectar as regiões e criar economias de escala. A nível continental, lançamos as negociações sobre a Zona de Comércio Livre Continental, e estamos a expandir as áreas de saber no nosso programa de harmonização do ensino superior; a Universidade Pan-Africana como um projecto emblemático está a registar avanços; temos um núcleo de países comprometidos em assumir a liderança na criação de um mercado único da aviação; e estamos também a fazer progressos na incorporação de quadros normativos comuns.

A visão a nível continental é materializar a Comunidade Económica Africana (AEC), com seis etapas que envolvem o reforço da cooperação sectorial e criação de Zonas de Comércio Livre (ZCL) regionais, a União Aduaneira Continental, um Mercado Comum e uma União Económica e Monetária. No que respeita ao Tratado de Abuja, as Comunidades Económicas Regionais (CER) fizeram progressos em matéria de livre circulação de pessoas, bens e serviços e interligação das infra-estruturas e comércio.

A realização mais notável diz respeito à Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT)[5], ou seja, COMESA-CAO-SADC, lançada a 10 de Junho de 2015, em Sharm El Sheik, Egipto. Do mesmo modo, a nível continental, a 25.ª Cimeira da UA lançou, a 15 de Junho de 2015, as negociações sobre a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC), com vista à criação de um mercado único africano em 2017. Os Estados-membros da União do Magrebe Árabe (UMA) assinaram três dos quatro protocolos relativos à zona de comércio livre da União. A CEDEAO lançou a sua união aduaneira a 1 de Janeiro de 2015; em Abril de 2015, oito dos seus quinze Estados-membros começaram a implementar a pauta aduaneira externa comum exigida nos termos da união aduaneira. Várias CER conseguiram reduzir as importações intra-regionais para os níveis mais baixos: A CAO aplica uma tarifa média de zero sobre as importações na Comunidade; e tanto a CEEAC como a COMESA aplicam tarifas médias em torno de 1,9%. As tarifas intra-regionais a nível da SADC e CEDEAO são as mais elevadas, 3,8% e 5,7%, respectivamente. A COMESA, CAO, CEDEAO e a SADC tomaram medidas para facilitar o transporte e reduzir as barreiras não-tarifárias.

No entanto, há ainda casos em que as políticas dos Estados-membros são incompatíveis com a agenda de integração, por exemplo, alguns Estados-membros oferecem melhor acesso ao mercado dos países europeus no âmbito dos Acordos de Parceria Económica (APE) do que outros países africanos, através das suas CER ou da ZCLT.

Os esforços da Comissão para implementar a ZCLC incluem a execução do Programa de Integração Mínima (PIM), que reconhece que o aprofundamento da integração de África vai além da harmonização das organizações e políticas das CER. Como um mecanismo de convergência para as CER, o PIM se concentra em algumas áreas prioritárias de interesse regional e continental, em que as CER possam reforçar a sua cooperação e beneficiar das boas práticas de integração. Para atingir o PIM como um meio de implementação da ZCLC, a Comissão organiza Conferências dos Ministros da Integração, e reuniões de coordenação da CUA-BAD-UNECA e CER, a fim de avaliar os progressos alcançados até agora e harmonizar as políticas que reduzem as disparidades regionais dentro o continente. Os principais desafios que a Comissão enfrenta na prossecução da agenda de integração regional incluem os baixos níveis de progresso registados na implementação do acordo; falta de harmonização das políticas e programas em todas as CER; sobreposição e multiplicidade dos membros das CER; falta de parcerias público-privado para realizar projectos de infra-estruturas; falta de financiamento para projectos de infra-estrutura regionais e continentais; fraca capacidade institucional (sistemas de financiamento e bancários, instituições de estatística, etc.); e conflitos que têm dificultado o progresso, particularmente na CEEAC, IGAD e CEN-SAD.

---

[5] A ZCLT irá estender-se da Cidade do Cabo ao Cairo, criando assim um mercado integrado, com uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) total de cerca de 1 trilião $EU.

As CER estão também a registar progressos contínuos em matéria de livre circulação de pessoas: os cidadãos da CAO são concedidos isenção de vistos para estadia até 3 meses nos Estados-membros, para os titulares de passaporte nacional, e até 6 meses para os titulares de passaporte da CAO; a COMESA concede vistos de 90 dias à chegada aos cidadãos dos Estados-membros da sua ZCL; Os países da SADC concedem actualmente isenção de visto aos seus cidadãos para estadia até 90 dias, embora isto seja feito através de acordos bilaterais; e a CEDEAO concede visto à chegada aos seus cidadãos e 7 membros adoptaram o passaporte da CEDEAO, que permite aos seus cidadãos viajar sem visto. Seychelles, Moçambique, Ruanda, Ilhas Comores, Uganda e Madagáscar concedem isenção de visto ou visto à chegada a todos os cidadãos africanos. Ruanda, por ter implementado a política de migração mais liberal de África, desfrutou de um aumento de 24% em termos de turistas provenientes de países africanos e um aumento de 50% no comércio com os países vizinhos, incluindo um aumento de 73% nas trocas comerciais com a República Democrática do Congo. O progresso em matéria de circulação de pessoas em outras regiões, em particular a região Central e do Norte, e entre regiões, é muito mais limitado.

Após o retiro Ministerial do Conselho Executivo em Junho, em Joanesburgo, a Comissão, através dos seus Departamentos de Assuntos Políticos, Assuntos Sociais e Administração, encomendou um estudo e envolveu as CER no projecto emblemático de passaporte africano da Agenda 2063, no contexto da migração.

Há uma crescente aceitação da abordagem do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) de criar economias de escala através de projectos de infra-estruturas regionais. Há acções em curso na CEDEAO no que diz respeito ao projecto de Auto-estrada Costeira Trans-ocidental Africana, na sequência da assinatura do projecto de auto-estrada Lagos-Abidjan pelos Estados-membros da CEDEAO em 2014, sendo que uma reunião foi realizada em Dezembro de 2015, que considerou assinar um acordo relativo ao troço Abidjan-Dakar, no âmbito do Projecto de Auto-estrada Trans-africana 7.

Cidades Africanas e Urbanização

Embora África represente ainda em 2015 cerca de 10,7% da população urbana do mundo, a sua taxa de urbanização é uma das mais rápidas no mundo, e uma das principais tendências demográficas no continente. Isto coloca grandes desafios, bem como muitas oportunidades. Em 2015, África tem mais de 35 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, sendo que 2 excedem 5 milhões e 2 (Cairo e Lagos) tem mais de 13 milhões de habitantes. Tendo em conta as taxas actuais de crescimento populacional e de urbanização, estima-se que este número duplique nas próximas duas décadas. O sector está ficando cada vez mais organizado, com, pelo menos, duas grandes reuniões sobre cidades realizadas este ano, a primeira das cidades Capitais realizada em Pretória, África do Sul, e a segunda Cimeira das Cidades Africanas (Africities) em 2015, realizada em Joanesburgo. Além disso, há também um processo para desenvolver uma posição comum africana para a Cimeira Habitat 3, a ser realizada em Outubro de 2016.

A Cimeira das Cidades Africanas (Africities) de 2015, com mais de 5000 delegados de cidades de todo o continente, prometeu apoio para a Agenda 2063 na sua declaração, que tem o seguinte teor:

> *"Afirmamos que as autoridades locais encontram-se num ponto de viragem da sua responsabilidade de apoiar a transformação estrutural do continente nas áreas de desenvolvimento económico, justiça social, preservação do equilíbrio ecológico e reinvenção da democracia. A implementação da Agenda 2063 deve concentrar-se no desenvolvimento sustentável baseado na justiça social e no diálogo com as comunidades, que por sua vez irá restaurar a confiança no governo local."*

O governo local constitui uma parte importante da Arquitectura Africana de Governação, e a Comissão, através do Departamento de Assuntos Políticos e CTE relevante, continuará a trabalhar em conjunto com organismos continentais para ajudar a reforçar o seu papel.

Pan-africanismo, Cultura, Património, Desportos e Identidade

A aspiração 5 de Agenda 2063 compromete o continente em assegurar que continuemos a construir "*uma África com uma forte identidade cultural, património, valores e ética comuns*." Este ano, a Comissão tomou medidas para fazer avançar esta aspirações e as atribuições definidas a este respeito, incluindo um debate na 4.ª reunião do Congresso Cultural Pan-Africano em Maio de 2015, co-organizado com o Departamento de Artes e Cultura Sul-Africano, para discutir um plano de acção para implementar esta aspiração; e avançar com a incorporação do Pan-africanismo no currículo das escolas e instituições de ensino. A 4.ª PACA salientou a importância de promover sociedades e culturas inclusivas e tolerantes, a promoção da cultura local, sob o tema *Uma África, Uma Visão, Um Destino*.

Os sectores criativos culturais e do património do continente desempenham um papel fundamental na promoção da identidade e cultura africana em todas as suas diversidades: música, cinema, artes cénicas, literatura, moda, etc. É um sector vibrante que requer todo o nosso apoio.

A conservação do nosso património natural, incluindo animais selvagens, ecossistemas e a flora, como a chave para o nosso desenvolvimento, incluindo o turismo sustentável, continua a ser uma prioridade. A Comissão, entre outras coisas, realizou contactos o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) para abordar o desafio da caça furtiva, organizou, com a Oxfam, uma sessão de Sexta-feira da Comissão sobre o programa para proteger os Grandes Símios no continente, e discutir também estas questões com uma delegação de Ministros do Turismo Africanos.

O desporto continua a ser um aspecto importante da promoção do desenvolvimento da juventude, coesão social e espírito Pan-africanista. Uma 11ª Edição dos Jogos Africana foi realizada com muito sucesso, em Brazzaville Congo, celebrando o 50º aniversário

dos Jogos Africanos. O evento foi muito oportuno, uma vez que Brazzaville também acolheu a 1ª edição em 1965.

A Confederação Africana de Futebol homenageou a Comissão da União Africana, no Cairo, Egipto, quando atribuiu o prémio *Platinum* à Presidente da Comissão, pelo papel desempenhado pela União na promoção do desporto. Devemos também reconhecer o papel importante desempenhado pela fraternidade emanada do futebol e do desporto, bem como pelas pessoas africanas ligadas ao desporto na luta contra o vírus do Ébola e outras doenças.

Durante o ano de 2016, o Fundo do Património Mundial Africano, a agência responsável pela promoção e protecção património mundial africano, vai celebrar uma década desde a sua criação. Temos de continuar a apoiar o seu trabalho, para que possamos preservar e construir o nosso património como parte do nosso renascimento e para as gerações vindouras.

A narrativa Africana

Constatamos uma diversidade acrescida das vozes africanas, contando histórias africanas, nos meios de comunicação social e noutras plataformas, nas artes, cultura, filme e literatura. O discurso sobre o continente já não é apenas dominado por histórias sobre conflitos, mas abrange de forma crescente vários desenvolvimentos – políticos, eleitorais, de negócios, infra-estruturas, questões ambientais, moda e património. Isso inclui uma cobertura sobre a função da União Africana, onde começamos a ver mudanças, embora seja a passos lentos.

Um grande enfoque da Agenda 2063 é sobre a necessidade de gerar a nossa própria investigação e dados estatísticos, desenvolvimento de conhecimentos e interpretação, bem como análise das tendências e dos desenvolvimentos no continente e nos países. O trabalho dos grupos de reflexão da política e das universidades africanas é fundamental neste contexto, tal como o trabalho das estatísticas gerais africanas que tem colaborado com a Comissão nas estatísticas e indicadores vitais para apoiar a monitorização da Agenda 2063 e dos SDG.

Migração e Refugiados

A questão da migração ganhou uma enorme proeminência global, com os desafios prevalecentes enfrentados pelos migrantes africanos que procuram melhores condições de vida noutros lugares e a crise na Síria e Iémen. A maioria da migração no continente continua a ser interna, agravada por conflitos tais como no Sudão do Sul, Somália, Líbia, Mali e novas situações tais como o combate ao terrorismo e Boko Haram na África Ocidental e Central, bem como o conflito no Burundi. Além disso, a migração económica continua a ser uma realidade, tal como foi o caso ao longo dos anos. Esta continua a ser uma questão importante, uma vez que debatemos a livre circulação de pessoas como parte dos nossos projectos emblemáticos da Agenda 2063 e preparamo-nos para a Cimeira Mundial sobre Questões Humanitárias que terá lugar em Istambul em 2016. Está em curso trabalho relacionado com os quadros de política

continentais para abordar esta questão, incluindo a Governação da Migração Laboral para a Integração e Desenvolvimento em África (também conhecida por Programa Conjunto de Migração Laboral) e a Iniciativa da Comissão da UA contra o Tráfico de Seres Humanos (AU.COMMIT).

Em Novembro de 2015, a União Europeia convocou a Cimeira de Valetta sobre Migração para abordar a crise de refugiados e migração europeia perceptíveis. Alguns Estados-membros e a Comissão participaram no evento, com uma coesão adequada no seio dos participantes africanos sobre as principais posições, incluindo o contexto histórico da migração, a necessidade de abordar as causas principais através da industrialização e investimento africanos nas competências dos jovens, resolução dos conflitos na Síria e outros e o respeito pelos direitos dos migrantes e refugiados, em linha com os quadros internacionais.

Relações de África com o mundo

A questão sobre uma África que desempenha o papel que lhe compete no mundo prevalece, através da participação nas nossas plataformas continentais – Agenda 2063 e outras Posições Comuns Africanas – na UNGA e a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, e na COP21 em Paris. Durante o ano de 2015, África acolheu pela primeira vez eventos de âmbito mundial tais como o Congresso Mundial sobre Florestas em Durban, a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Adis Abeba e a reunião Ministerial da OMC em Nairobi.

Em relação às nossas parcerias estratégicas, a revisão já foi concluída e será apresentada à Cimeira em 2016. Foram realizados durante o ano de 2015, o Fórum Índia – África em Nova Deli, o Fórum para a Cooperação China - África em Joanesburgo e a reunião entre Colégios das Comissões da UA e da UE em Bruxelas.

A Comissão registou progresso na conclusão das propostas sobre a Reestruturação da Comissão da UA e apresentou as constatações e recomendações ao Subcomité do CRP para Reestruturação. As propostas têm enfoque sobre a criação de uma estrutura que tem a capacidade para implementar os mandatos da Agenda 2063 e melhorar a eficiência operacional da Comissão.

A Comissão continuou também a trabalhar com vista a melhorar as suas políticas e procedimentos administrativos. Durante o ano de 2015, mais de oito directores abandonaram os seus cargos e o processo de preenchimento destas vagas já iniciou. Isto iria ajudar a trazer novas gerações, mais mulheres a este nível e assegurar uma melhor abrangência regional.

A Fundação Africana de Reforço de Capacidades foi atribuída a função de preparar recomendações sobre a melhor divisão de tarefas entre a CUA, Agência da NEPAD e as Comunidades Económicas Regionais, durante a implementação da Agenda 2063, a quais serão analisadas pelo Conselho Executivo.

Tendo em conta a recomendação do Retiro de Bahir Dar em Janeiro de 2014 sobre a necessidade de melhorar os métodos de trabalho da União, o relatório e as recomendações foram apresentados à Cimeira em Janeiro de 2015, e a Conferência adoptou a Decisão 582 sobre a Simplificação do Trabalho das Cimeiras, cujo início de implementação está previsto para a Cimeira de Junho de 2015.

A decisão da Cimeira de melhorar a eficácia, também centrou-se na implementação das decisões dos órgãos políticos. A implementação das decisões compete à Comissão da UA e os outros Órgãos da UA, bem como aos Estados-membros e às Comunidades Económicas Regionais. Tal como indica o relatório de Implementação das Decisões da Cimeira, poucas decisões foram implementadas na totalidade. Por isso, a Comissão deve garantir que esta questão seja tratada com urgência, nos casos em que são da sua responsabilidade. Mais genericamente, o quadro de monitorização e avaliação do Primeiro Plano de Implementação Decenal deve assegurar que, a diversos níveis, sejamos responsáveis pela implementação das decisões, do quadro de política e de estratégias continentais.

Foi concluído o Estudo Comparativo sobre os Métodos de Trabalho e Processos, com base num estudo de outras organizações regionais semelhantes (ex. Comissão Europeia, CARICOM, EAC). Os resultados do estudo serão apresentados ao Retiro do Conselho Executivo em Mekelle, em Janeiro de 2016.

Programas emblemáticos da Agenda 2063

Os projectos emblemáticos emanam do Apelo à Secção de Acção na versão Popular da Agenda 2063, e secundados pelas metas do Primeiro Plano de Implementação Decenal. Eles são potenciais decisivos devido ao seu impacto estratégico (a) no projecto de integração, (b) na contribuição para o aumento dos padrões de vida; e (c) na mobilização e narrativa da trajectória de desenvolvimento continental.

Os projectos emblemáticos da Agenda 2063 em curso até hoje são a rede Pan-Africana Integrada de Comboio de Alta Velocidade; Grande Barragem de Inga e o incentivo para energias renováveis; Mercado Único da Aviação; Espaço Exterior: desenvolvimento das capacidades africanas da ciência e tecnologia; Plataforma Africana de Diálogo Económico; Livre circulação de pessoas, serviços e bens; e o Passaporte Africano; E-Rede Pan-Africana: ligando o continente através da tecnologia; Universidade Virtual/Tecnologia na Educação; Estratégia de Produtos de Base, Zona de Comércio Livre Continental; Calar as Armas até 2020; e o estabelecimento de Instituições Financeiras Continentais.

Rede Ferroviária Integrada Pan-Africana de Comboio de Alta Velocidade: Ligação com todas as capitais e centros comerciais africanos através de uma rede de ferrovias rápidas, como parte da Rede de Transporte Pan-Africana que liga o transporte ferroviário, rodoviário, aéreo e marítimo, para facilitar a circulação de mercadorias, factores de serviço e de pessoas, e redução do custo de transporte. A Comissão da UA assinou um Memorando de Entendimento com a República Popular da China sobre a matéria, e foi criada uma equipa técnica, incluindo peritos das CER. A equipa técnica desenvolveu os termos de referência para o estudo de pré-viabilidade, trabalhará com a equipa chinesa sobre o projecto de Plano de Director, realizará sensibilização junto dos Estados-Membros e avaliará os projectos ferroviários que estão em curso, bem como fará a mobilização de recursos para o trabalho inicial.

Barragem do Grande Inga e o impulso para a energia renovável como parte da diversificação energética em África: Na sua capacidade máxima, o projecto da Barragem Hidroeléctrica do Grande Inga tem a capacidade de produzir 43.200 megawatts de energia, apoiando as actuais centrais regionais de energia para assegurar o fornecimento energia acessível e limpa para os povos africanos. Prevê-se que a próxima etapa do projecto seja em forma de uma parceria público-privada (PPP), a partir da fase 3 a 8, com o Inga 3 a ser equipado para produção de 4.800 MW com baixa queda da barragem, e uma opção de 7.800 MW com alta queda da barragem. A República Democrática do Congo e a África do Sul assinaram um Tratado sobre o Projecto do Grande Inga em 29 de Outubro de 2013, ratificado pelo Parlamento da RDC em 21 de Novembro de 2014 e um Acordo de Cooperação sobre os Recursos Energéticos em 9 de Setembro de 2014. Os 4.800 MW de energia gerados por Inga 3 serão partilhados da seguinte forma: (i) 2.5OO MW para a África do Sul; (ii) 1.300 MW para indústrias extractivas e as populações de Katanga (SNEL); e (iii) 1.000 MW para Kinshasa e outras cidades da RDC (SNEL). Em 17 de Junho de 2014, o Governo da RDC aprovou uma nova lei de liberalização do sector da electricidade e foram criados três órgãos dedicados à gestão, supervisão e coordenação do Inga 3. Os próximos passos incluem: (a) negociações com a Nigéria para compra de cerca de 2.000 MW, através da construção de Linhas de Transmissão Internacional INGA-Calabar que foram iniciadas em Fevereiro de 2014, e o respectivo Acordo ainda estão por ser concluídos; (b) está a ser preparada uma nova lei dedicada ao desenvolvimento do projecto do Grande Inga, chamada Lei do INGA, visando criar um ambiente económico que incentive o investimento privado no desenvolvimento enorme do potencial hidreléctrico da RDC; (c) a criação da Autoridade dedicada ao projecto denominada ADEPI (Autorité de Développement et de Promoção du site d'Inga), com mandato para desenvolvimento e promoção da Zona do Inga (Inga 3 e fases subsequentes do projecto hidroeléctrico do Grande Inga) deveria ter sido concluída em Dezembro de 2015, o mais tardar; (d) lançamento do processo de selecção do empreendedor privado entre os três consórcios pré-seleccionados começou em Agosto de 2015 e prevê-se que seja concluída até Junho de 2016. (d) Prevê-se que o lançamento da construção do Inga 3 ocorra em Junho de 2017, dependendo da conclusão de todos estudos técnicos, documentos de concurso e processo de mobilização de recursos antes desse prazo. Prevê-se ainda que a construção tenha duração de cinco a sete anos.

Iniciativas de Energias Renováveis e Outras: A CUA, juntamente com o Mecanismo de Assistência Técnica da UE, está a trabalhar para o "quadro regulamentar harmonizado continental para o sector da energia em África", com o objectivo de recomendar as melhores práticas para um quadro regulamentar continental e regional harmonizado no sector energético africano. A CUA também trabalha com as CER para lhes prestar apoio a diversas iniciativas de desenvolvimento do sector de energia dedicadas a facilitar a integração continental e o desenvolvimento de infra-estruturas regionais, incluindo nove projectos hidreléctricos e quatro linhas de transmissão; A Iniciativa Hidreléctrica 2020 visa o aproveitamento do potencial hidreléctrico nas grandes bacias hidrográficas do continente; o Programa Geotérmico Regional da África Oriental, com o Mecanismo de Mitigação de Risco Geotérmico, para incentivar os investidores públicos e privados a investirem na energia geotérmica com potencial de mais de 15GW nos países do Sistema de Rift da África Oriental; avaliação do potencial de energia solar nas regiões Sara e do Sahel; implementação do Programa de Cooperação em Energias Renováveis (RECP), no âmbito da Parceria África-UE no domínio da Energia, tendo como alvo vários sistemas de energias renováveis em África até 2020; Energia Sustentável para Todos (SE4All) em África, que visa assegurar o acesso universal de energia moderna, bem como a duplicação da utilização de energias renováveis e da eficiência da energia até 2030; A Iniciativa de Energias Renováveis em África, que visa alcançar, pelo menos, uma capacidade de 10 GW até 2020; e a Iniciativa dos EUA para Energia de África, que já está a ser

implementada em vários Estados-Membros Africanos.

Mercado Único Africano de Aviação: Este programa emblemático tem como objectivo proporcionar o mercado único africano de transporte para facilitar o transporte aéreo em África, com base na Declaração de Yamoussoukro (YD). Durante a Cimeira da UA em Janeiro de 2015, onze países na liderança (Benin, Cabo Verde, República do Congo, Costa do Marfim, Egipto, nosso anfitrião nesta Plenária, Etiópia, Quénia, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Zimbabwe) fizeram uma Declaração de Compromisso Solene rumo ao avanço na implementação concreta e incondicional da Declaração de Yamussoukro. Desde então, o Gana e a Serra Leoa se juntaram ao grupo, elevando o total para treze. Os seguintes instrumentos jurídicos foram concluídos para a realização do SAATM; (i) Regulamentos de Concorrência; (ii) Mecanismo de Resolução de Litígios; (iii) Regulamentos de Defesa do Consumidor e Poderes de Regulamentação e Aplicação da Agência Executora da Declaração de Yamussoukro. O Grupo de Trabalho Ministerial dos países na liderança, na sua primeira reunião em Abril de 2015, elaborou um roteiro de 18 pontos para a CUA e a Comissão Africana de Aviação Civil (AFCAC), com a AFCAC como Secretariado, para levar o processo adiante. A Plenária da CAFAC definiu 14 de Novembro de cada ano, o Dia da Declaração de Yamussoukro, para conscientização sobre a importância deste projecto emblemático. Durante o ano, AFCAC também realizou debates com Estados-Membros e Linhas Aéreas africanas sobre o estado de implementação da DY, estabelecimento do SAATM e os resultados do estudo em 12 países africanos sobre os potenciais benefícios da liberalização do transporte aéreo intra-África (volume de passageiros a subir de 6,1 para 11 milhões; 155.000 novos postos de trabalho, contribuições acumuladas de $ 1,3 bilhões para o seu PIB, etc.).

Plataforma de Diálogo Económico Anual Africano: A plataforma surgiu do Retiro Ministerial do Conselho Executivo Bahir Dar, realizado em Janeiro de 2014 e aprovado pelo Conselho Executivo. A Plataforma de Diálogo Económico visa juntar, ao mais alto nível, os governos africanos, líderes empresariais e reitores universitários para se envolver nas questões-chave para levar avante o objectivo da Agenda 2063 de crescimento económico inclusivo e desenvolvimento. Um documento síntese sobre a plataforma foi elaborado por um comité interdepartamental que incluía os departamentos de Comércio e Indústria, dos Assuntos Económicos, os Gabinetes da Presidente e do Vice-Presidente da Comissão e a Fundação da UA. No lançamento da Fundação da UA durante a Conferência em Janeiro de 2015, foi igualmente lançado a Plataforma de Diálogo Económico como um dos principais projectos da Fundação.

A sessão inaugural da Plataforma Económica será realizada de 14-15 de Abril de 2016 nas Maurícias.

Espaço Exterior e Desenvolvimento de Capacidades Africanas de Ciência e Tecnologia: Projecto de Política e Estratégia Espaciais Africanas preparado para apoiar programas destinados ao desenvolvimento de capacidades locais, institucionais, humanas e competências técnicas em Observação da Terra, Comunicações Via Satélite, Navegação e Posicionamento, Ciência Espacial e Astronomia, para desenvolvimento socioeconómico do continente. A Política e Estratégia têm dois grandes objectivos: criar um Programa Espacial Africano bem coordenado e integrado, globalmente competitivo, mas sensível às necessidades do continente; e criar um ambiente regulamentar que promove e apoie a agenda africana, como um usuário responsável do espaço exterior. A política será apresentada na Cimeira de Janeiro 2016 para apreciação e aprovação.

O Instituto de Ciência Espacial da Universidade Pan-Africana é uma plataforma para a Política e Estratégia Espaciais Africanas, oferecendo formação ao nível de Mestrado e Doutorado em áreas temáticas seleccionadas, a saber: Observação da Terra e Sistema de Informação Geográfica; Navegação e Posicionamento; Comunicação via Satélite; e Ciência Espacial e Astronomia. O conceito é de ter uma rede de dez instituições com o centro na África do Sul, que oferecerá treinamento teórico e prático.

A Monitorização Global do Ambiente e Segurança (GMES e África) prevê-se que seja um projecto conjunto CUA-CE, como plataforma de serviços de tecnologia de observação da terra baseada em informação com foco sobre (i) Gestão dos Recursos Naturais a longo prazo; (ii) Gestão de Recursos Hídricos; (iii) Gestão Marinha e Costeira; (iv) Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural
; (v) Variabilidade e Mudanças Climáticas; (vi) a Redução do Risco de Catástrofes; (vii) Saúde; (viii) Conflito e Crise

Política e (ix) Infra-estruturas e Desenvolvimento Territorial.

A E-Rede Pan-Africana - conectando o continente através da tecnologia: envolve uma ampla gama de intervenientes e prevê políticas e estratégias para garantir aplicações electrónicas de transformação e serviços em África; especialmente a infra-estrutura terrestre de banda larga intra-Africana; e segurança cibernética, tornando a revolução da informação a base para a prestação de serviços para as indústrias de bio e nano-tecnologia e, finalmente, transformar a África numa Sociedade electrónica (*e-Society*). A UA com o Governo da Índia financiaram e implementaram o projecto da e-Rede Pan Africana (PAeN) que liga quarenta e oito Estados Membros da União Africana por satélite e fibra óptica com o objectivo de proporcionar Tele-educação, telemedicina, e serviços de Conectividade de Personalidades Importantíssimas (VVIP). A e-Rede Pan-Africana está em uso há cinco anos, incluindo o fornecimento e a instalação de equipamentos e do software, locação de largura da banda de satélite e cabo de fibra óptica submarina, operação e manutenção da rede e de pagamentos aos Hospitais e universidades que oferecem serviços de Tele-Medicina e Tele-Educação. A PAeN produziu um total de: (i) 18.208 estudantes matriculados em várias disciplinas de graduação e pós-graduação em diferentes universidades indianas através da rede, (ii) 606 consultas de Tele-Medicina por ano (iii) 4.390 sessões Contínuas de Educação Médica (CME); ou seja, cerca de 12.000 graduados ao longo dos cinco anos de funcionamento, em outras palavras, uma média de 2.400 formandos por ano que contribuem para o crescimento deste sector vital. No sector da saúde, cerca de 3.000 consultas médicas foram realizadas através da Rede levando a salvar vidas. O acordo com a Índia foi prorrogado por mais dois anos, e o CTE relevante e a Comissão estão a discutir uma estratégia de sustentabilidade para este projecto.

Criação da Universidade Virtual: o objectivo deste projecto é de aumentar o acesso ao ensino superior e a continuação do ensino em África, atingindo um grande número de estudantes e profissionais em vários locais (*sites*) simultaneamente e desenvolver recursos relevantes de alta qualidade de e-Aprendizagem, Aberta e a Distância (ODel). Foi criado para este projecto uma equipa de trabalho, e está em processo de desenvolvimento dum plano de acção, olhando para as seguintes áreas: mapeamento da capacidade existente de ODeL; mapeamento de infra-estruturas existentes; identificação de modelo de negócio adequado; desenvolvimento de um processo para o Programa e Misturas de Qualificações; desenvolvimento da estrutura do pessoal; desenvolvimento de projectos de estruturas de políticas de apoio; desenvolvimento de quadros de garantia da qualidade; desenvolvimento do plano de negócios orçamentados; e foi preparado um Documento de Trabalho do Projecto que irá facilitar e dar orientações estratégicas para a força de trabalho.

Livre Circulação de Pessoas e o Passaporte Africano:

O objectivo deste projecto é de transformar as leis de África, que continuam em geral restritivas à circulação de pessoas, apesar dos compromissos políticos de derrubar fronteiras com o intuito de promover a emissão de vistos pelos Estados-Membros, melhorar a livre circulação de todos os cidadãos africanos em todos os países africanos até 2018. Na sequência da decisão do Conselho Executivo sobre esta matéria, um estudo Continental sobre a livre circulação de pessoas em África foi completada e validada por um comité técnico, e discutido com as CERs. Este exercício identificou as lacunas existentes nas políticas de livre circulação a nível das CERs, e as principais áreas/temas a serem destacados na elaboração de um Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas. Foi realizado um estudo de todo o continente sobre as diferentes políticas em vigor que facilitam a livre circulação em África. O primeiro projecto de relatório está agora em processo de validação em vários níveis. O ano de 2016 será um período de consultas alargadas, nomeadamente com os Estados-Membros para desenvolver e validar um protocolo da UA sobre a livre circulação em África.

Zona Continental de Livre Comércio

Quatro reuniões do Fórum de Negociação da ZCLC estão previstas para 2016, a primeira durante a última semana de Fevereiro de 2016. Os Estados-Membros são instados a designar os seus Negociadores Chefes, suplentes e os pontos focais dentro das Missões Permanentes em Adis Abeba o mais brevemente possível. A Comissão irá igualmente garantir que o Sector Privado Africano esteja significativamente envolvido nas negociações da ZCLC, através da operacionalização do Conselho Empresarial Africano (ABC) como uma das instituições que foram estabelecidas para proporcionar uma contribuição efectiva do sector privado para as negociações da ZCLC.

Uma vez que as negociações têm um cronograma de 2017, é fundamental que os Estados-Membros proporcionem um financiamento adequado se as negociações forem concluídas dentro do período estabelecido. É igualmente importante

que todos os Estados-Membros sejam mobilizados para participar efectivamente nas negociações da ZCLC e os objectivos que foram definidos para a ZCLC sejam alcançados. A este respeito, a Comissão vai realizar várias actividades de trabalho político para manter a dinâmica no processo.

Estratégia de Produtos de Base e Industrialização: Permitir aos países africanos a agregar valores, extrair rendas mais altas dos seus produtos de bases, integrar as Cadeias Globais de Valor, e promover a diversificação vertical e horizontal ancorada na agregação de valores e no desenvolvimento de conteúdo local. A Estratégia de Produtos de Base da UA estabelece uma visão para a industrialização dirigida por mercadoria destinada a utilizar as mercadorias como um impulso para alcançar a transformação estrutural social e económica de África e da Agenda 2063. A Estratégia de Produtos de Base da UA revê a situação actual para os sectores de mercadorias de alta prioridade em África, nomeadamente a agricultura, mineração e energia. Considera as tendências e perspectivas actuais, bem como as oportunidades e desafios específicos do sector. Concentra-se igualmente em dois temas transversais críticos: Gestão da volatilidade dos preços das mercadorias e da industrialização através de Produtos de Base. A estratégia, entre outras coisas, propõe as seguintes questões como mecanismos para garantir que a África se beneficie dos seus recursos.

Junto com as estratégias para reforçar a industrialização dirigida por mercadoria, os países africanos deveriam se engajar em estratégias para influenciar os preços das mercadorias e maximizar as rendas baseadas em mercadorias. Estas incluem a influencia nos preços Globais das Produtos de Base através da negociação colectiva e a criação de bolsas de mercadorias, que são relativamente poucas no continente; a estabilização dos preços através de instrumentos de mercado, tais como o Sistema de Recepção no Armazém (WRS) e contratos futuros e opcionais que podem ser negociados em sistemas de troca de produtos, cooperativas de agricultores e mecanismos de contratos agrícolas, que são amplamente aplicados em vários países. Os instrumentos de mercado de estabilização de renda incluem o regime de contratos concluídos ou de grupo, seguros e produtos baseados em índices, tais como os seguros contra danos causados por fenómenos meteorológicos e a provisão de crédito e micro-finanças; as políticas macro-económicas, tais como as opções de pagamento diferido, no caso de choques externos, incluindo o surto ou colapso de preços de mercadorias; e fazer o uso apropriado das receitas das mercadorias para salvar receitas de mercadorias durante a explosão dos recursos para que possam suavizar os gastos dos recursos durante os bustos incluindo a criação de um fundo soberano.

O trabalho para 2016 inclui, completar as recomendações específicas do sector, os produtos de mineração, agricultura e energia até ao final de Fevereiro de 2016; e o desenvolvimento dum mecanismo institucional para a monitorização da estratégia; organização dum seminário de Validação para o projecto do documento da Estratégia em Abril de 2016, e apresentação da Estratégia de Mercadorias da União Africana para a apreciação pelos vários CTEs. As recomendações de políticas fundamentais para a estratégia é para serem implementadas, principalmente ao nível nacional, com alguma coordenação ao nível regional e continental

Silenciar as Armas em 2020: Acabar com todas as guerras, conflitos civis, a violência baseada no género e conflitos violentos e prevenir genocídios. Todo o trabalho da Comissão e das CERs sobre a Paz e Segurança é orientado para a consecução deste objectivo. O Quinto Retiro de Alto Nível da União Africana sobre a Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade em África, realizada em Outubro de 2014, Arusha, Tanzânia deliberou sobre "*Silenciar as armas - Possuir o Futuro*". Desde então, a CUA tem vindo a trabalhar com outros intervenientes na implementação das suas recomendações.

Instituições financeiras continentais: o Estabelecimento das Instituições Financeiras Continentais: visa a acelerar a integração e o desenvolvimento socioeconómico do continente, porque são instituições importantes quando se trata da mobilização de recursos e gestão do sector financeiro.

- ***Banco Central Africano***: Quadro Estratégico aprovado com a qualificação da Assembleia dos Governadores do Banco Central. Os Critérios de convergência devem ser revistos. Próximos passos em 2016: persuadir os Bancos Centrais Africanos a rever os critérios atempadamente; e convencer todas as regiões a adoptar a Estratégia.
- ***Banco Pan-Africano de Investimentos***: processo moroso de ratificação dos estatutos, precisa de quinze estados para que possa entrar em vigor.
- ***Fundo Monetário Africano***: Estatutos adoptados e precisa de ser ratificado pelos Estados-Membros; alcançado o acordo de consenso de acolhimento.
- ***Bolsa Virtual de Valores Pan-Africano***: Movimento lento devido à relutância de algumas partes. Isto é dirigido inteiramente pelo sector privado. A CUA vai continuar a persuadir, cotovelar, e a nutrir.

Conclusão

Decidimos construir a África que queremos. Concordamos e decidimos também que para construir a África que queremos, temos de desenvolver as nossas capacidades locais. Entendemos que os principais determinantes para alcançar o crescimento económico inclusivo e sustentável são internos, mesmo quando a colaboração e cooperação com actores externos são fundamentais para o desenvolvimento. Após a Cimeira da UA em Junho de 2015, a Comissão trabalhou com os Estados-membros para iniciar o processo de aplicação ao nível local da Agenda 2063. Devemos durante 2016, continuar a popularizar Agenda 2063 entre o povo Africano através de sensibilização e o reforço do processo de domesticação com os Estados-membros e as CER.

Reconhecemos a importância de infra-estruturas "materiais", ou seja, estradas, linhas férreas, portos marítimos e aéreos, para o desenvolvimento africano, e a relevância de infra-estruturas "imateriais", capital humano, instituições e políticas. Entendemos que para atingir uma economia eficiente devemos estabelecer instituições adequadas, incluindo direitos de propriedade, o Estado de direito e democracia, e criar ainda estruturas e ambientes propícios capazes de promover a atracção de investidores, o que tornará a economia africana mais competitiva e funcional e levaria a uma maior produtividade, robustez económica de longo prazo e estabilidade continental.

O processo que visa assumir o nosso destino nas nossas mãos continua a ser importante, incluindo a manutenção do rumo e a salvaguarda da unidade e integração africanas, bem como a implementação das nossas aspirações continentais através da Agenda 2063. Durante o ano de 2015, a Cimeira tomou, igualmente, decisões importantes sobre a mobilização de recursos ao nível local e o financiamento alternativo para a UA e seus programas.

Após a definição da maioria dos parâmetros que nos ajudariam a alcançar a África que almejamos e fazer progressos determinantes a este respeito, pode-se afirmar que o continente está, sem dúvida, numa trajectória ascendente na realização da sua agenda de desenvolvimento e de integração, tal como previsto na Agenda 2063 e no seu Primeiro Plano de Implementação Decenal.

Parte B: ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UA

Introdução

1. A União Africana tem a responsabilidade de liderar a integração e o desenvolvimento de África, e, através da Comissão da UA, de facilitar, coordenar e promover a agenda rumo a um continente integrado, centrado nas pessoas, pacífico e próspero, e que ocupa o lugar a que tem direito no mundo. As actividades da Comissão da UA foram levadas a cabo tendo em conta o seu mandato, conforme previsto no Acto Constitutivo e Estatutos, bem como as decisões dos órgãos deliberativos da UA.

2. O 3.º Plano Estratégico da Comissão (2014-2017) e a Agenda 2063, que orienta o seu trabalho, baseiam-se nas seguintes prioridades e resultados:

Resultado 1: Paz, boa governação, democracia e direitos humanos

Resultado 2: Agricultura, gestão dos recursos naturais, segurança alimentar

Resultado 3: Desenvolvimento económico inclusivo e industrialização impulsionada pela integração

Resultado 4: Melhoria da saúde, educação e emprego, sustentada pela ciência, tecnologia e pesquisa

Resultado 5: Mobilização de recursos para permitir que África seja auto-suficiente

Resultado 6: Uma União do Povo

Resultado 7: Capacidades institucionais e relações com as CER, Órgãos da UA e Parceiros

3. A Comissão está a trabalhar para harmonizar o 3º Plano Estratégico (2014-2017) com o Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, e deverá apresentar o Plano Estratégico revisto aos Órgãos Deliberativos para apreciação. O relatório Anual de 2016 deve, portanto, também reflectir os indicadores do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.

Destaques de 2015

4. Os principais destaques para a Comissão este ano incluem:

- A adopção do quadro da Agenda 2063, seu primeiro plano de implementação decenal, e o início da incorporação da Agenda 2063 nos planos nacionais e regionais, bem como o trabalho da CUA e outros órgãos.

- Mobilização por parte dos governos, sociedade civil, parceiros e empresários em torno de 2015 como o Ano do Empoderamento da Mulher para a Realização da Agenda 2063, e esforços concertados para a integração da componente de género na Comissão da UA.

- Trabalhos em curso sobre a implementação das estruturas e estratégias continentais, no contexto da Agenda 2063, incluindo a transformação agrícola, desenvolvimento de infra-estruturas, industrialização, educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento humano.

- O aumento da dimensão e conclusão da missão ASEOWA na Guiné, Libéria e Sierra Leone, o trabalho sobre a operacionalização do Centro Africano de Controlo de Doenças (ACDC), e, de forma mais geral, o reforço dos sistemas de saúde e da luta contra doenças como a primeira Estratégia Africana de Saúde (2007-2015).

- Finalização do relatório do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos, relações e advocacia a nível continental e global sobre estratégias para combater os fluxos financeiros ilícitos, incluindo consultas regionais sobre a implementação de recomendações.

- Progresso registado em matéria de governação, com várias eleições realizadas com sucesso este ano, e a atribuição de Prémio Nobel da Paz em 2015 à Tunísia, pelo seu diálogo nacional com vista à construção de uma democracia pluralista.

- Progresso registado em matéria de integração, incluindo o início da implementação da disposição do Acordo Tripartido e o lançamento das negociações sobre a Zona de Comércio Livre Continental na Cimeira de Junho deste ano.

- Trabalhar para operacionalização total da Arquitectura Africana de Governação, com a constituição da Plataforma AGA, observação de eleições, envio de observadores dos direitos humanos, bem como o desenvolvimento de directrizes para a implementação da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação.

- Esforços contínuos para estabelecer a paz na Somália, República Centro Africana, no leste da República Democrática do Congo, Sudão, Burkina Faso e Mali, com desafios em curso no Sudão do Sul, Burundi, Líbia e a luta contra o terrorismo - BokoHaram na África Ocidental e Central, e AlShabaab na África Oriental. A Arquitetura Africana de Paz e Segurança foi reforçada com a conclusão, com sucesso, dos exercícios da Força Africana em Estado de Alerta - AMANI 2.

- Maior atenção para tirar proveito do papel da mulher em todos os processos de paz, incluindo na prevenção, mediação de conflitos, operações de apoio à paz, reconstrução pós-conflito e consolidação da paz. Este ano, no âmbito do 15º aniversário da Resolução 1325 das Nações Unidas, testemunhou-se também o trabalho contínuo com vista a eliminar as vulnerabilidades das mulheres e crianças, incluindo um enfoque na violência sexual durante e após os conflitos. Este aspecto

foi destacado na Cimeira de Junho, durante um painel de alto nível com a enviada especial da ACNUR para os Refugiados, Senhora Angelina Jolie-Pitt, e S.Ex.ª William Hague.

- O crescente número de mortes de africanos e outros migrantes no deserto de Sahel/Sahara e no mar Mediterrâneo, sendo que a crise migratória foi agravada pela situação na Líbia, Iémen e Síria, que levou à Cimeira de Valletta sobre Migração, organizada pela Europa em Novembro 2015.

- O trabalho em curso para combater a impunidade, com o início do julgamento de Hissène Habré, e apresentação do relatório da Comissão de Inquérito para o Sudão do Sul, a decisão de estabelecer um tribunal híbrido para assegurar a justiça.

- Participação nos processos globais em torno da agenda de desenvolvimento pós-2015, o financiamento para o desenvolvimento, e negociações sobre as alterações climáticas;

- Conclusão dos trabalhos sobre a revisão estratégica das parcerias de África com o resto do mundo, trabalhos em curso sobre as parcerias existentes e promoção da agenda de transformação de África.
- Melhorias institucionais contínuas, com enfoque na racionalização do trabalho das Cimeiras da UA, projecto de reestruturação da Comissão da UA e trabalho sobre fontes alternativas de financiamento.

Cimeiras realizadas durante o ano de 2015

5. Na sua qualidade de secretariado da União Africana, a Comissão apoiou o trabalho dos órgãos deliberativos. Durante o ano de 2015, em colaboração com o Comité de Representantes Permanentes, organizou e facilitou as seguintes sessões:

Tabela 1: Cimeiras da UA/ Reuniões dos Órgãos Deliberativos durante o ano de 2015

CIMEIRA/ REUNIÕES	DATA E LOCAL
24.ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana	Janeiro de 2015 Adis Abeba, Etiópia
26.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da UA	Janeiro de 2015 Adis Abeba, Etiópia
25.ª Sessão Ordinária da Conferência	Junho de 2015 Joanesburgo, África do Sul
27.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo	Junho de 2015 Joanesburgo, África do Sul

6. A Cimeira Extraordinária sobre Segurança e Desenvolvimento Marítimo, agendada para ter lugar no Togo, em Novembro de 2015, foi adiada para Março de 2016 por razões logísticas. Uma missão de avaliação foi realizada pela Comissão em Dezembro de 2015, a fim de assegurar os preparativos para a realização da Cimeira em Março.

Operacionalização dos Comités Técnicos Especializados

7. Os Comités Técnicos Especializados (CTE) estão previstos como Órgãos da União, tanto no Tratado de Abuja como no Acto Constitutivo. O Artigo 14.º do Acto Constitutivo prevê sete (7) CTE iniciais e autoriza a Conferência a reestruturá-los e criar outros, e o Artigo 15.º confere a responsabilidade aos CTE, cada um dentro da sua área de competência, para elaborar projectos e programas da União e apresentar ao Conselho Executivo; assegurar a supervisão, o acompanhamento e a avaliação da implementação das decisões tomadas pelos órgãos da União; assegurar a coordenação e harmonização de projectos e programas da União; apresentar ao Conselho Executivo, por sua própria iniciativa ou a pedido do Conselho Executivo, relatórios e recomendações sobre a implementação desta disposição do Acto Constitutivo; e executar quaisquer outras funções que lhe forem atribuídas com a finalidade de assegurar a implementação das disposições do Acto Constitutivo.

8. A Comissão concordou em 2014 em acelerar a operacionalização dos CTE durante o ano de 2015, e, portanto, muitos CTE realizaram as suas reuniões inaugurais este ano, em substituição das conferências ministeriais. Todos os CTE adoptaram, durante as suas primeiras reuniões, o seu regulamento interno, com a aprovação final do CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos, de modo que estão harmonizados e em consonância com o quadro jurídico da UA.

Agenda 2063 - Primeiro Plano de Implementação Decenal

9. Durante o ano de 2015, a Comissão finalizou o Documento Quadro da Agenda 2063, que foi aprovado pela Conferência em Janeiro de 2015. Após a aprovação, a Comissão iniciou a preparação do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, que foi adoptado pela Conferência na sua Cimeira de Junho de 2015 em Sandton, África do Sul. Na sequência da adopção do Primeiro Plano de Implementação Decenal, a Comissão iniciou a incorporação do plano a nível dos Estados-membros e das CER, sendo que a incorporação é definida como "*o processo de sensibilização e reforço do envolvimento e apropriação dos cidadãos da Agenda 2063, levando à inclusão informada dos seus objectivos, prioridades e metas nos processos legislativos, políticos, institucionais, de planificação, programação e orçamentais que impulsionam o desenvolvimento a nível local, sectorial e nacional*".

10. Portanto, o objectivo do processo de incorporação era assegurar que os Estados-membros integrassem o Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 nas suas visões, estratégias e planos de desenvolvimento

nacionais. O exercício de incorporação envolveu consultas com peritos governamentais em planificação, finanças, estatísticas, relações exteriores, auditoria, comunicação social, operadores de redes de telecomunicações, assim como com parlamentares e organizações da sociedade civil (OSC). Até o final de 2015, vinte e um (21) Estados-membros[6] iniciaram o processo de incorporação e estão agora a alinhar os seus planos com a Agenda 2063 ou pretendem fazê-lo à medida que os planos actuais são executados. Outros estão a projectar mecanismos de alinhamento da Agenda 2063. Na sequência deste processo, a Comissão elaborou *Directrizes para a Incorporação da Agenda 2063* para utilização pelos Estados-membros no processo de incorporação.

11. Do mesmo modo, foram empreendidos esforços para melhorar a incorporação interna a nível da Comissão da UA e todos os órgãos da UA, com o objectivo de alinhar o Plano Estratégico da CUA 2014-2017 e os Planos Estratégicos dos Órgãos da UA com a Agenda 2063. Esforços também foram empreendidos para assegurar que as Representações Regionais da UA e os Grupos de Embaixadores dos Estados-membros em todo o mundo sejam totalmente envolvidos na incorporação e promoção da Agenda 2063.

12. A Comissão, com o apoio da Fundação Africano de Reforço de Capacidades (ACBF), realizou um exercício de avaliação das capacidades existentes e os seguintes relatórios com recomendações foram concluídos: (a) um estudo de avaliação de necessidades de capacitação, (b) Um plano de desenvolvimento de capacidades para o Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063; e (c) Identificação das competências técnicas críticas para o Primeiro Plano de Implementação Decenal. O Estudo de Avaliação de Necessidades de Capacitação incorpora o quadro conceptual da capacidade africana, e destaca as categorias de capacidade, com enfoque específico em questões como objectivos, metas e áreas prioritárias contidas no Primeiro Plano de Implementação Decenal. Identifica também as potenciais responsabilidades em termos de capacitação para os vários grupos de intervenientes, incluindo o sector privado, organizações da sociedade civil, universidades, redes de jovens e mulheres e outros actores. O Documento-quadro do Plano de Desenvolvimento de Capacidades apresenta propostas fundamentais sobre as prioridades e planificação de desenvolvimento de capacidades a nível nacional, regional e continental. Analisa também as capacidades dos principais grupos de intervenientes, tais como jovens, mulheres e universidades. Foram igualmente desenvolvidas as capacidades indicativas adicionais necessárias para os projectos emblemáticos previstos no Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.

13. O segundo estudo identificou as Competência Técnicas Críticas (CTC) necessárias para o Primeiro Plano de Implementação Decenal, as competências existentes no continente, as competências necessárias para os projectos emblemáticos-chave e, portanto, as lacunas. O relatório analisa a situação

[6] Países constantes na lista:

actual das CTC nos países africanos, o estado da educação no que se refere às CTC, bem como ciência, tecnologia, engenharia, matemática e educação e formação técnico-profissional. Estabelece a importância e a urgência de identificar e priorizar as CTC para o continente, bem como proporcionar a lista indicativa das áreas de CTC para o Primeiro Plano de Implementação Decenal. As capacidades indicativas necessárias para os programas emblemáticos e outras estruturas continentais como o PIDA, CAADP, AIDA, STISA e AMV também foram apresentadas, juntamente com sugestões para organizar e mobilizar CTC e outras áreas de competência profissionais e capacidades para a implementação das intervenções. Uma secção do estudo incidiu na Diáspora Africana, com uma análise do número actual de cidadãos na diáspora, especificamente na América do Norte, Europa e Ásia, e mecanismos sugeridos para tirar proveito das suas competências para a Agenda 2063. A tecnologia e inovação foram igualmente identificadas como principais áreas de competências críticas de preocupação, e o papel das universidades para acelerar as CTC as africanas.

14. Foram registados progressos em relação aos seguintes Projectos Emblemáticos - Rede Integrada de Comboio de Alta Velocidade; Barragem de Grande Inga; Mercado Único da Aviação Africano; Espaço; Rede Electrónica Pan-Africana; Plataforma Anual Africana de Diálogo Económico; Criação da Universidade Virtual; Livre Circulação de Pessoas e Passaporte Africano; Zona de Comércio Livre Continental; Silenciamento das Armas até 2020; Desenvolvimento de uma Estratégia de Produtos de Base; e criação das Instituições Financeiras Continentais, incluindo o Banco Central Africano.

15. A Comissão continua a envolver a sociedade civil e a Diáspora no plano de implementação decenal, mais notavelmente durante este ano, através de um ECOSOCC revitalizado, vários encontros com a diáspora, encontros com estudantes universitários durante as comemorações do Dia da Juventude Africana em Novembro de 2015, com a Organização dos Sindicatos Africanos. Todos estes fizeram contribuições e comprometeram-se a trabalhar com a União Africana na implementação da Agenda 2063 e a fornecer informações sobre a implementação da Agenda 2063.

Resultado 1

Democracia, paz, direitos humanos e boa governação

Promoção de eleições livres, justas e pacíficas

1. A Comissão da UA continuou a realizar actividades para promover a democracia e um clima político estável, trabalhando com os Estados-membros e as CER para assegurar processos eleitorais transparentes, credíveis e pacíficos, através do apoio e reforço das capacidades dos órgãos de gestão eleitoral para administrar eleições credíveis no continente.

2. Durante o ano de 2015, a Comissão enviou missões de avaliação pré-eleitoral e observação de eleições aos Estados-membros que realizaram eleições este ano. Foram mobilizados no total 150 observadores formados, provenientes de vários países e instituições africanas, incluindo o Comité de Representantes Permanentes (CRP) da União Africana, Parlamento Pan-Africano (PAP), Órgãos da Administração Eleitoral Africanos (EMB), Organizações da Sociedade Civil (OSC) e peritos independentes em matéria eleitoral. O envio de observadores da UA contribuiu para criar um clima de eleições pacíficas nestes países, o que proporcionou oportunidades para os cidadãos exercerem os seus direitos políticos. Os relatórios sobre as eleições das Missões de Observação Eleitoral foram elaborados com base na *Carta Africana sobre eleições, boa governação e democracia*, com recomendações para melhorar a gestão dos processos eleitorais. Estes relatórios foram partilhados com os Estados-membros em causa, intervenientes, e foram também publicados no website da Comissão da UA para o público em geral.

3. Outras actividades relacionadas com eleições que a Comissão da UA levou a cabo incluem a reactivação da Associação de Autoridades Eleitorais Africanas (AAEA) e organização da 3.º Fórum Continental de Órgãos de Gestão Eleitoral (OGE). As reuniões tanto do AAEA como do Fórum Continental de OGE foram realizadas em Acra, de 22 a 24 de Julho 2015, sob os seguintes respectivos temas: '"*Promover Processos Eleitorais Credíveis e Transparentes em África através da Cooperação e Assistência entre os OGE"* e *"O Papel dos Órgãos de Gestão Eleitoral na Prevenção da Violência Relacionada com Eleições".* A reunião do 3.º Fórum Continental de OGE estudou a violência relacionada com eleições e o papel dos OGE na prevenção e mitigação deste fenómeno.

4. A Comissão da UA prestou também assistência técnica e apoiou no reforço das capacidades dos órgãos de gestão eleitoral (OGE) na Cote d´Ivoire, Lesotho e Malawi, usando o currículo BRIDGE (Desenvolvimento de Recursos em matéria de Democracia, Eleições e Governação). Workshops de "formação de facilitadores" foram realizados e tiveram como alvo 48 funcionários dos OGE em Cote d'Ivoire e Lesoto, bem como foram realizados workshops modulares para 50 funcionários em Lesoto e Malawi. A formação proporcionou uma oportunidade para o pessoal dos OGE e outros intervenientes reforçarem mais as suas competências profissionais em matéria de gestão dos processos eleitorais, incluindo a resolução de disputas relacionadas com eleições.

Direitos Humanos e dos Povos, Constitucionalismo e questões Humanitárias

5. A Comissão iniciou, entre outras, as seguintes actividades para a promoção de abordagens baseadas nos direitos no continente: operacionalização do grupo da Arquitectura Africana de Governação sobre Direitos Humanos e Justiça Transitória; formação para as Instituições Nacionais de Direitos Humanos Africanas; desenvolvimento da nota conceptual do projecto de 2016 que visa comemorar 2016 como o Ano dos Direitos Humanos com ênfase nos

Direitos da Mulher, criação do Instituto Pan-Africano para os Direitos Humanos; formação em documentação das violações dos direitos humanos; desenvolvimento de termos de referência para o Memorial dos Direitos Humanos da UA e publicação do convite para apresentação de propostas de concepção; envio de observadores dos direitos humanos; e desenvolvimento de um Quadro de Política de Justiça Transitória Africano.

6. Além disso, a Comissão organizou, em conjunto com os principais intervenientes, o Diálogo sobre Direitos Humanos UA-ONU, e o Diálogo sobre Direitos Humanos UA-UE, participou nas Sessões de 2015 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), e fez contribuições para o Centro de Recursos para a Democracia, Governação e Direitos Humanos da Comissão da União Africana. A Comissão trabalhou também com as Nações Unidas sobre os seguintes instrumentos comuns: (a) *Plano de Acção das Nações Unidas e da UA relativo aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos*; e (b) um *Manual de Direitos Humanos para Missões de Paz* conjuntas. O envio de observadores dos Direitos Humanos da UA se tornou, desde então, um novo e importante papel da Comissão, sendo que observadores dos direitos humanos (ODH) ainda são enviados ao Mali (desde 2014). Testemunhou-se também em 2015 o envio de observadores ao Burundi, República Democrática do Congo, Somália e Sudão do Sul. Além disso, os peritos em direitos humanos monitorizaram e apresentaram relatórios sobre a situação dos civis e outras violações dos direitos humanos, do direito humanitário internacional e das leis de refugiados.

7. Duas outras importantes consultas sobre a promoção da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação (ACDEG), co-organizadas com a IDEA, foram realizadas este ano. A primeira foi a consulta de peritos com os Estados-membros que assinaram e ratificaram a Carta, com vista ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados nos termos da Carta, sua incorporação nas legislações, políticas e instituições nacionais e abordagem do papel de todos os intervenientes. A consulta contou com a participação dos Órgãos da UA, CER, órgãos de comunicação social, representantes da sociedade civil e grupos de reflexão.

8. A segunda iniciativa foi um workshop com Ministros da Educação, co-organizado pelos Departamentos de Assuntos Políticos e Recursos Humanos, Ciências e Tecnologia, que se debruçou sobre a integração dos valores comuns da Carta nos currículos escolares. Esta reunião discutiu uma metodologia de consciencialização e integração dos valores comuns no currículo escolar, promoção de uma cultura política democrática, do espírito do constitucionalismo e do Estado de direito em todo o continente, como os ideais pan-africanos. A consulta também discutiu outros objectivos, incluindo a divulgação da ACDEH entre os jovens cidadãos africanos; a construção de uma população estudantil capacitada que se apropria e está ciente do mandato, visão e instrumentos da União Africana; e criação de condições para que os estudantes tenham uma voz activa na promoção da democracia no seu país e no continente.

9. Na área de Constitucionalismo e Estado de direito, a Comissão deu início a uma série de actividades, incluindo e não se limitado à: reunião inaugural dos Grupos sobre Constitucionalismo e Estado de Direito das Plataformas Africanas de Governação da Arquitectura Africana de Governação; o lançamento de três estudos sobre o Estado do Constitucionalismo em África; uma estratégia para abordar a mudança inconstitucional de governo e os desafios para o Estado de Direito em África; uma reunião com o Parlamento Pan-Africano e Parlamentos Regionais, e a reunião com as instituições judiciais da Região da SADC para reforçar o Constitucionalismo e o Estado de Direito em África.

10. Os seguintes dias dos direitos humanos - Genocídio de Ruanda, Dia Africano dos Direitos Humanos, Dia Internacional da Tolerância e Dia Internacional dos Direitos Humanos - foram comemorados com sucesso, e ajudaram a aumentar a consciência sobre a promoção e protecção dos direitos humanos.

11. Complementando os esforços do Departamento de Assuntos Políticos, o Departamento de Paz e Segurança prestou apoio aos países acabados de sair de situações de conflito e que estavam prestes a realizar eleições, através dos Escritórios de Ligação da UA, a fim de prevenir a violência pré-eleitoral. Estes esforços ajudaram na promoção da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação (ACDEG) nos países acabados de sair de situações de conflito, e o Departamento trabalhou com a *International Alert* para assegurar a operacionalização dos instrumentos de governação em situações pós-conflito. Isto está em consonância com a *Política de Desenvolvimento e Reconstrução Pós-Conflito de 2006*, que visa prevenir a reincidência de conflitos através da promoção da boa governação e do Estado de Direito. Foi também prestado apoio à CEEAC para o reforço da capacidade das mulheres na educação cívica na República Centro-Africana, bem como promoção do papel das mulheres na consolidação da paz e reconciliação em Madagáscar. Estes são exemplos de ligação simbiótica entre a Arquitectura Africana de Governação e a Arquitectura Africana de Paz e Segurança com vista a silenciar as armas.

12. A fim de abordar melhor as questões de vulnerabilidades em tempo de conflito, a Comissão concluiu um Memorando de Entendimento (MdE) com Medecins d'Afrique (MDA), uma ONG Pan-Africana que congrega médicos e psicólogos do continente e da diáspora para o seu envio em contextos de emergência para responder às necessidades de emergência de vítimas, incluindo as vítimas de violência sexual em conflitos, bem como abordar o trauma. No âmbito desta iniciativa, esforços estão em curso para fortalecer as capacidades a nível nacional para investigar crimes de violência sexual e acabar com a impunidade como parte da promoção da recuperação das comunidades.

13. A Comissão, através dos Departamentos de Assuntos Políticos e de Paz e Segurança, contribuiu activamente para a formulação Projecto-Quadro de Ajuda Humanitária da UA, com destaque para a protecção e os direitos dos

refugiados e deslocados internos, bem como a ligação crítica entre emergência, recuperação rápida e reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

Sectores Públicos centrados no Desenvolvimento e nas Pessoas e Governação Local

14. O Dia Africano da Função Pública foi comemorado nos Estados-membros, sendo que a actividade comemorativa continental teve lugar em Brazzaville, República do Congo, de 19 a 23 Junho de 2015, sob o tema *O papel da Função Pública, para o Empoderamento da Mulher, Inovação e Prestação de Serviços Acessíveis em África*. A comemoração do dia aumenta a consciência nos Estados-membros da UA sobre a importância da prestação de serviços eficazes a todos os níveis. Durante as comemorações continentais, os Estados-membros da União Africana partilharam as suas experiências sobre o tema, e os Estados com inovações exemplares e com impacto na função pública receberam prémios pelas suas realizações.

15. Uma reunião sobre o orçamento para o Plano de Trabalho de Dois Anos do Comité Técnico Especializado da Função Pública, Governação Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização (CTE-UA No. 8) foi realizada em Yaoundé, Camarões, nos dias 14 e 15 de Janeiro de 2015.

16. Um Workshop de Consulta de Alto Nível, seguido de uma consulta com os intervenientes sobre o Conselho Superior de Autoridades Locais da União Africana (HCLA-UA), foi realizado em Dakar, Senegal, em Abril de 2015. O HCLA-UA é um novo órgão consultivo da União Africana que visa envolver as pessoas no desenvolvimento das suas próprias comunidades através dos seus líderes e governantes tradicionais a nível local. O Governo do Senegal reafirmou o seu compromisso em sediar o Secretariado do HCLA-UA e financiar o Órgão de Janeiro de 2016 a Dezembro de 2017.

17. Uma reunião de advocacia da África Oriental e Austral foi realizada em Maputo, Moçambique, nos dias 2 e 3 de Novembro 2015, e contou com a participação de representantes de dez (10) Estados-membros da UA (Comores, Eritreia, Etiópia, Quénia, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe e África do Sul), bem como um representante da Associação Africana de Administração e Gestão Pública (AAPAM), para promover a assinatura e ratificação da *Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Função Pública e Administração*.

18. As organizações que trabalham no sector da administração local e cidades realizaram também consultas e partilharam experiências no âmbito da Agenda 2063 e dos preparativos para a 3.ª Reunião da ONU Habitat a ter lugar em 2016. Estas reuniões incluíram o fórum de Capitais Africanas, realizado em

Junho deste ano, a Cimeira Africities realizada em Joanesburgo, em Novembro de 2015 e um fórum conjunto sobre urbanização com a Habitat África, na Assembleia- geral da ONU em Setembro. O CTE-UA No. 8 coordenou os esforços para o desenvolvimento de um projecto de Posição Comum Africana sobre Urbanização para a Conferência Habitat III, agendada para 2016.

Paz, segurança e o Silenciar das armas

19. A União Africana, através do seu Conselho de Paz e Segurança e da Arquitectura Africana de Paz e Segurança, continua atenta à questão da paz e segurança, no âmbito do compromisso da Agenda 2063 de silenciar as armas no continente até 2020.

A Construção da Paz, Prevenção e Resolução de Conflitos

20. Ao longo de 2015, o Conselho de Paz e Segurança e a Comissão deram especial atenção à ameaça de atentados terroristas, que, ao longo dos últimos anos, sofreu um aumento dramático, tanto em termos de propagação, frequência e letalidade. Existe uma maior colaboração entre os grupos terroristas, uma vez que procuram expandir as suas operações e adquirir territórios inteiros, sujeitando a população sob o seu controlo, especialmente mulheres e raparigas a um tratamento duro e a exploração e violência continuadas. O surgimento do Estado Islâmico (IS) em Junho 2014 exacerbou uma situação já volátil, uma vez que levou à reconfiguração e reafectação de grupos terroristas em África, tendo alguns destes grupos declarado lealdade ao IS e outros, reafirmando a sua lealdade à Al-Qaida. Isso não só levou a um aumento dos ataques por esses grupos em território Africano, como também exortou os Jihadistas a migrarem para a África para expandir o Califado. A situação actual exige esforços continuados e concertados dos Estados-membros e da UA. A Cimeira do CPS realizada em Nairobi, em Setembro de 2015, adoptou um roteiro detalhado, e a sua implementação efectiva irá contribuir de forma significativa para o combate ao flagelo do terrorismo e crime organizado transnacional. A Comissão continuou a fazer o acompanhamento das disposições pertinentes do comunicado, e actualizar regularmente o CPS relativamente aos progressos e desafios.

21. Continuam em curso no terreno, os esforços para neutralizar vários grupos terroristas. Na Somália, a AMISOM e as Forças de Segurança Nacional da Somália têm feito progressos na degradação da capacidade do Al Shabaab. Este grupo continua, no entanto, a representar uma ameaça significativa, tendo já recorrido a ataques assimétricos com maior eficiência e letalidade. O Grupo de Trabalho Regional (GTR) da Iniciativa de Cooperação Regional para a Erradicação do Exército de Resistência do Senhor (RCI-LRA) continua a exercer pressão sobre a LRA, realizando operações ofensivas contra o LRA na RCA e RDC, e a realizar acções de protecção de civis bem como a apoiar na prestação de assistência humanitária. A morte de civis pelo LRA reduziu

significativamente. Os países membros da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e o Benin prosseguem os seus esforços no âmbito da Força Multinacional Conjunta (MNJTF). Embora o Boko Haram ainda seja capaz de realizar ataques em vários locais da Região da Bacia do Lago Chade, a capacidade do grupo está depauperada. A Comissão, no seguimento dos comunicados relevantes do CPS, está a ampliar o suporte para a operacionalização do MNJTF.

22. A Comissão continua a promover o processo de Nouakchott para o Reforço da Cooperação na área da Segurança e a Operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (AAPS) na Região Sahelo-Saariana, bem como o Processo de Djibouti sobre o Reforço da Cooperação na área Segurança na África Oriental. Estas iniciativas visam facilitar o intercâmbio atempado de informações e de dados bem como facilitar a coordenação operacional entre os Serviços de Informação e Segurança das duas regiões. A segunda reunião dos Chefes dos Serviços de Informação e Segurança do Processo de Djibouti realizou-se em Kampala, em 14 e 15 de Julho de 2015, devendo a sua terceira reunião ser realizada em Adis Abeba, em 7 de Dezembro de 2015. Esforços estão a ser envidados para que se conclua um Memorando de Entendimento (MdE) sobre a criação de uma Unidade de Fusão e Ligação para a região da África Oriental.

23. ***Sudão do Sul:*** O processo de paz no Sudão do Sul abrandou durante o primeiro semestre do ano, com a continuação do sofrimento da população. Esforços adicionais e concertados foram envidados durante o segundo semestre do ano. Em 17 e 26 de Agosto de 2015, respectivamente, e na sequência dos esforços envidados pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), com o apoio da UA e outros intervenientes internacionais, o Movimento de Libertação do Povo do Sudão na Oposição (SPLM / IO) e o Governo da República do Sudão do Sul assinaram o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul. Medidas tomadas posteriormente para lançar as bases para uma boa implementação do acordo incluem a nomeação do antigo Presidente Festus Mogae do Botswana pela IGAD como Presidente da Comissão de Monitorização e Avaliação Conjunta (JMEC) a 21 de Outubro de 2015, que é responsável pela monitorização e supervisão da implementação do Acordo e do mandato, bem como das funções do Governo de Transição de Unidade Nacional (GoTUN). Em 26 de Outubro de 2015, um acordo foi alcançado sobre medidas de segurança na capital, Juba. Depois disso, assistiu-se à nomeação do Presidente do Mecanismo de Monitorização do Cessar-fogo e das Medidas de Segurança Transitórias (CTSAMM). Na altura da finalização do presente relatório, estavam em curso preparativos para os membros do SPLM/IO voltarem para Juba, um passo fundamental para o estabelecimento do GoTUN, que vai desencadear o processo global de implementação do acordo de paz. Sem dúvida, tendo em conta a complexidade das questões a serem tratadas, as partes devem demonstrar maior empenho e boa-fé, a fim de concluírem com êxito o processo de paz e abrir um novo capítulo na história conturbada da sua jovem nação.

Como parte do envolvimento da UA na busca da paz no Sudão do Sul, o CPS deu um mandato para que se criasse uma Comissão de Inquérito para investigar violações dos direitos humanos e se apresentasse uma recomendação sobre a melhor forma de alcançar a justiça, reconciliação e cura entre as comunidades do Sudão do Sul. O relatório da Comissão de Inquérito, juntamente com o parecer separado de um dos membros da Comissão, foi publicamente divulgado em Outubro de 2015. Os relatórios documentaram a horrível violência exercida pelas partes beligerantes sobre a população civil, e apresentaram uma série de recomendações relativas à responsabilização, justiça e reconciliação, bem como recomendações relativas à construção do Estado. A Comissão, com base no comunicado afim do CPS, de 26 de Setembro de 2015, está a tomar medidas de acompanhamento necessárias, incluindo no que diz respeito à criação do Tribunal Híbrido

24. ***Sudão e Sudão do Sul****:* Existem progressos na implementação do Acordo de Cooperação de Setembro 2012, entre o Sudão e o Sudão do Sul. Com a ajuda do Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP), presidido pelo ex-presidente Thabo Mbeki e que inclui o General Abdulsalami Abubakar, os dois países, na reunião extraordinária do Mecanismo Político e de Segurança Conjunto (JPSM), realizada em Adis Abeba, nos dias 13 e 14 Outubro de 2015, aceitaram o Mapa e a Linha Central proposto pela AUHIP para facilitar a Zona Fronteiriça Desmilitarizada Segura (SFDS). Esta reunião foi precedida pela realização, em Adis Abeba, de a 6 a 8 Outubro de 2015, de uma reunião da Comissão Transfronteiriça Conjunta entre o Sudão e o Sudão do Sul, sob a facilitação do Programa Transfronteiriço da UA (AUBP). As partes chegaram a acordo sobre medidas específicas para agilizar a demarcação da sua fronteira comum. O AUHIP continua a trabalhar em outros aspectos do seu mandato, dado que estes se relacionam com a resolução dos conflitos em Darfur e nas Duas áreas do Sudão, e para o apoio do Diálogo Nacional anunciado pelas autoridades sudanesas em Janeiro de 2014. Estão em curso preparativos para a realização de negociações que envolvem o Governo do Sudão, por um lado, os movimentos armados de Darfur e o SPLM/Norte, por outro, para alcançar uma cessação das hostilidades e abrir o caminho para um diálogo nacional inclusivo.

25. ***Somália***: A situação geral na Somália está a evoluir de forma positiva, como demonstrado pelas várias medidas tomadas para a realização da Visão 2016. O Governo Somália reiterou o seu compromisso de respeitar os prazos constitucionalmente mandatados dos poderes legislativo e executivo, que expirarão em Agosto e Setembro de 2015, respectivamente. O recente lançamento do Fórum Consultivo Nacional de Eleições é mais um passo encorajador. Progressos continuam também a ser feitos relativamente ao processo de formação do Estado e da revisão da Constituição Provisória. Não obstante estes desenvolvimentos positivos no terreno, o grupo terrorista Al Shabaab continua a representar uma ameaça significativa, recorrendo a ataques assimétricos. Para resolver esta situação, a Comissão, em consulta com as partes interessadas, desenvolveu um conceito harmonizado revisto das operações em Setembro de 2015, para criar e preservar um ambiente

favorável para os processos políticos de paz e reconciliação em curso na Somália. Para alcançar este objectivo, a AMISOM e as forças nacionais Somalis necessitam de um apoio reforçado das NU e da comunidade internacional. A Comissão irá envolver as NU na implementação da resolução 2245 (2015) de 09 de Novembro de 2015, relativa à entrega do pacote de apoio da ONU à AMISOM. É, igualmente, necessário aumentar o apoio económico e financeiro e fornecer os dividendos da paz tão necessários à população no terreno. Em última análise, no entanto, os líderes Somalis têm a responsabilidade primária de alcançar a paz no seu país e devem ser instados a perseverar os seus esforços e continuar a demonstrar a necessária unidade de propósito e acção.

26. ***Mali***: A situação geral no Mali tem continuado a evoluir positivamente. O Acordo de Paz e Reconciliação, facilitado pela mediação liderada pela Argélia, foi finalmente assinado em 20 de Junho de 2015, através da Coordenação dos Movimentos da Azawad (CMA). O Governo e os Movimentos da Plataforma de Argel, o outro bloco de movimentos armados, e membros da Mediação, assinaram o documento em 15 de Maio de 2015. Conforme sublinhado várias vezes pelo CPS, o Acordo é um documento equilibrado e tem em conta as preocupações legítimas de todas as partes, incluindo o devido respeito pela unidade, integridade territorial e soberania do Mali, bem como a natureza secular do Estado. A sua implementação fiel irá contribuir para a resolução das crises recorrentes e instabilidade no Norte do Mali, bem como irá facilitar o combate ao terrorismo e grupos criminosos. O processo de implementação do Acordo foi confrontado com sérias dificuldades na fase inicial, mas registaram-se progressos desde então, conforme demonstrado pela criação do Comité de Acompanhamento que, até agora, reuniu-se cinco vezes, aumentou a colaboração entre os dois blocos de movimentos armados que até há pouco tempo estavam em contradição entre si, na sequência de uma reunião de uma semana em Annefis que terminou em 14 de Outubro de 2015, e a realização de uma conferência internacional de alto nível para a recuperação económica e desenvolvimento do Mali, em Paris, em 22 de Outubro de 2015. A conferência foi precedida por uma Missão Conjunta de Avaliação para avaliar as necessidades do norte do Mali. O custo de acções destinadas à rápida recuperação, redução da pobreza e desenvolvimento ao longo dos próximos seis anos foi estimado em 3,5 mil milhões de Euros. O processo de implementação do Acordo está a ter lugar no contexto de uma situação de segurança qua ainda contínua frágil, mas com tendências de melhorar.

A UA, nomeadamente através do MISAHEL, apoia activamente o processo de implementação do acordo de paz e reconciliação. MISAHEL é co-presidente do Subcomité de Acompanhamento responsável pelos assuntos políticos e institucionais. Além do Mali, a Comissão prosseguiu a implementação da Estratégia da UA para a região do Sahel, que se concentra na segurança, governação e questões de desenvolvimento socioeconómico. Neste contexto, a Comissão realizou a primeira reunião dos Ministros da Defesa dos países membros do Processo de Nouakchott para o melhoramento da Cooperação em

matéria de Segurança e a operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e de Segurança na região do S**ahelo-Sariana**, em Bamako, em 4 de Setembro de 2015. A reunião, que foi precedida por uma reunião preparatória dos Chefes de Estado-maior, alcançou um acordo sobre medidas operacionais para aumentar a cooperação na área de segurança na região, nomeadamente através de patrulhas comuns e unidades mistas. Além disso, foi acordada a realização de uma missão de avaliação técnica no norte do Mali, no contexto da implantação prevista de uma força de intervenção para combater os grupos terroristas e o crime organizado transnacional.

27. ***Cote d'Ivore e a Guiné*:** As eleições presidenciais, que se realizaram na Cotê d'Ivoire e na Guiné, em Outubro de 2015, foram bastante bem-sucedidas marcando uma nova etapa na consolidação da paz e no fortalecimento da democracia eleitoral. Todos os intervenientes nestes dois países devem ser incentivados nos seus esforços de reforçar a democracia e o estado de direito, incluindo a busca de soluções para as deficiências registadas nos respectivos processos eleitorais.

28. ***Burkina Faso:*** Tentativas de o Presidente e o partido no poder alterar a constituição levou a protestos populares, e renúncia final do Presidente. Depois de intervenções da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da UA, foi estabelecido um governo interino e as eleições foram realizadas pacificamente em 29 de Novembro de 2015. Burkina Faso vai necessitar do apoio contínuo da comunidade internacional na sequência da conclusão do processo de transição, particularmente no que respeita ao desenvolvimento socioeconómico.

29. ***Guiné-Bissau:*** O período que se seguiu à Cimeira de Joanesburgo foi marcado por tensões entre os actores políticos. Estas estão nomeadamente ligadas a divergências sobre a interpretação das disposições da Constituição relativas aos respectivos poderes do Presidente e do Primeiro-ministro. Graças aos esforços envidados pela CEDEAO, a UA, as NU e outros parceiros internacionais, a situação parece agora estar a voltar à normalidade. Um novo Primeiro-ministro foi nomeado em 17 de Setembro de 2015, e o seu governo empossado em 13 de Outubro de 2015. Na altura da conclusão deste relatório, o Governo ainda não estava completo, pois, o Chefe de Estado rejeitou as personalidades propostas pelo Primeiro Ministro para os postos de Ministro do Interior e Ministro dos Recursos Naturais, resultando num impasse no Parlamento e num desafio para o partido no poder.

30. ***Comores:*** As eleições presidenciais e legislativas que deverão ter lugar nas Comores em Fevereiro e Abril de 2016 são de importância capital para a estabilidade do arquipélago. Os Intervenientes de Comores devem, portanto, demonstrar uma grande responsabilidade durante o desenrolar do processo eleitoral e manter as disposições pertinentes da Constituição do seu país, incluindo as disposições relativas à rotação da presidência entre as ilhas autónomas da União das Comores. No seu comunicado de 21 de Setembro de 2015, o CPS sublinhou claramente este ponto.

31. ***Madagáscar*** continuou a registar progressos rumo à estabilização da situação. Eleições locais foram realizadas em 31 de Julho de 2015; estas forão seguidas por eleições senatoriais em Setembro de 2016. Os Intervenientes malgaxes devem ser incentivados a ter como base estes progressos para que haja uma maior estabilidade no seu país. A Comissão, nomeadamente através do seu Gabinete de Ligação em Madagáscar, continua a alargar o seu apoio aos intervenientes Malgaxes, nomeadamente no domínio da reforma do sector de segurança.

32. ***Líbia***: Não se realizaram progressos concretos na resolução do conflito que a Líbia enfrenta. Na sua reunião de Junho 2015, realizada em Joanesburgo, à margem da sessão ordinária da Conferência, o Grupo Internacional de Contacto para a Líbia (ICG-L) analisou a situação. O ICG-L reiterou a sua preocupação relativamente aos desafios políticos e de segurança vigentes, incluindo o agravamento do flagelo do terrorismo e instou todos os intervenientes Líbios a unir as suas forças e a envolverem-se mais seriamente na via do diálogo político e da reconciliação. No período posterior à reunião, o Representante Especial das NU intensificou as suas consultas com as partes líbias com vista a chegar a um consenso sobre um acordo político e sobre a criação de um Governo de Acordo Nacional. Em Setembro de 2015, apresentou um projecto de Acordo e, em 8 de Outubro de 2015 apresentou propostas sobre a composição do Poder Executivo do Governo. Estas propostas não foram aprovadas pelas Partes. Como resultado, o processo continua num impasse. Enquanto isso, a situação no terreno continua a ser de extrema preocupação, marcada por lutas internas contínuas, expansão das actividades terroristas, deterioração da situação humanitária e encerramento de instalações de petróleo. É evidente que não existe uma solução militar para o conflito na Líbia e que as partes têm de demonstrar um compromisso renovado para acabar com a tragédia que se abate sobre o seu país. A UA está disposta a ajudá-los no que for possível a este respeito.

33. A situação no ***Burundi*** é uma questão de grande preocupação para a UA e para a comunidade internacional. A situação deteriorou significativamente desde a última Cimeira, na sequência das eleições gerais de Junho e Julho de 2015, organizadas pelas autoridades, apesar do pedido feito pela Comunidade da África Central (EAC), a UA e Comunidade Internacional para que estas fossem adiadas. Recorde-se que a UA decidiu não observar as eleições devido à ausência de condições necessárias para a realização de eleições livres, justas, transparentes e credíveis, em conformidade com as disposições pertinentes da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação.

A situação no terreno é marcada pela violência, bem como pelo aumento dos casos de violações dos direitos humanos. Além disso, mais de 200 mil burundeses procuraram refúgio nos países vizinhos. O CPS realizou várias reuniões sobre a situação, onde expressou a sua profunda preocupação e salientou a necessidade de um diálogo genuíno e inclusivo. O CPS também decidiu impor sanções específicas contra todos aqueles que contribuem para a

perpetuação da violência e prejudicam a busca de uma solução pacífica. O Conselho de Segurança das Nações Unidas fez pronunciamentos semelhantes. O mediador nomeado pelo EAC, o Presidente Yoweri Museveni do Uganda, prossegue os seus esforços destinados a facilitar a resolução pacífica da crise actual. A UA apoia plenamente os seus esforços e tem repetidamente exortado todas as partes a cooperar plenamente com ele. No terreno, e para a prossecução dos comunicados relevantes do CPS, a Comissão mobilizou observadores dos direitos humanos e especialistas militares para monitorizar a situação dos direitos humanos e supervisionar o desarmamento das milícias e outros grupos armados ilegais. O objectivo é chegar a uma força total de 100 pessoas em 15 de Dezembro de 2015, incluindo a polícia. Nenhum esforço deve ser poupado para evitar uma nova deterioração, preservar os ganhos significativos feitos através e Acordo de Paz Reconciliação de Arusha, que é a base da estabilidade no Burundi, e assegurar a rápida resolução da crise actual.

Tendo em conta o agravamento da situação no terreno no Burundi, o CPS realizou a sua 565ª reunião que decidiu sobre o destacamento da Missão Africana de Prevenção e Protecção no Burundi (MAPROBU), e o seu apoio total para o reatamento do diálogo Inter-Burundês sob a liderança do Presidente Museveni. A Comissão tem envolvido o Presidente e o Governo, bem como o Conselho de Segurança da ONU na Decisão do CPS e saudou o reatamento do diálogo no dia 28 de Dezembro de 2015 em Kampala.

34. Esforços continuam a ser feitos para conclusão bem-sucedida da transição em curso na ***República Centro Africana*** (RCA), estando as eleições presidenciais e legislativas previstas para ocorrer em Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016. A lista de eleitores foi publicada em 4 de Novembro de 2015. Anteriormente, em 30 de Agosto de 2015, o conselho nacional de transição adoptou uma nova Constituição para o país. No entanto, a situação no terreno permanece frágil conforme ilustrado pelos numerosos actos de violência cometidos nos últimos meses, incluindo ataques contra civis e confrontos entre comunidades, particularmente no mês de Setembro de 2015. A situação humanitária e socioeconómica constitui igualmente motivo de preocupação. Durante o mês de Dezembro de 2015, foi realizado o referendo sobre emendas constitucionais na RCA, bem como a primeira volta de eleições para um novo governo. Devemos continuar a envidar todos os esforços para facilitar a conclusão bem-sucedida do processo de transição, e mobilizar o apoio necessário para permitir que a RCA enfrente os desafios a longo prazo, a fim de consolidar os progressos efectuados e garantir a estabilização duradoura do país.

35. A respeito de ***Região dos Grandes Lagos,*** a Comissão continua a acompanhar de perto e a apoiar activamente a implementação do Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo (RDC) e região. Embora algum progresso tenha sido registado durante o período em análise, muitos desafios persistem. Estes dizem respeito à contínua presença de grupos armados no leste da RDC, incluindo as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) e as Forças Democráticas

Aliadas (ADF), bem como os progressos limitados registados na implementação das Declarações de Nairobi, que concluiu o Diálogo de Kampala entre o Governo da RDC e o antigo Movimento de 23 de Março (M23). Foi neste contexto que a sexta reunião do Mecanismo de Supervisão Regional teve lugar em Nova Iorque, à margem da Assembleia-geral da ONU, em 29 de Setembro de 2015, sob os auspícios da UA e da ONU. A reunião analisou a situação na região e chegou a acordo sobre a via a seguir.

36. A situação entre ***Eritreia e a Etiópia***, bem como entre a Eritreia e o Djibuti, merece uma atenção permanente da UA. Em termos mais gerais, a Comissão, através do AUHIP, continua a trabalhar no sentido de promover uma abordagem regional e global aos desafios da paz e segurança para o Corno de África. O AUHIP deverá apresentar em breve ao CPS um relatório sobre esta questão.

37. ***Sahara Ocidental:*** Não se registaram progressos na busca de uma solução para o conflito de quatro décadas no Sahara Ocidental. A fim de contribuir para que se registem progressos no processo de paz, a Conferência, na sua Sessão Ordinária de Junho, apelou à Assembleia-geral da ONU para determinar uma data para a realização do referendo de autodeterminação para o povo do Sahara Ocidental. Este apelo foi reiterado pelo CPS na sua reunião de 26 de Setembro de 2015. São necessários esforços renovados para superar o impasse e facilitar uma solução que respeite a legalidade internacional.

38. Em paralelo com as medidas tomadas para prevenir ou resolver conflitos, a Comissão está também activamente empenhada em actividades de reconstrução pós-conflito e consolidação da paz. Estes aspectos revestem-se de especial importância, dado alto risco de recaída em violência de países emergentes de conflitos. A Iniciativa Solidária Africana (ISA) fornece um quadro para o reforço da cooperação intra-Africana e apoio nesta área.

39. Embora algum progresso tenha sido registado na resolução dos desafios de paz e segurança com que o continente se confronta, muito há ainda a fazer. A este respeito, a necessidade de esforços renovados para resolver os conflitos existentes e prevenir a ocorrência de violência, nomeadamente através do aprofundamento da democracia e a promoção da boa governação e dos direitos humanos, não pode ser mais enfatizado. A UA tem todos os instrumentos necessários para levar avante este programa, tendo em conta o compromisso assumido pelos Estados-membros de alcançar o objectivo de uma África livre de conflitos até 2020. Igualmente importante é a necessidade de mobilizar, a partir de dentro do continente, o aumento dos recursos para apoiar a implementação da Agenda de Paz e Segurança Africana. Sem esses recursos, a liderança e apropriação dos esforços de paz que o continente aspira não será eficaz.

Mulheres, Paz e Segurança

40. A Comissão, através do Departamento de Paz e Segurança, e o trabalho da Enviada Especial da Presidente da Comissão da UA para Assuntos da Mulher, Paz e Segurança, continua a enfatizar a importância da mulher no silenciamento de armas, participando nas negociações de paz, como mediadoras e na reconstrução pós-conflito.

41. Foram, igualmente, registados progressos consideráveis através do Programa de Género, Paz e Segurança na integração do género na Arquitectura de Paz e Segurança. Lançado em Junho de 2014, o Programa visa apoiar a implementação de compromissos continentais e mundiais sobre género, mulher, paz e segurança. Neste âmbito, a Comissão trabalhou em estreita ligação com as Comunidades Económicas Regionais na formulação de planos de acção regionais para a implementação da UNSCR 1325, e a melhoria do papel das CER na monitorização da implementação da UNSCR 1325 ao nível nacional.

42. As actividades realizadas durante o ano de 2015 neste contexto incluíram a formação de mediadoras, apoio aos grupos de mulheres na República Centro Africana para ajudar a prepará-las para a participação no Fórum de Reconciliação Nacional e a formação de mulheres nos processos de manutenção da paz e participação em eleições; ajudando as mulheres de Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger a criar uma Plataforma Regional de Mulheres de Sahel, com vista a garantir a sua participação em processos regionais; e advocacia sobre a contribuição de África para a implementação da Resolução 1325 das Nações Unidas.

43. Foi realizada a formação de mediadoras que foi ministrada pela CUA e pelas CER e foram nomeadas mais mulheres como Representantes Especiais para Questões de Paz e Segurança durante este ano. Entre as questões que surgiram no âmbito do Ano da Mulher para a materialização da Agenda 2063 consta a institucionalização da formação sobre Género e Mediação e a institucionalização de um órgão de aconselhamento sobre Questões da Mulher e Mediação, para aconselhar e reforçar a base de competências e conhecimentos das mediadoras africanas e aumentar a sensibilização sobre a mulher nas negociações sobre a paz, a fim de incentivar a inclusão sistemática da mulher nas equipas de negociação das partes em conflito.

44. Além da sua colaboração com a CEEAC sobre a participação da mulher no Fórum de Bangui, a Comissão prestou apoio ao IGAD para o lançamento da Plataforma Regional da Mulher visando promover a participação da mulher nos processos de paz no Corno de África. O Fórum de Mulheres dos Grandes Lagos realizado em colaboração com o Secretariado da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGL), sob a égide da Comissão, proporcionou uma plataforma para as mulheres do Burundi, República Centro Africana, RDC e Sudão do Sul, com vista a reafirmarem a

sua visão para a sua região e articular sobre as prioridades e estratégias em prol do silenciamento de armas nos seus respectivos países.

45. A nível nacional, a Comissão em linha com o tema do ano: Empoderamento da Mulher Rumo à Agenda 2063, apoiou a realização de workshops em 13 países no período pós-conflito. Os relatórios, incluindo as principais recomendações dos workshops, foram recebidos e esforços estão em curso para mobilizar os recursos necessários para a sua implementação. A conferência da CVE sobre a Mulher e Contra-terrorismo, realizada em Djibuti, em Dezembro de 2015, é um exemplo de uma iniciativa trilateral estratégica entre Estados-membros (o Governo Federal da Somália), a Comunidade Económica Regional (IGAD) e a União Africana na abordagem da questão da radicalização e terrorismo na perspectiva da mulher, com o objectivo de identificar as funções principais que a mulher pode desempenhar para fazer face à radicalização e terrorismo.

46. Durante o ano em análise, celebrou-se o 15º Aniversário da UNSCR 1325 e o lançamento do Estudo Global da ONU sobre a UNSCR 1325, bem como a análise da ONU à arquitectura de manutenção e construção da paz. A institucionalização da sessão anual do CPS sobre a UNSCR 1325 irá apoiar os esforços da Comissão em prol da participação da mulher no silenciamento de armas até 2020.

O Painel de Alto Nível para rever Operações de Paz da ONU

47. A Comissão e o PSC têm repetidamente enfatizado a necessidade de construir uma parceria inovadora e virada para a futuro com as Nações Unidas, a fim de enfrentar mais eficazmente os desafios de paz e segurança em África. É neste contexto, e como seguimento da directiva da Conferência da União, de Janeiro de 2015, que o CPS aprovou uma Posição Africana Comum, como um contributo para a avaliação das operações de paz realizadas pelo Painel Independente de Alto Nível Painel da ONU sobre Operações de Paz (HIPPO). O Relatório do HIPPO, intitulado "Unindo as Nossas Forças para a Paz, Política, Parceria e Pessoas", foi lançado em Junho de 2015. O CPS, no seu Comunicado de 10 de Agosto de 2015, manifestou o seu apreço pelo facto do HIPPO ter em conta muitos dos pontos de vista expressos na Posição Comum Africana, incluindo o seu reconhecimento da parceria estratégica entre a UA e a ONU com base nas disposições do Capítulo VIII da Carta, e a apelo para o financiamento das operações de apoio à paz autorizadas pelas NU e lideradas pela UA, através da utilização das contribuições estatutárias das Nações Unidas, numa base caso a caso. O CPS insistiu que esta proposta fosse aprovada pelo Conselho de Segurança e Assembleia-geral das NU e solicitou ao Presidente da Comissão para levar adiante esta proposta, e desenvolver modalidades para a sua implementação. Em 2 de Setembro de 2015, o Secretário-geral das Nações Unidas divulgou um relatório que constituiu a sua resposta e agenda para dar seguimento às recomendações do Painel.

48. Na reunião do CPS, realizada em Nova Iorque, em 26 de Setembro de 2015, a Comissão apresentou um relatório sobre as medidas de *acompanhamento da Posição Comum Africana relativamente ao exame das operações das NU*. O *Relatório* identificou uma série de modalidades para a disponibilização das contribuições estatutárias das Nações Unidas com base em três elementos principais, a saber: o uso das contribuições estatutárias das NU para apoiar as operações de apoio à paz autorizadas pelo Conselho de Segurança das NU e lideradas pela UA até 75% do custo de tais missões; a criação de um Gabinete de Apoio Permanente das NU para as Operações de Paz, que teria a responsabilidade de facilitar o apoio das ONU à UA; e um compromisso da UA para assumir a responsabilidade de 25% dos custos de tais operações de apoio à paz, a serem disponibilizados dentro de um prazo de 5 anos a partir de 2016. Outras medidas previstas incluem a nomeação de um Enviado Especial da Presidente para o Fundo da Paz. O CPS aprovou a proposta, que foi apresentada durante a reunião de alto nível sobre a manutenção da paz convocada pelo Presidente dos EUA, Barack Obama, em 28 de Setembro de 2015, à margem da 70º Assembleia-geral das NU. A Comissão tomou medidas de acompanhamento para facilitar as consultas com as NU e parceiros bilaterais pertinentes visando levar adiante este processo. Estes dois relatórios das NU constituem um passo significativo na parceria estratégica com as Nações Unidas, em particular o seu reconhecimento relativamente ao papel da UA. Num mundo cada vez mais complexo, é somente através do reforço e aprofundamento desta parceria que a comunidade internacional será capaz de abordar de forma sustentável os muitos desafios e ameaças enfrentados pelo continente Africano e pelo resto do mundo.

Operacionalização da Arquitectura e Plataforma Africana de Governação

49. A Plataforma Africana de Governação reuniu duas vezes este ano, tendo-se concentrado na elaboração de regras, directrizes e um plano de acção para implementação da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação. A plataforma desenvolveu orientações para elaboração de relatórios sobre a implementação da Carta pelos Estados-membros, três anos após a Carta ter entrado em vigor.

50. A plataforma AGA estabeleceu dois grupos: (i) sobre os direitos humanos e justiça transitória e (ii) sobre o constitucionalismo e o Estado de direito, além do grupo de trabalho interdepartamental para a Prevenção e resolução de conflitos. Isto, em conjunto com o *cluster* sobre constitucionalismo e o estado de direito deverá apoiar os países que emergem de conflitos, bem como ajudará a União a enfrentar ameaças à democracia constitucional. Proporcionará uma oportunidade para a análise política e coordenação de esforços no sentido de corrigir as mudanças inconstitucionais de Governo. A Plataforma de Arquitectura de Governação Africana em parceria com o Governo do Ruanda realizou o Diálogo Anual de Alto Nível sobre Governação Democrática, em Dezembro de 2015, sobre o tema: *Liderança e Participação igual da mulher nos partidos políticos*. O Diálogo de 2015 foi precedido por

uma pré-consulta junto da Juventude e formação em liderança, como um fluxo da Estratégia de Envolvimento adoptada pela Plataforma AGA, que reafirma o papel crítico dos jovens em África como impulsionadores, facilitadores e beneficiários da governação democrática

51. A Conferência de Julho de 2015 decidiu que a Comissão deve apresentar relatórios periódicos sobre o estado da governação democrática no continente. Nos termos desta decisão, a Plataforma AGA e Comité de Representantes Permanentes da UA concordaram em considerar a criação de um Subcomité do CRP sobre Democracia, Governação e Direitos Humanos.

Instrumentos Comuns e de Valor Jurídico

52. O Gabinete do Conselheiro Jurídico, além de fornecer serviços a outros Departamentos no seio da Comissão para garantir a legalidade em todas as tomadas de decisão, continua a desenvolver esforços para assegurar o reforço do quadro institucional da União.

Funções de Depositário e Ratificação de tratados

53. Desde a criação da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1963 e da União Africana (UA) em 2002, os órgãos deliberativos de ambas as estruturas adoptaram Quarenta e nove (49) tratados, sendo o mais recente:

- Protocolo relativo à criação do Fundo Monetário Africano e o Estatuto do Fundo Monetário Africano;
- Convenção da União Africana sobre Cooperação Transfronteiriça (Convenção de Niamey)**;**
- Convenção da União Africana sobre Segurança Cibernética e Protecção de Dados Pessoais;
- Carta Africana sobre os Valores e Princípios da Descentralização, Governação Local e Desenvolvimento Local;
- Protocolo sobre Alterações ao Protocolo relativo o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos
- Protocolo ao Acto Constitutivo da União Africana relativo ao Parlamento Pan-Africano, adoptada pela Conferência em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho de 2014.

54. Trinta e quatro (34) dos quarenta e nove (49) tratados entraram em vigor. Três (3) tratados adicionais, nomeadamente: a constituição da Associação da Organização de Promoção do Comércio Africano (1974), a Carta Africana do Transporte Marítimo (1994), e da Constituição da Comissão de Aviação Civil Africana (versão revista) (2009) entraram em vigor a título provisório em conformidade com as disposições dos respectivos tratados que permitem a entrada em vigor provisória.

55. Desde a apresentação do último relatório pela Comissão em Janeiro de 2015, o ritmo da assinatura, ratificação/adesão aumentou consideravelmente em comparação com o período anterior. Importa referir que trinta e cinco (35) novas assinaturas foram anexas aos tratados em comparação com as dezanove (19) assinaturas registadas durante o período de referência anterior, e vinte e um (21) instrumentos de ratificação/adesão foram depositados em comparação aos vinte e seis (26) recebidos durante o período de referência anterior.

56. A fim de abordar o ritmo lento de ratificação ou adesão e implementação dos Tratados da OUA / UA, o Conselho Executivo solicitou à Comissão para preparar e apresentar as modalidades para o estabelecimento de um *Comité Ministerial sobre os Desafios de ratificação/adesão e Implementação de Tratados da OUA/UA* no âmbito do 50° Aniversário da OUA, para lidar com a questão da falta de vontade política e incapacidade técnica. Como resultado, o Conselho Executivo através da Decisão (EX.CL/847 (XXV) adoptada em Malabo, Guiné Equatorial, em Junho de 2014 aprovou o Regulamento Interno do Comité Ministerial da UA sobre os Desafios da Ratificação e Implementação dos tratados da OUA/UA.

57. O Artigo 4° do referido Regulamento Interno prevê o estabelecimento de um Comité Sectorial Nacional em cada Estado-membro, sendo que os s Comités Nacionais Sectoriais devem estabelecer contactos com vários ministérios a nível nacional, *inter alia*, para facilitar a implementação de políticas e decisões nacionais relacionadas com a ratificação de Tratados da OUA/UA. A Comissão deve auxiliar os Estados-membros na criação do Comité Sectorial Nacional como um ponto focal para transmitir informações ao Comité Ministerial sobre os esforços envidados por cada Estado-membro em relação à assinatura, ratificação/adesão e implementação dos tratados da OUA/UA e os desafios enfrentados para acelerar as questões de ratificação. A este respeito, a Comissão propôs que de acordo com a realidade de cada país relativamente à questão, o Comité Sectorial Nacional pode ter a seguinte composição: Representante (s) do Ministério dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores como (ponto focal); Representante (s) do Parlamento Nacional; Representante (s) do Ministério da Justiça; Representante (s) do Ministério Sectorial.

58. Até ao presente momento, a Comissão levou a cabo visitas à Zâmbia, Camarões e Angola para sensibilizar os países sobre a necessidade de estabelecer os Comités Nacionais Sectoriais. Pouco depois da visita aos Camarões, por exemplo, o país ratificou e depositou junto da Comissão, os instrumentos de ratificação de alguns dos tratados. A Comissão e os membros do Comité Ministerial a nível de Peritos visitarão a Namíbia, Guiné-Bissau, Senegal, Botswana, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e República Centro Africana nos próximos meses.

59. De acordo com o seu regulamento interno, o Comité Permanente a Nível de Peritos, realizou sua primeira reunião em Luanda, Angola, de 27 a 30 de Novembro de 2015 e apresentará um relatório ao Comité Ministerial.

Combate à Impunidade

60. **Julgamento de Hissène Habré*:*** A União Africana e o Governo da República do Senegal assinaram, em Agosto de 2012, um Acordo sobre o estabelecimento de Secções Extraordinárias Africanas (AEC) nos tribunais do Senegal para julgar a(s) pessoa (s) mais responsáveis por crimes internacionais cometidos no Chade entre 1982 e 1990. Em 2015, as Secções Extraordinárias Africanas (CEA) levaram a cabo actividades judiciais através dos seus vários órgãos. O Presidente da Câmara de Inquérito e seus três Assessores foram nomeados pelo Presidente da Comissão em 6 de Março de 2015. As Câmaras Extraordinárias Africanas iniciaram o julgamento em 20 de Julho de 2015, mas este foi adiado para o dia seguinte, devido ao facto do advogado de defesa do acusado não ter comparecido em sua defesa. A Câmara nomeou três advogados para defender o acusado e adiou a audiência para 07 de Setembro para permitir que os advogados recém-nomeados se familiarizassem com o caso do acusado. O julgamento retomou em 7 de Novembro de 2015, e seguiu o seu curso normal. Até à data, quarenta e oito (48) testemunhas e nove especialistas foram ouvidos pelo Tribunal.

A Comissão de Coordenação para o Financiamento do Julgamento de Hissène Habré foi criada pelo Artigo 7° do Acordo Financeiro Conjunto assinado pela União Africana (UA), Chade, Senegal e vários parceiros. Durante o período em análise, o Comité Directivo para o financiamento das Secções Extraordinárias Africanas sob a Presidência da União Africana realizou três (3) sessões em Dakar (Senegal) em Abril, Setembro e Dezembro de 2015, respectivamente. Estas sessões tiveram a participação de representantes dos seguintes membros do Comité: União Africana, Senegal, Chade, Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, EU, EUA e do Gabinete do Alto-comissário para os Direitos Humanos (OHCHR). O Comité Directivo durante as suas diversas sessões adoptou, entre outras, as seguintes decisões: Adopção dos seus oitavos, nono e décimos relatórios financeiros e de actividades do Administrador das Secções Extraordinárias Africanas sujeitos à validação da auditoria necessária.

61. **Comissão de Inquérito do Sudão do Sul:** Como parte da sua resposta à crise no Sudão do Sul, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA), na sua 411ª, reunião a nível de Chefes de Estado e de Governo, em Banjul, Gâmbia, em 30 Dezembro de 2013, deu um mandato para a criação da Comissão de Inquérito da UA sobre o Sudão do Sul (AUCISS). Sob a Presidência de S.E. antigo Presidente Olusegun Obasanjo. O AUCISS

concluiu os seus trabalhos em 29 de Janeiro de 2015, após o qual o relatório foi apresentado formalmente ao Conselho de Paz e Segurança.

O CPS a nível de Chefes de Estado e de Governo na sua reunião 547ª realizada em Nova Iorque, em 26 de Setembro de 2015, solicitou à Comissão para divulgar o Relatório da AUCISS e o Parecer Separado apresentado por um dos membros. Os relatórios foram, assim, divulgados em 27 de Outubro de 2015 para a informação do público e estão disponíveis no website geral da UA (www.au.int) e no site do Departamento de Paz e Segurança (www.peaceau.org).

O comunicado do CPS apelou, igualmente, à criação de um Tribunal Híbrido em colaboração com um Governo de Unidade Nacional do Sudão do Sul. Os detalhes do mandato e composição serão elaborados pela Comissão, em conformidade com o Comunicado do CPS e acordos celebrados, uma vez formado o Governo de Unidade Nacional.

Reforço das capacidades jurídicas

62. A Comissão, através do Gabinete do Conselheiro Jurídico, possui várias iniciativas para reforçar as capacidades jurídicas de África em geral. Isto inclui o Programa de Juristas Associados da UA (LAP), que visa proporcionar aos jovens profissionais juristas conhecimentos nas áreas de Direito de Integração Africana, conforme a representação dos quadros da UA e seus órgãos e as agências especializadas e instituições. LAP realça o papel do direito no desenvolvimento e de proporcionar à próxima geração ferramentas jurídicas africanas para compreender as posições comuns jurídicas africanas e como um recurso para CUA, CER, Estados-membros e outras instituições africanas. O programa visa afectar à UA dez (10) juristas africanos com 25 a 30 anos de idade durante um período de um ano, dois por região, bem como 50 homens e 50 mulheres para obterem experiência de trabalho e exposição aos quadros jurídicos da UA. O financiamento para o programa foi assegurado através do Banco Mundial e o primeiro grupo será afecto em 2016.

63. O Gabinete do Conselheiro Jurídico assinou um MdU com a *Loyola University School of Law* nos EUA para formar o pessoal da UA, das CER e dos Estados-membros. Foi feita uma oferta no curso de Mestrado em Estado de Direito para o Desenvolvimento (LLM); bem como um ano do programa para a concessão de grau designado por PROLAW e outros seminários e workshops complementares para o pessoal. Através do MdU, prevê-se que pelo menos 100 Peritos em Estado de Direito sejam formados durante os próximos três anos. Desde a assinatura do MdU, 4 cidadãos africanos dos Estados-membros beneficiaram de bolsas de estudo e graduaram em LLM no ano lectivo de 2015/2015, com mais 6 funcionários da Comissão, do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos e da Agência da NEPAD actualmente a frequentarem o curso no ano lectivo de 2015/2016 para graduarem em 2016. O anúncio de candidaturas para o ano lectivo de 2016/2017 foi publicado em Novembro – Dezembro de 2015. No âmbito deste

programa, a *Loyola University* e o Gabinete do Conselheiro Jurídico organizaram, igualmente, um workshop de formação de formadores e um sobre direitos de propriedade intelectual, com a participação de 30 funcionários de vários departamentos.

Acordos e Memorandos de Entendimento que entraram em vigor durante o ano de 2015

64. Durante o ano de 2015, a Comissão da UA assinou cerca de sessenta e oito (68) memorandos de entendimento e acordos com os Estados-membros, parceiros internacionais, organizações da sociedade civil e outras no âmbito do trabalho da União. (Lista em anexo - Anexo 1)

Resultado 2

Agricultura, gestão de recursos naturais e segurança alimentar

Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP)

1. O relatório de implementação das actividades da União Africana referente ao ano de 2014 intitulado "*CAADP: Mantendo o ímpeto rumo à próxima década*" analisou as principais questões que a agricultura africana irá enfrentar na próxima década e que necessitam de intervenção. Estas questões incluem a resposta às necessidades alimentares, nutrição e segurança alimentar de uma população crescente e em processo de urbanização; desigualdade económica e pobreza nas zonas rurais; uso sustentável dos recursos naturais no interesse dos povos africanos e de futuras gerações; e os impactos da globalização sobre a agricultura africana, tais como alterações climáticas, globalização dos mercados e a procura de novas fontes de energia verde.

2. No âmbito do Ano da Agricultura (2014), a *Declaração de Malabo sobre Crescimento Agrícola Acelerado e Transformação para Prosperidade Partilhada e Meios de Subsistência Melhorados* enfatiza a necessidade de se basear nas realizações dos primeiros 10 anos desde a adopção do CAADP. Para operacionalizar a Declaração de Malabo, a Comissão elaborou uma Estratégia e um Roteiro de Implementação (IS&R), que foram endossados pela Cimeira da UA em Janeiro de 2015; um quadro baseado em resultados para facilitar e acelerar a implementação e fazer o acompanhamento do progresso em prol do alcance da visão 2025 do CAADP e elaborou um documento técnico para a revisão dos indicadores de fertilizantes em África. A Comissão operacionalizou, igualmente, o programa intitulado Agricultura Orgânica Ecológica (EOA) em África, através do Comité Directivo da EOA e em colaboração com a Organização Mundial do Comércio e *Codex Alimentarius*, concordou sobre as áreas de reforço das capacidades nos domínios Sanitário e Fitossanitário (SPS) para os peritos africanos em 2015, para contribuírem para a visão 2025 do CAADP; e concluíram uma proposta de financiamento de 1.5 milhões de $EU com a *Bill & Melinda Gates Foundation* para apoiar o CAADP.

3. **Iniciativa da Política de Terra e Governação:** A Comissão colabora com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) num programa conjunto sobre a Iniciativa da Política de Terra (LPI). Os objectivos da iniciativa são de integrar as questões da terra e governação em protocolos e programas regionais aos níveis continental, regional e nacional. Como resultado disso, existem programas dedicados ou conjuntos de governação da terra levados a cabo pelas principais organizações que influenciam o discurso sobre o desenvolvimento de África; CER e a Comissão da UA que incluem actualmente a governação da terra no seu trabalho no domínio da agricultura e segurança alimentar; a NPCA/CAADP incluíram recentemente a governação da terra no seu programa, o PAP inclui regularmente a governação da terra nos seus seminários regionais, nas Conferências dos Presidentes dos Parlamentos e na Convenção Anual das Mulheres; uma unidade dedicada da UNECA está a realizar uma pesquisa sobre questões da terra; questões de governação da terra estão a ser abordadas no Centro Africano de Recursos Naturais do BAD; com o apoio técnico do LPI, a Organização Pan-africana dos Agricultores (PAFO) desenvolveu um plano de trabalho sobre a governação da terra e criou a plataforma das Organizações da Sociedade Civil sobre a governação em África.

4. A Comissão desenvolveu programas conjuntos com as CER através de pesquisa, consultas e assistência técnica. Com a assistência financeira da União Europeia e a Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento, os projectos de governação da terra estão prontos para serem replicados na CAO, COMESA, IGAD e CEDEAO. Projectos semelhantes da CEEAC, SADC e UMA estão em diferentes etapas de desenvolvimento. É importante notar que a CEDEAO foi bem-sucedida no desenvolvimento de um quadro de formulação e implementação de políticas harmonizadas da terra na Região da CEDEAO com o apoio técnico da CUA/LPI. Projectos-piloto sobre a governação da terra implementados pela LPI e/ou em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) foram criados em Angola, Burundi, Côte d'Ivoire, Etiópia, Quénia, Malawi, Níger, Somália, Sudão do Sul, Suazilândia e Zâmbia, com o apoio da União Europeia (EU), Alemanha, Itália, Suíça e outros doadores. Estes programas estão a promover a aplicação integrada do Quadro e Directrizes da UA e Directrizes dos Voluntários da FAO sobre a Governação Responsável daPosse da Terra, Pesca e Florestas (VGGT), visando fazer face aos desafios relacionados com a terra aos níveis nacionais.

5. **Agricultura Ecológica e Orgânica:** O Comité Directivo da Agricultura Ecológica e Orgânica Continental (EOA), em consultas com as partes interessadas desenvolveu o Plano Estratégico do EOA (2015-2025) e reviu o Plano de Acção do EOA para África (2015 -2020). Ambos foram endossados na recente 3ª Conferência de Agricultura Orgânica Africana realizada em Lagos, Nigéria, bem como a reunião Inaugural do Comité Técnico Especializado da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, que teve lugar na Sede da CUA em Adis Abeba, Etiópia, de 5 a 9 de Outubro de 2015.

6. **Iniciativa Fazer Crescer África e a Nova Aliança:** A Comissão, NPCA e o Fórum Económico Mundial criaram a Iniciativa Fazer Crescer África e a Nova Aliança em 2011, para galvanizar um maior investimento privado e financiamento para a agricultura africana em apoio ao CAADP. A Nova Aliança, por outro lado, foi lançada como uma iniciativa do G7 em 2012 para acelerar a implementação do CAADP, ajudar a tirar 50 milhões de pessoas da pobreza em África até 2022 e alcançar um crescimento sustentável, inclusivo e orientado para a agricultura em África.

   Um relatório sobre os resultados alcançados desde o início das duas iniciativas foi apresentado no CTE de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Durante o período em análise, empresas privadas participantes apresentaram um informe sobre o progresso alcançado na ordem de 56% das 292 Cartas de Intenção (LOIs), com investimentos programados de cerca de 10.2 mil milhões de $EU e com mais de 684 milhões de $EU investidos em 12 países -parceiros desde 2014. Os investimentos privados das empresas alcançaram mais de 8.2 milhões de pequenos agricultores, criando 21,366 empregos e triplicando os números dos anos anteriores.

7. **Desenvolvimento Pecuário:** Para aumentar e sustentar o investimento no sector pecuário, a Comissão através da Mesa Inter-Africana de Recursos Animais (IBAR), desenvolveu uma Estratégia de Desenvolvimento Pecuário para África (LiDeSA), que foi aprovada durante a Sessão Ordinária do Conselho Executivo realizada em Janeiro de 2015. As modalidades de implementação já foram desenvolvidas e foram apresentadas durante a reunião inaugural do Comité Técnico Especializado da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para a aprovação. A estratégia apelou, igualmente, aos parceiros técnicos e de desenvolvimento no sector para integrarem as suas intervenções através de mecanismos de implementação de LiDeSA.

   O CTE aprovou um quadro de política para a integração das intervenções destinadas à Mosca Tsé-tsé e Tripanosomiose (T&T) em todos os programas de desenvolvimento rural. Este quadro de política aborda as formas e os meios através dos quais as políticas relativas aos programas de erradicação de T&T podem ser formuladas para apoiar e consolidar os esforços de desenvolvimento rural e, por último, contribuir para o alcance dos Compromissos de Malabo.

   Em relação aos Métodos e Procedimentos Padrão na Saúde Animal (SMP – Saúde Animal), a Comissão, através de IBAR, trabalhou com as partes interessadas e desenvolveu um programa de prevenção e controlo harmonizado de doenças no Grande Corno de África (GHoA) que está agora pronto para implementação. Ademais, a capacidade na região foi reforçada através da réplica dos métodos e procedimentos padrão para a Febre Aftosa, Febre do Vale do Rift, Brucelose e *Peste des Petits Ruminants*, bem como a introdução de reuniões transfronteiriças de coordenação e harmonização. A partilha de informação sobre questões sanitárias para os países participantes foi melhorada através da formação em Sistemas de Informação sobre Recursos Animais

(ARIS) e a produção de duas edições dos Boletins Regionais sobre Saúde Animal do IGAD.

Para melhorar as capacidades de conservação e uso sustentável de recursos genéticos de animais africanos, a Comissão com o apoio dos parceiros e através de IBAR, concluiu os documentos sobre o *Estado dos Recursos Genéticos Animais em África*. Para fornecer informação sobre biodiversidade dos recursos genéticos no continente, um boletim informativo mensal intitulado "Animal do mês" está a ser publicado na página Web do IBAR. Além disso, um inventário de políticas/legislação foi concluído para a África Oriental, Austral e do Norte e foi iniciado para África Ocidental e Central. Já está em curso uma avaliação das políticas na África Central e Oriental com vista a elaborar um quadro regional para fazer o cruzamento nestas regiões. Uma avaliação das várias instalações de bancos de genes na África do Norte (Argélia, Egipto e Tunísia) foi levada a cabo para determinar o seu potencial para servir como bancos regionais de genes.

As instalações do laboratório de PANVAC foram avaliadas para determinar o nível de investimento necessário para a criação de um banco de genes continental na PANVAC e o banco de genes regional para África Oriental no Centro Nacional de Recursos Genéticos Animais do Uganda e no Banco de Genes. Além disso, as ferramentas para o inventário, caracterização e monitorização dos recursos genéticos animais foram revistas, harmonizadas e experimentadas nos Estados-membros seleccionados, bem como um módulo sobre recursos genéticos animais criado dentro dos Sistemas de Informação sobre Recursos Animais (ARIS2). Foi criada para todas as regiões a estrutura das redes regionais de partilha de informação que usam a Rede de Diversidade Animal Local (DAD-NET).

8. **Programas de Capacitação Sanitária e Fitossanitária:** A Comissão, em colaboração com a Organização Mundial do Comércio (OMC) formou peritos sanitários e fitossanitários (SPS) de pelo menos 24 Estados-membros e 4 CER nos domínios do comércio, transparência e notificação e participou em reuniões sobre política de organizações internacionais de estabelecimento de normas, as quais foram mobilizadas a proporcionar formação em SPS nas zonas prioritárias para melhorar a capacidade nacional para cumprir com as medidas internacionais de SPS visando a melhoria do acesso ao mercado. As zonas prioritárias incluem higiene alimentar e segurança alimentar em linha com os quadros e as directrizes de *Codex Alimentarius*; compreensão e implementação do Acordo de SPS da OMC; e a unidade de biossegurança no âmbito da Parceria da Unidade de Biossegurança Austrália – África.

9. **Parceria para o Controlo da Aflatoxina em África (PACA):** A Comissão apoiou seis países – piloto na geração de provas para informar as intervenções de política e elaboração de planos de acção nacionais de controlo da aflatoxina. Além disso, durante o período em análise, a PACA registou várias actividades, incluindo o apoio a Senegal, Tanzânia e Uganda para desenvolverem o seu estudo de análise da situação liderado pelo país e apoiar Tanzânia e Uganda na

elaboração e validação dos seus planos de acção nacionais da aflatoxina. Além disso, a PACA apoiou Tanzânia e Uganda para rever os seus Planos Nacionais de Investimento em Agricultura e Segurança Alimentar, incorporar questões da aflatoxina no Plano de Desenvolvimento do Sector Agrícola da Tanzânia; e as etapas finais para a Estratégia de Desenvolvimento e o Plano de Investimento de Uganda.

10. A PACA organizou o primeiro workshop regional sobre a renovação da cadeia de valor de amendoim da África Ocidental através da mitigação da aflatoxina. O workshop centrou-se no envolvimento do sector privado, criação de um ambiente favorável para investimento em tecnologias da aflatoxina, reforço das normas e regulamentos e redução das perdas de produção através da mitigação da aflatoxina. Em termos gerais, a Parceria para o Controlo da Aflatoxina em África (PACA) foi operacionalizada como um programa emblemático de apoio à implementação do CAADP. A PACA desenvolveu um modelo baseado em provas e coerente para a abordagem dos grandes desafios nos domínios sanitário e fitossanitário impostos pela contaminação da aflatoxina. O modelo foi testado com o apoio da CUA em seis Estados-membros.

11. **Pesca e Aquacultura:** Uma reunião de reflexão realizada em Abidjan, Cote D'Ivoire, de 9 a 11 de Julho de 2015, validou os critérios para o alinhamento das políticas nacionais e regionais para o Quadro de Política e a Estratégia de Reforma da Pesca e Aquacultura em África, nos seguintes domínios da política: (i) conservação e uso sustentável dos recursos (ii) desenvolvimento da pesca de pequena escala (iii) desenvolvimento da aquacultura (iv) desenvolvimento comercial e do mercado (v) cooperação regional e sub-regional (vi) desenvolvimento de capacidades humanas (vii) pesca no alto mar (viii) questões transversais – resistência às alterações climáticas, género, juventude, finanças e investimento. A reunião validou e acordou sobre mais indicadores para fazer o acompanhamento da implementação da Estratégia para a Pesca e Aquacultura pelos Estados-membros da UA e pelas CER. As directrizes para a implementação foram aprovadas durante a reunião inaugural do Comité Técnico Especializado.

12. **Estratégia Continental de agro-negócio:** O objectivo principal desta estratégia é de alcançar um *"sector de agro-negócios dinâmico e inclusivo que acrescente valor ao procedimento primário, que gere emprego e rendimento e que contribua para o crescimento económico e redução da dependência sobre a importação de alimentos em África."* A estratégia visa ainda criar um ambiente favorável para o aumento do investimento no sector privado local e de negócios. Os seis pilares estratégicos da estratégia são: (i) política favorável; (ii) monitorização e elaboração de relatórios sobre o progresso, (iii) pesquisa estratégica e gestão de conhecimentos, (iv) facilitação de parcerias, (v) reforço sistemático das capacidades; e (vi) financiamento inovador, os quais foram aprovados durante a Conferência Inaugural do CTE de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Meio Ambiente, Gestão de Recursos Naturais e Alterações Climáticas

13. **Água e Saneamento:** A Comissão, em colaboração com os Estados-membros, Ministérios responsáveis pelos Recursos Hídricos e o BAD iniciaram as parcerias globais principais para implementar a Visão 2025 de África sobre os Recursos Hídricos. O Plano de Acção de Kigali (KAP) é uma iniciativa em curso da UA promovida pelo Governo da República do Ruanda para apoiar 10 Estados-membros da UA, com vista a construir cerca de 12,400 instalações de fornecimento de água e 154, 700 instalações de saneamento básico, para garantir o abastecimento de água nas zonas rurais e serviços de saneamento para mais 10 milhões de pessoas. Para este efeito, a Conferência solicitou S E o Presidente Paul Kagame, Presidente da República do Ruanda, para liderar os esforços de mobilizar no mínimo 50 milhões de Euros para impulsionar a implementação do Plano de Acção. Até à data, a meta de 50 milhões de Euros definida pela Decisão da Conferência - Assembly Decision (AU/DEC.516(XXII) foi excedida, com mais de 56.4 milhões de Euros mobilizados para a implementação do Plano de Acção de Kigali. Os dez Estados-membros participantes irão beneficiar de financiamento de sementes, actualmente ao nível do BAD. O fundo disponível irá criar uma plataforma favorável para a implementação de programas nacionais de forma individual para a construção de infra-estruturas prioritárias e prestação de serviços. Para assegurar a sustentabilidade, serão intensificados esforços de mobilização de recursos ao nível nacional.

    O progresso em prol do alcance dos objectivos no domínio da água e saneamento é monitorizado e reportado anualmente através do Relatório *de África no Sector de Água e Saneamento* para a Conferência da União Africana. Este último relatório indica que mais de 340 milhões de africanos ainda têm falta de água, incluindo o acesso à água em quantidades suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas diárias. A situação é mais crítica para os serviços de saneamento, onde mais de 547 milhões de africanos ainda carecem de saneamento básico. É neste contexto que foi elaborado o programa intitulado **"Operação 2M4M"**: *dois milhões para o abastecimento de água e quatro milhões para o saneamento* (*2M4M*) com vista a mobilizar os Estados-membros da UA para alargarem o abastecimento de água para pelo menos 108 milhões de pessoas e serviços de saneamento para 216 milhões de pessoas.

    As actividades estão em curso nas metas estabelecidas na Visão 2025 de África no domínio da água, para a Gestão de Recursos Hídricos através de: (i) *Plano de Acção Prioritário de África para a Gestão de Recursos Hídricos* que visa mecanismos inovadores para gerir a procura e melhorar a eficiência na produção, abastecimento e utilização da água em todos os sectores; aumentar a produtividade da água usada; e assegurar a resistência das economias face aos limites antecipados de disponibilidade da água devido às incertezas climáticas; (ii) *o Programa Produtivo Pan-africano de Saneamento*, que irá, sob a liderança do Governo de Burkina Faso, coordenar os esforços de África para desenvolver e aplicar tecnologias adequadas a fim de usar novamente resíduos e água usada como fontes de água e fertilizantes na agricultura, bem como fonte de

energia através da produção de biogás. O objectivo é de fazer face à lacuna na área de saneamento, contribuir para a segurança alimentar, enquanto se aborda a questão da poluição dos recursos hídricos e o meio ambiente de África; e (iii) *o Programa Africano de Aldeias Limpas* que visa mobilizar e criar capacidade nas comunidades rurais para tornar o saneamento uma prioridade de desenvolvimento.

14. **Iniciativa Grande Muralha Verde do Sara e do Sahel, Combate à Desertificação:** Esta Iniciativa Pan-africana testemunhou uma implementação gradual mas sólida, para manter o apoio aos meios de subsistência nas terras secas do Sahel e Sara. Para reforçar a implementação da Iniciativa Grande Muralha Verde do Sara e do Sahel, a Comissão definiu uma estratégia regional harmonizada para integrar projectos aos níveis nacional e regional e está a trabalhar num quadro de resultados para fins de prestação de contas e monitorização. Os parceiros da Comissão com a FAO, Banco Mundial, UE e outros parceiros irão prestar o apoio financeiro necessário, com mais de 120 milhões de $EU mobilizados em apoio à Iniciativa Grande Muralha Verde do Sara e do Sahel.

    A Comissão continua a prestar apoio técnico e financeiro para a implementação da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). De igual modo, facilitou as reuniões preparatórias do Grupo Africano de Negociadores em Pretória, África do Sul, em preparação para a 12ª Conferência das Partes na CNUCD, que teve lugar em Ankara, Turquia, em Outubro de 2015.

15. **Estratégia Comum Africana sobre o Combate ao Comércio Ilegal da Flora e Fauna Bravia:** Esta estratégia foi desenvolvida durante a conferência realizada em Abril de 2015, em Brazzaville, Congo, e aprovada durante a Cimeira da UA em Junho de 2015, em Joanesburgo, África do Sul. A Comissão está agora a trabalhar com os parceiros na elaboração de um programa de apoio para prestar assistência aos Estados-membros na implementação da estratégia.

16. **Gestão de Recursos Florestais:** A Cimeira da UA de Malabo realizada em Junho de 2014, apelou à colaboração de um Quadro Regional de África para a Gestão Sustentável das Florestas como uma linha de orientação para os Estados-membros e as CER na revisão e desenvolvimento das suas respectivas estratégias para o sector das florestas. A Comissão iniciou o trabalho neste domínio através de um Projecto de Cooperação Técnica (TCP) da FAO que visa cumprir com esta tarefa.

    A Comissão, em colaboração com a FAO e o Governo da República da África do Sul, organizou o Dia de África, à margem do 14º Congresso Mundial sobre Florestas realizado em Durban, África do Sul, onde foram apresentadas histórias de sucesso de África e as oportunidades e desafios no sector das florestas. A Presidente da Comissão proferiu um discurso durante o Congresso Mundial. Um pavilhão de África foi criado pela Comissão para as partes interessadas africanas exibirem os seus produtos e serviços e abordarem a fraternidade

florestal mundial. Para melhorar o acréscimo de valor dos produtos florestais, a Comissão promove a produção da sustentabilidade e marketing da goma-arábica e outros produtos florestais principais e está a trabalhar numa Estratégia Regional sobre a goma-arábica e resinas.

Redução do Risco de Calamidades, Meteorologia, Condições Meteorológicas e Alterações Climáticas

17. A Comissão contribuiu para o desenvolvimento do *Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Calamidades para o período 2015-2030,* adoptado em Março de 2015 em Sendai, Japão. Além disso, o 7º Grupo de Trabalho Africano para a Redução do Risco de Calamidades e a 4ª Reunião Ministerial de Alto Nível sobre RRC realizada em Julho de 2015 em Yaoundé, Camarões, aprovou a "*Declaração de Yaoundé sobre a implementação do Quadro de Sendai em África*", incluindo a decisão de alinhar o *Programa de Acção Alargado para a Implementação da Estratégia Regional de África para a RRC* no âmbito do Quadro de Sendai.

18. Para melhorar os serviços meteorológicos, climáticos e relacionados com as condições meteorológicas em África, foi adoptado um roteiro de doze anos (2016 – 2027) para a implementação e um plano de mobilização de recursos no âmbito da *Estratégia Integrada Regional Africana sobre Meteorologia, Condições Meteorológicas e Serviços Climáticos* para integrar a meteorologia nos planos sub-regionais e nacionais de desenvolvimento foi adoptado pela Conferência Ministerial Africana sobre Meteorologia (AMCOMET) em Fevereiro de 2015. A AMCOMET aprovou um Centro Regional do Clima na África Central nos termos da Decisão de Janeiro de 2013 do Conselho Executivo.

19. Já foi iniciado um plano anual de monitorização e avaliação estabelecido pelo Programa de Monitorização do Meio Ambiente e Segurança em África (MESA) do centro continental de implementação. O programa MESA também facilitou o financiamento para as Comunidades Económicas Regionais para as Acções Temáticas nos domínios da Meteorologia e Observações da Terra.

20. O Comité dos Chefes de Estado e de Governo sobre as Alterações Climáticas (CAHOSCC) continua a promover posições comuns africanas sobre questões relacionadas com as alterações climáticas. O CAHOSCC adoptou a mensagem política principal relativa à Posição Comum Africana sobre as Alterações Climáticas, à margem da 70ª Sessão da Assembleia-geral das Nações Unidas, como base para a negociação de África sobre as alterações climáticas com a adopção dos objectivos de desenvolvimento sustentável (SDGs); e no âmbito da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, para Vigésima Primeira Conferência das Partes (COP 21) em Paris, França, Dezembro de 2015.

21. Enquanto o continente envida esforços com vista a alcançar o objectivo de uma África pacífica num mundo pacífico, as alterações climáticas estão a emergir ainda como uma outra ameaça ao nosso horizonte. As condições

meteorológicas em mudança e o aumento dos níveis do mar irão certamente criar tensões ambientais para grande parte do nosso continente. Embora África tenha contribuído menos para o aquecimento global, o continente, devido aos recursos e capacidade limitados, poderá sofrer mais das consequências daí resultantes, em relação aos escassos recursos hídricos, danos às infra-estruturas costeiras e às cidades, colheitas agrícolas reduzidas e migração induzida pelo meio ambiente. Enquanto a compreensão da interacção entre as alterações climáticas e conflitos estão a agravar-se, está claro que este fenómeno terá impacto negativo na procura da paz em África e prejudica ainda mais os esforços que estão a ser envidados a este respeito. Neste contexto, a Comissão incluiu as alterações climáticas e o seu impacto sobre a paz e segurança nas áreas prioritárias do Roteiro de APSA para o período 2016 – 2020.

Agência da Capacidade Africana de Risco

22. A Agência da Capacidade Africana de Risco (ARC) da União Africana (UA) é uma plataforma inovadora de gestão de risco e de resistência que proporciona aos Estados-membros da UA ferramentas financeiras e infra-estruturas que os estados necessitam para gerir o risco de calamidades naturais e adaptação às alterações climáticas. Dirigida pelos seus Estados-membros africanos, a ARC reúne quatro elementos fundamentais para criar uma proposta de valor poderosa para os seus participantes e seus parceiros, nomeadamente (i) aviso prévio, (ii) segurança sobre o risco climático, (iii) planos de contingência; e (iv) financiamento para a adaptação ao clima.

23. Antes de retirar o seguro, os países assinaram um Memorando de Entendimento (MdU) para os serviços de reforço das capacidades do Secretariado da Agência da ARC. Esta é uma estrutura de serviços pagos onde a ARC facilita o salário para um Coordenador dedicado da instituição (funcionário do governo) e tempo dedicado por peritos seleccionados do governo em meteorologia, agricultura, segurança alimentar, elaboração de planos de contingência e finanças, em troca do alcance de certos objectivos no programa de "pré-participação." Durante o programa de 12-18 meses, o Secretariado da ARC orienta a equipa nacional na personalização do *software* de quantificação do risco climático exclusivo da ARC, *Africa RiskView,* criando um plano de contingência para intervenções atempadas às populações afectadas em caso de ocorrência de uma calamidade e finalmente prestar assistência ao país na selecção da cobertura ideal e uma estrutura do seu contrato no domínio de seguros.

24. Para os quatro países foram celebrados contractos de seguros com a ARC Ltd no primeiro grupo do risco: Quénia, Níger, Mauritânia e Senegal. Devido à estiagem significativa no Sahel, três países receberam apoio financeiro na ordem de 26 milhões de $EU em 2015 para levar a cabo acções de auxílio para as populações que enfrentavam insegurança alimentar no âmbito do apelo da ONU. Os seguintes países foram incluídos no grupo este ano: Burkina Faso, Gâmbia, Malawi, Mali e Zimbabwe. Até à data, os seguintes 26 países assinaram o Tratado da ARC: Burkina Faso, Burundi, República Centro Africana,

Chade, Comores, República do Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Gabão, Gâmbia, Guiné, Quénia, Libéria, Líbia (com reservas), Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Togo e Zimbabwe.

25. A criação da ARC constitui um momento de transformação nos esforços que visam usar os recursos nacionais e a ajuda de forma mais eficaz e tem o potencial de transformar a gestão do risco de calamidades no continente. Com a capacidade de escalar um portfólio multibilionário de Dólares, a ARC tem o potencial de oferecer uma cobertura de resposta à seca, inundações e ciclones para 30 países até 2020.

Resultado 3

Desenvolvimento Económico Inclusivo, Industrialização Impulsionada pela Integração Económica

---

Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável

1. Durante a última década, África registou uma taxa de crescimento médio continental de 4-5%, apesar do recente ambiente económico e financeiro não favorável a nível internacional. O crescimento foi essencialmente impulsionado pelos preços elevados dos produtos, investimento em infra-estruturas, diversificação dos parceiros comerciais e aumento da procura a nível local. Além disso, a melhoria da governação, reformas institucionais e políticas macroeconómicas sólidas também deram um novo ímpeto ao crescimento de África. Contudo, este grande episódio de crescimento limitou o impacto sobre o emprego e desenvolvimento social, tendo em conta que as nossas exportações continuam a ser impulsionadas pelos produtos, com algumas ligações regressivas e progressivas e, portanto, que não estimularam a diversificação económica, criação de emprego e desenvolvimento socioeconómico. Portanto, a transformação estrutural das economias africanas continua a ser a missão principal na Agenda 2063. Embora tenha sido alcançado algum progresso ao nível nacional, é necessária uma acção colectiva dos Estados-membros para fazer face aos desafios da transformação estrutural.

2. De acordo com as Perspectivas Económicas de África referentes ao ano de 2015, o comércio intra-africano está a registar um crescimento maioritariamente dentro das sub-regiões. De 2010 a 2013, as exportações intra-africanas aumentaram em 50%. Contudo, a partilha das exportações entre as regiões africanas aumentou apenas de 11.3% em 2012 para 12.8% em 2013. Isto poderia indicar uma falta de desenvolvimento das cadeias de valor regionais e baixos níveis de comércio intermédia entre os países africanos. Do lado da oferta, muitos países africanos melhoraram o seu clima de investimento e as condições para a efectivação de negócios, o que melhora as perspectivas de crescimento a longo prazo.

Visão Mineira Africana (AMV)

3. A implementação da Visão Mineira Africana registou avanços durante o ano, com o alcance dos principais marcos e resultados. A decisão de criar o Centro de Desenvolvimento de Minerais Africanos (AMDC) como uma Agência Especializada da UA, com o projecto de Estatutos do AMDC, foi analisado pelo CTE da Justiça e Assuntos Jurídicos em Novembro de 2015 e um mecanismo de financiamento e de sustentabilidade está a ser levado a cabo por uma firma de consultoria independente com a assistência técnica do PNUD. Após a solicitação feita aos Estados-membros para submeterem manifestações de interesse para o acolhimento do AMDC, 5 países já o fizeram, nomeadamente: Zâmbia, Quénia, Sudão, Mali e Guiné. As missões de avaliação serão criadas até princípios do ano de 2016 e será submetido um relatório.

4. Trabalhando com o AMDC, os seguintes Estados-membros estão actualmente a promover a AMV ao nível local, através do processo da Visão Mineira Nacional: Gana, Quénia, Malawi, Mali, Moçambique, Namíbia, Sierra Leone, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. Mais países estão a enviar as suas cartas de manifestação de interesse e a meta é de ter pelo menos 20 Estados-membros da UA que já aplicaram a AMV ao nível local, até Junho de 2016.

5. A implementação da Iniciativa de Geociências de Minerais Africanos (AMGI) foi lançada no Mali e foi elaborado um plano de trabalho para o período 2015/16, que foi aprovado ao nível técnico. Uma Parceria com o Brasil no âmbito da Cooperação Industrial do Sul foi estabelecida e o Centro de Geociências de Minerais Africanos (AMGC anteriormente designado por SEAMIC) foi identificado como uma instituição africana para acolher os dados, com o seu secretariado a ser criado dentro do AMDC.

6. Em parceria com a Entidade de Apoio Jurídico Africana, a Universidade de Cabo e o Banco Mundial no âmbito do Atlas da Legislação Africana sobre a Mineração (AMLA), uma equipa de 30 jovens estudantes do curso de Direito de 17 Universidades em África levou a cabo um curso intensivo de Direito de Mineração com a duração de 10 dias na Universidade do Cabo. Um formato para orientar os Estados-membros da UA na revisão das suas Leis sobre Mineração está a ser desenvolvido à par do reforço das capacidades. O objectivo desta iniciativa é de fortalecer a Capacidade Africana e dos Estados-membros no domínio do Direito de Mineração.

7. A CUA, em colaboração com o PNUD, está a lançar um projecto África – Caraíbas e Pacífico (ACP) orçado em 13 milhões de Euros com vista a reforçar as instituições regionais que apoiam os Mineiros Artesanais nos minerais de baixo custo e industriais, designados por *Projecto de Pedras para o Desenvolvimento para os Mineiros Artesanais e de Pequena Escala*. A Sessão de Formação do Lançamento para a África Oriental foi realizada de 9 a 12 de Novembro de 2015 e a formação para as outras regiões será lançada antes do fim de Fevereiro de 2016.

Comércio em Serviços

8. De acordo com a *VII Avaliação da Integração Regional em África* (2015), existe um enorme potencial inexplorado para impulsionar o comércio intra-africano em serviços com os países africanos, actualmente estimados para importar entre 98 mil milhões de $EU e 183 mil milhões de $EU em serviços de fora do continente. A redução das actuais barreiras significativas ao comércio em serviços entre os países africanos poderia permitir as firmas africanas captarem muito deste negócio.

9. Portanto, o trabalho da Comissão no domínio do Comércio em Serviços expandiu-se para incluir Estudos de Caso sobre as Exportações bem-sucedidas de Serviços, Reforço de Capacidades para o Comércio em Serviços, Programa de Desenvolvimento do Sector de Serviços e Negociações de Comércio em Serviços na ZCLC. Foram encomendados cinco estudos de caso sobre o Comércio em Serviços com o objectivo de realçar estratégias de exportação de serviços bem-sucedidos e sensibilização sobre o potencial das exportações da indústria de serviços na transformação económica de África. Os estudos estão relacionados com os Serviços de Transportes Aéreos na Etiópia, Terceirização dos Processos de Negócio/Serviços de TIC no Senegal, Serviços Bancários na Nigéria, Serviços Culturais em Burkina Faso e Serviços de Educação no Uganda. Os estudos farão parte do compêndio das exportações de serviços bem-sucedidas de África, lançado em Dezembro de 2015.

10. As negociações de serviços estão em curso ao nível multilateral, regional e bilateral em África mas as negociações da ZCLC criaram uma necessidade urgente para o reforço das capacidades, com vista a assegurar negociações frutíferas e com acréscimo de valor. À luz da decisão da Cimeira de negociar o Comércio em Serviços e Comércio de Bens simultaneamente, a Comissão levou a cabo várias iniciativas a fim de preparar-se para as Negociações. Por exemplo, a Comissão em colaboração com UNCTAD e assistência técnica da OMC, TRALAC, ILEAP entre outras, organizou um workshop de formação sobre Negociações de Serviços Comerciais, de 24 a 28 de Agosto de 2015 em Nairobi, Quénia, em Inglês. Um Workshop semelhante em Francês será realizado de 7 a 11 de Dezembro de 2015 em Dakar – Senegal.

Turismo

11. Após a adopção das estratégias e acções para o desenvolvimento do turismo no âmbito da Agenda 2063 por um Grupo de Trabalho de Ministros em Seychelles, em Março de 2014, uma delegação Ministerial liderada pelo Presidente da Comissão da Organização Mundial do Turismo (UNWTO-CAF) para África, manteve encontros com a Presidente da Comissão para fazer consultas sobre a via a seguir visando a aceleração o alcance do objectivo de tornar África “o Destino Preferido” e criação da marca africana no sector de turismo. Foi acordado que a acção deve ser levada a cabo para tornar o turismo mais visível na estrutura e nas actividades da União e, nesse sentido, deve-se convocar uma

reunião dos Ministros do Turismo no próximo ano sob a égide do Comité Técnico Especializado relevante.

Trabalho e Emprego

12. Os Órgãos Decisores da UA adoptaram a Declaração e o Plano de Acção sobre Emprego, Erradicação da Pobreza e Desenvolvimento Inclusivo com o seu Mecanismos de Acompanhamento em Janeiro de 2015. O Programa Conjunto da UA/OIT/OIM/CAO sobre Migração Laboral para o Desenvolvimento e Integração Regional em África iniciou a implementação e foi adoptado o Quadro de Parceria Público – Privado sobre a Criação de Emprego e Desenvolvimento Inclusivo.

13. No âmbito do Programa Conjunto da UA/OIT/OIM/CAO sobre Migração da Mão-de-Obra para o Desenvolvimento e Integração Regional (JLMP), foram realizados dois estudos sobre o reconhecimento das competências e a mobilidade do acesso à segurança social para os trabalhadores migrantes. Ambos os estudos dão ênfase à melhoria dos papéis das CER na gestão da migração da mão-de-obra.

Migração e Remessas

14. Após a tragédia de Lampedusa ocorrida em 2013, a Comissão embarcou numa série de iniciativas regionais e continentais que tinham em vista uma gestão mais eficaz da migração, tal como a Iniciativa do Corno de África – UA sobre o Tráfico de Seres Humanos e Contrabando de Migrantes, lançado numa reunião ministerial regional em Outubro de 2014 em Cartum, Sudão, e a Governação da Migração da Mão-de-Obra para o Desenvolvimento e Integração em África adoptada pela Conferência da UA em Janeiro de 2015. A maior parte da migração ainda está a ter lugar dentro do continente e a questão da livre circulação em África deve ser abordada para evitar que migrantes africanos usem canais de migração irregulares e perigosos. O Instituto Africano de Remessas foi também criado em Nairobi, Quénia, para facilitar o fluxo das remessas no continente.

Estratégia Marinha e Economia Azul

15. A adopção da Estratégia Marinha Integrada de África para 2050 (AIM) prevê um quadro para maior atenção ao desenvolvimento dos oceanos de África e da economia azul. De acordo com a Estratégia AIM, a Comissão lançou a *Década Africana dos Mares e Oceanos (2005-2015)* e, pela primeira vez, celebrou o Dia Africano dos Oceanos e Mares a 25 de Julho de 2015, na Sede da União Africana. O lançamento continental e a comemoração foram precedidos da 1ª reunião do Grupo de Trabalho Estratégico sobre Implementação da Estratégia AIM para 2050 e um Painel de Debate a 24 de Julho de 2015. Infelizmente, a reunião do Grupo de Trabalho Estratégico não teve coro e foi transformada numa reunião de consulta. O Grupo de Trabalho Estratégico, portanto, ainda não se reuniu para elaborar o Plano de Implementação para AIM2050. Houve,

igualmente, eventos paralelos levados a cabo pela Associação Africana de Proprietários de Navios (WIMA) e pelas associações das autoridades portuárias do continente. O governo de Seychelles também organizou um evento por ocasião do lançamento.

16. Desde o lançamento da Década, a Associação Africana de Proprietários de Navios, bem como outras organizações no sector, engajaram-se em consultas regionais a fim de debater a Agenda 2063 e a AIM 2015. No ano em curso, a Comissão participou na Cimeira Mundial dos Oceanos, organizada pelos Economistas em Portugal, tem cooperado com o Governo da Noruega e outros para a implementação da Estratégia AIM-2050 e, reuniu-se com a Comissão do Golfo da Guiné sobre a cooperação neste domínio.

17. O processo de implementação da Estratégia AIM 2050 tem sido moroso devido à falta de recursos humanos e financeiros. Embora o orçamento para a sua implementação tenha sido aprovado no orçamento referente à 2016, ainda existem lacunas em termos de financiamento, relativamente aos custos de pessoal e reuniões do Grupo de Trabalho Estratégico.

Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA)

18. Registou-se progresso significativo no que abarca o desenvolvimento da estratégia industrial, tendo a CEDEAO, SADC e COMESA em 2015 dedicado as suas Cimeiras à industrialização e à transformação estrutural de África. Um retiro de intervenientes estratégicos da AIDA, realizado de 5 a 7 de Outubro em Nairobi, que contou com a participação de membros da mesa da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI) ao nível de peritos, CER (COMESA, CAO, CEAAC, CEDEAO e SADC), conduziu à partilha de informação sobre a implementação de estratégias continentais a nível regional, mais propriamente a AIDA, AMV e BIAT. A reunião procedeu igualmente à reflexão sobre formas de abordar os desafios relacionados com a implementação das referidas estratégias. A reunião abordou ainda os preparativos para o 21º Dia da Industrialização em África, bem como da primeira reunião do CTE dos Ministros responsáveis pelo Comércio, Indústria e Minas, cuja realização é esperada em 2016. O dia da Industrialização de África é celebrado todos os anos em colaboração com a UNECA e o UNIDO, tendo o lema para 2015 se harmonizado com o lema anual sobre o Empoderamento da Mulher, rumo à Agenda 2063.

19. A Comissão co-organizou e acolheu a 21ª Sessão da Assembleia-geral da Organização Africana de Normalização (ARSO) na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 10 a 14 de Agosto de 2015, bem como o 52º Conselho do ARSO que, por seu turno, identificou programas e estratégias para a implantação da Agenda Africana de Normalização na Agenda geral de Integração Africana. Em colaboração com a Infra-estrutura Pan-Africana de Qualidade (PAQI) e os parceiros Alemãs de Assistência Técnica (PTB), a Comissão elaborou um roteiro e programa de reforço de capacidades na área de qualidade de infra-estruturas, Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e medidas sanitárias e fitossanitárias, a

fim de prestar o apoio devido às negociações da Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC). A implementação desse programa teve início durante o último trimestre de 2015.

20. Um seminário realizado de 7 a 10 de Outubro de 2015 em Nairobi, Quénia, subordinado ao tema "Desencadeamento do Potencial de Crescimento das Pequenas e Médias Empresas (PME) em África, através de Parcerias Público-Privadas", foi um primeiro passo que conduziu à formulação de um Plano Director para as PME em África, ao nível continental. O seminário realçou as boas práticas em termos de apoio ao desenvolvimento das PME. Foi realçada a importância da realização de um seminário de formação para mulheres africanas proprietárias de empresas, respeitantemente à transferência de tecnologia e adição de valor.

Estratégia Africana sobre Mercadorias

21. O Retiro Ministerial de Bahir Dar do Conselho Executivo, realizado de 24 a 26 de Janeiro de 2014, deliberou sobre o Quadro da Agenda 2063. O retiro mandatou a elaboração de uma estratégia sobre mercadorias por parte da Comissão, que fará com que África reganhe o controlo do preço das mercadorias das quais é o produtor dominante, bem como medidas para restringir os preços e a flutuação da moeda na comercialização das principais mercadorias.

22. A Estratégia sobre Mercadorias da UA introduzirá recomendações especificas designadas a:

- Possibilitar os países africanos de agregar valor e extrair rendimentos elevados das suas mercadorias e de integrar a cadeia Mundial de Valores;

- Propor mecanismos institucionais para consultas melhoradas a nível nacional/regional em prol do desenvolvimento sustentável baseado em mercadorias;

- Apresentar propostas para o aprofundamento dos mercados regionais de mercadorias, congruentes com os blocos económicos regionais existentes, tendo em vista reduzir a vulnerabilidade dos países africanos aos choques mundiais e dependência excessiva nas mercadorias.

23. Com vista a levar esse processo adiante, foi estabelecido um Comité Técnico Interno da UA, organizado em três Subcomités. O Subcomité apresentou contributos que foram compilados num único relatório contendo recomendações transversais e sectoriais. Ficou acordado que se organizasse um seminário de pré-validação a este respeito, tendo em vista enriquecer o relatório.

Cooperação das Alfândegas e Facilitação do Comércio

24. Aquando da sua 7ª Reunião Ordinária realizada em Setembro de 2015, na República Democrática do Congo, o Subcomité da UA de Directores-gerais das Alfândegas avaliou a implementação do sistema de Guiché Único em África e o progresso relativo à gestão transfronteiriça coordenada. No que abarca o sistema de Guiché Único, foi recomendada a mobilização de recursos adequados para garantir que todos os intervenientes sejam incluídos e para nomear uma agência para encabeçar a fase de implementação, por forma a garantir uma abordagem coordenada. A reunião notou que a Gestão Transfronteiriça Coordenada é importante quer para a facilitação do comércio, quer para a segurança nacional, e que as autoridades Aduaneiras devem trabalhar estreitamente com as agências fronteiriças, inclusivamente a nível nacional, regional e internacional. A Comissão encontra-se em vias de elaborar uma estratégia de gestão transfronteiriça para servir de instrumento designado a equilibrar a circulação legítima e fácil de pessoas e bens e, melhorar a segurança transfronteiriça.

25. Os Directores-gerais das Alfândegas também realizaram o Primeiro Fórum Africano de Facilitação do Comércio que, por sua vez, identificou actividades concretas, incluindo o reforço de capacidades a serem levadas a cabo a nível nacional, regional e continental, para acelerar a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC. Está a ser elaborada para efeitos de análise, uma Estratégia Continental de Facilitação do Comércio pelos Directores-gerais das Alfândegas na sua próxima reunião em Setembro de 2016.

Negociações da Zona de Comércio Livre Continental

26. Foram alcançados dois objectivos de integração económica em 2015, nomeadamente, a conclusão do Acordo de Comércio Tripartido COMESA-EAC-SADC, em Sharm El Sheikh, Egipto, em Junho de 2015, e o lançamento das negociações da ZCLC durante a Cimeira de Joanesburgo, África do Sul. O estabelecimento de uma ZCLC funcional que assenta sobre as existentes zonas de comércio livre regionais, com vista a alargar e aprofundar a integração continental das económicas africanas é um marco fundamental na implementação da Agenda 2063 e da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Espera-se que este grande progresso irá desempenhar um papel fundamental na promoção da transformação estrutural do continente. A sessão inaugural das negociações da ZCLC está agendada para Fevereiro de 2016, com o início das negociações substantivas em Abril de 2016.

27. Já decorrem consultas com os principais intervenientes da ZCLC, incluindo o engajamento do Parlamento Pan-Africano (PAP), o sector privado, bem como organizações da sociedade civil. Um seminário de validação para o estabelecimento do Conselho Africano de Empresas teve lugar em Novembro de

2015, com vista a acelerar o estabelecimento de um mecanismo institucionalizado para envolver o sector privado africano, compreendendo, principalmente, as PME na agenda da BIAT/ZCLC. No que reza o Plano de Acção da BIAT, a Comissão co-organizou reuniões consultivas com as Comunidades Económicas Regionais e a UNECA, de forma a harmonizar os pontos de vista relativos à implementação, monitorização e avaliação dos sete agrupamentos da BIAT. Um seminário de monitorização e avaliação organizado pela Comissão teve lugar em Novembro de 2015, que contou com a participação de peritos dos Estados-membros, CER e parceiros técnicos, debruçou-se ao estabelecimento do mecanismo de monitorização e apresentação de relatórios, no âmbito do Plano de Acção da BIAT.

28. A este respeito, a Comissão assinou um Acordo de Parceria Conjunta em Dezembro de 2014 com a USAID, DfID e Suécia, a fim de apoiar a base diversificada da parceria que, presentemente, inclui a Alemanha (GIZ e PTB), Coreia do Sul, Turquia, Canadá, Austrália, USAID, DfiD, Suécia, Japão e China. Nesse contexto, foram mobilizados 18 milhões de dólares norte-americanos a partir de parceiros para o período 2015-2017 relativamente ao projecto da ZCLC, fundos esses, que irão apoiar, entre outros, o estabelecimento da Unidade de Apoio à ZCLC no Departamento do Comércio e Indústria e no Observatório do Comércio, bem como um Conselheiro Sénior para Políticas de Comércio no gabinete do Comissário. Os Estados-membros também atribuíram 3 milhões de dólares norte-americanos para o processo da ZCLZ referente à 2016, na qualidade de um dos projectos emblemáticos da Agenda 2063

Negociais Comerciais Multilaterais: O Comércio de África com o resto do Mundo

29. Os Acordos de Parceria Económica (APE) e o crescente número de blocos comerciais mega regionais tornam cada vez mais importante que África se mova rapidamente no sentido de concluir a sua zona de comércio livre continental e as reformas de facilitação do comércio, tendo em conta que tais acordos iriam debilitar a integração regional e o desempenho geral do comércio.

30. **Negociações da OMC:** em harmonia com a Decisão do Comité de Alto Nível sobre o Comércio (HATC), aquando da sua reunião realizada em Joanesburgo, às margens da 25ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da UA, a Comissão organizou reuniões preparatórias para a 10ª Conferência Ministerial (MC10) da OMC a 20 de Julho de 2015, em Nairobi, Quénia, e de 19 a 20 de Outubro de 2015, em Bruxelas, Bélgica. Os Ministros do Comércio deliberaram sobre a Posição Comum Africana, em preparação para a MC10 da OMC. Os Ministros da UA do Comércio sublinharam que o envolvimento com o processo da MC10 deve ser formulado pela prioridade sobrejacente atribuída ao desenvolvimento industrial de África, tal como enunciado na Agenda 2063 e noutros quadros de política continental. Os Ministros tomaram nota dos recentes acordos internacionais, incluindo a Declaração de Adis Abeba sobre o Financiamento para o Desenvolvimento e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, acordos esses que reafirmam o importante papel do comércio no

cumprimento dos objectivos e metas de desenvolvimento internacionalmente acordados e, que o desenvolvimento deve ser parte integral de todos os acordos multilaterais do comércio.

31. Dentre os vários resultados, os Ministros também:

- Enfatizaram a vontade de se envolver com todos os membros da OMC, por forma a garantir um resultado significativo a partir de Nairobi;

- Acordaram que o resultado de Nairobi deveria culminar numa Declaração Ministerial com decisões claras sobre questões prioritárias substantivas, com uma forte dimensão do desenvolvimento;

- Reafirmaram os mandatos de negociação, princípios e objectivos de desenvolvimento da Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA); e

- Reafirmaram a centralidade dos princípios do compromisso único, menos do que plena reciprocidade e Tratamento Especial e Diferenciado.

32. A sessão Ministerial da OMC teve lugar em Nairobi, Quénia, em Dezembro de 2015.

33. **Acordos de Parceria Económica (APE):** A Terceira Reunião de coordenação dos APE foi organizada de 17-18 de Outubro de 2015 em Bruxelas, a fim de alcançar uma bordagem harmonizada para a implementação dos APE, tendo em vista garantir que tal implementação esteja em consonância com os objectivos de desenvolvimento a longo prazo de África, inclusive o estabelecimento da ZCLC. A reunião procedeu igualmente à revista dos últimos acontecimentos e avaliou o estado actual das negociações, a sua assinatura e implementação. A reunião também elaborou um Manual de Implementação dos APE, como ferramenta para apoiar os Estados-membros na implementação dos APE

34. **A AGOA e as relações comerciais EUA-África:** Na sequência da vasta e persistente advocacia dos Estados-membros e da Comissão da UA, a Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA) voltou a ser autorizada para mais dez anos até 2025. Para que África beneficie plenamente da AGOA, os países africanos devem implementar Estratégias Nacionais de Resposta, com o apoio dos EUA, instituições técnicas e financeiras tais como o Banco Mundial, o BAD e a UNECA, etc. Quanto à perspectiva para as relações África-EUA além 2025, os EUA são do parecer que, África possui o mais elevado ritmo de crescimento económico do mundo e está a tornar-se cada vez mais competitiva. Com o estabelecimento da ZCLC, os países africanos irão ampliar os intercâmbios comercias a nível regional. Além disso, os EUA negociaram acordos de ZCL com vários países de três continentes, nomeadamente Ásia, Europa e América Latina. Tendo em conta todos estes factores, os EUA têm a probabilidade de se envolver em negociações inerentes à ZCL, com países beneficiários africanos pós-2025, à semelhança dos APE com a UE.

Instituições Financeiras Pan-Africanas

35. O Acto Constitutivo prevê o estabelecimento de três instituições financeiras Pan-africanas, nomeadamente o Banco Africano de Investimento (BAI), o Fundo Monetário Africano (FMA) e o Banco Central Africano (BCA). Além disso, a Cimeira da UA instou a elaboração de mecanismos para mobilização de recursos, tendo em vista o financiamento dos programas de integração.

36. No que diz respeito ao **Banco Africano de Investimento (BAI)** a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adoptou em Fevereiro de 2009, o Protocolo que estabelece o Banco. Até Maio de 2013, os seguintes vinte e três (23) países haviam assinado o Protocolo: Angola, Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Comores, República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Líbia, Níger, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Togo e Zâmbia. O desafio principal em torno do estabelecimento do Banco Africano de Investimento continua a ser o progresso moroso na ratificação do seu Protocolo, visto que apenas dois países a saber: a Líbia e a República do Congo assim o fizeram. Embora sejam necessárias quinze (15) ratificações para que o Protocolo entre em vigor.

37. O Protocolo e os Estatutos do **Fundo Monetário Africano (FMA)** foram adoptados pela Conferência Africana dos Ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico e pela Cimeira da UA. As consultas técnicas sobre o Projecto de Acordo de Sede foram realizadas ente funcionários da Comissão e autoridades camaronesas em Yaoundé, em Outubro de 2015.

38. Alcançou-se progresso em torno do estabelecimento do **Banco Central Africano (BCA).** A 38ª Sessão Ordinária da Conferência de Governadores da Associação dos Bancos Centrais Africanos (AACB) adoptou em Agosto de 2015, a '*Estratégia para a Criação do Banco Central Africano'* com qualificações e exortou a Comissão para se engajar no diálogo político com os intervenientes sobre a Estratégia. O projecto de estratégia será apresentado à Sessão Ministerial do CTE de Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico em Março de 2016, para efeitos de análise e subsequente apresentação à adopção da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, em Junho/Julho de 2016.

39. Relativamente à **Bolsa de Valores Pan-africana,** foi realizado um estudo técnico. O estudo recomendou a adopção de uma abordagem gradual, compreendendo a adopção da Bolsa de Valores virtual a nível da região e uma estreita cooperação aprofundada entre as entidades regionais. A recomendação já foi adoptada pelos Ministros, em conjunto com o FMA.

40. Exorta-se aos Estados-membros para que tenham em mente o papel útil que as instituições têm de desempenhar no sentido de colmatar a lacuna que debilita os esforços continentais de aproveitar o potencial do sector privado, catalisar os investimentos e ratificar o Estatuto e o Protocolo, por forma a permitir o estabelecimento do BAI e do Fundo Monetário Africano.

41. **Instituto Africano de Remessas (IAR):** Na sequência do lançamento em Novembro de 2014, do Instituto Africano de Remessas (IAR), um Gabinete Técnico Especializado da Comissão, acolhido pelo Governo da República do Quénia, foi operacionalizado em 2015. A bandeira da UA foi içada a 22 de Outubro de 2015 nas instalações da IAR em Nairobi, Quénia, de forma a marcar a operacionalização do Instituto. O Instituto tem por objectivos principais: i) melhorar as capacidades dos Estados-membros em termos de mensuração estatística, elaboração e apresentação de relatórios sobre remessas, com vista a garantir a sua verdadeira envergadura e impacto; ii) promover mudanças adequadas aos quadros jurídicos e regulamentares para as remessas e fazer o uso da tecnologia para promover maior concorrência e eficácia que conduzam à redução de custos de transferência; e iii) alavancar o potencial do impacto das remessas sobre o desenvolvimento social e económico dos Estados-membros, com especial ênfase sobre a possibilidade da inclusão financeira das famílias dos beneficiários.

42. A UA, ansiosamente, espera adoptar a Estrutura do Instituto e apela ao Governo da República do Quénia para que cumpra os seus compromissos de providenciar o edifício para as instalações, tal como apresentado durante o lançamento do Instituto; o destacamento de pessoal técnico e de apoio; equipamento de escritório e atribuição de fundos (na ordem de 1 milhão de USD) para o exercício de 2016. As actividades do IAR referentes à 2016 irão convergir sobre: i) prestação de assistência técnica para o melhoramento da mensuração dos dados sobre remessas; ii) partilha das melhores práticas e experiências gerais; e iv) criação da melhor compreensão a respeito dos mandatos e funções do IAR, conforme planeado para 2016.

Programa de Desenvolvimento da Estatística

43. No âmbito do quadro de monitorização e avaliação do processo de desenvolvimento socioeconómico e com vista a possibilitar a harmonização de políticas, há uma necessidade de estatística apurada, que deva ser abrangente e apresentada de forma regular. Para abordar isso, a Comissão formulou a Carta Africana sobre Estatística (ACS) e a Estratégia para Harmonização da Estatística em África – (ShaSA). A Cimeira da União Africana adoptou a ACS. Todavia, até à data, apenas cinco Estados-membros ratificaram o instrumento, ao contrário das quinze ratificações necessárias para a sua entrada em vigor. Embora a Comissão exorte os Estados-membros a ratificarem a ACS, importa relatar que a mesma já começou a tomar acção rumo ao estabelecimento de dois principais projectos continentais, nomeadamente o Instituto Pan-Africano de

Estatística (a ser acolhido em Túnis, Tunísia) e o Centro Pan-Africano de Formação em Estatística (a ser estabelecido em Yamoussoukro, Côte d'Ivoire).

44. Na perspectiva de acelerar o estabelecimento dessas duas instituições, a Comissão gostaria de reconhecer os esforços empenhados pela Tunísia, incluindo atribuição de recursos financeiros e outros de natureza logística e diversa para o estabelecimento do Instituto Pan-Africano de Estatística, bem como os esforços até agora envidados pelo Côte d'Ivoire, rumo ao estabelecimento do Centro Pan-Africano de Formação em Estatística.

Desenvolvimento do Sector Privado

45. O Desenvolvimento do Sector Privado é uma componente chave para o aprofundamento do processo de integração em África, porquanto o sector privado é um parceiro essencial para a concretização do crescimento inclusivo e sustentável. Em reconhecimento desse papel, o Fórum da União Africana para o Sector Privado, institucionalizado em 2005 e que, numa plataforma de alto nível de diálogo político, ajunta representantes do sector privado, oficiais do governo e o mundo académico a nível do continente, com vista a encontrar soluções para os desafios que impedem o sector privado de desempenhar o seu papel em prol do desenvolvimento de África.

46. Em resposta a estes desafios, a Comissão tem contribuído para a organização de Fóruns Empresariais com parceiros externos tais como a União Europeia, através do Fórum Empresarial África-EU (AEBF); o Conselho Empresarial África-Índia (AIBC) e a Feira Comercial África-Mundo Árabe, de forma a conectar estrategicamente o sector privado africano com os investidores estrangeiros, tendo em vista tomar proveito das evoluções a nível do continente e mundial. Através dessas plataformas, a Comissão trabalha com os Estados-membros a fim de ajudá-los e implementar políticas de apoio ao desenvolvimento do sector privado. A Comissão providencia políticas que incluem serviços de desenvolvimento empresarial, reformas regulatórias e reforço de capacidades, com particular enfoque sobre o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas.

47. Uma avaliação recente do apoio da UA para o desenvolvimento privado durante a última década confirmou a importância do papel desempenhado pela Comissão no desenvolvimento do sector privado e identifica formas de melhorar as intervenções futuras no quadro da Agenda 2063 e da Agenda 2030 que incluem: (i) destaque sobre a criação de empregos; (ii) integração do desenvolvimento do sector privado em todos os vários programas da UA; (iii) promoção de mais questões transversais tais como género, emprego para a juventude, e desenvolvimento de infra-estruturas e (iv) colmatação de lacunas financeiras através de PPP.

48. No que diz respeito à promoção e atracção de investimentos no continente, a Comissão concluiu a elaboração do Projecto de Código Pan-Africano de

Investimento (PAIC) e a sua adopção pelos Peritos Africanos. O PAIC proporciona um quadro de política continental e mundial para a atracção e retenção de investimentos em África, através de um quadro de política abrangente designado a abordar questões relacionadas com o desenvolvimento inclusivo em África, na óptica do desenvolvimento liderado pelo sector privado. Todavia, o desenvolvimento eficaz do sector privado requer um ambiente favorável para a criação de condições que atraiam Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e encorajam investidores e mobilização de recursos internos.

49. Para fortalecer o papel do sector privado, torna-se urgente e importante que se edifique sobre as concretizações e lições anteriores. A este respeito, a Comissão propõe o estabelecimento de quadros estratégicos (Estratégia de Desenvolvimento do Sector Privado) de forma a fortalecer o papel do sector privado no alcance do crescimento inclusivo e sustentável, acrescentar valor e complementar efectivamente as acções dos Estados-membros, organizações do sector privado, instituições de financiamento para o desenvolvimento e outros parceiros de desenvolvimento.

50. Nesse espírito, a Comissão pretende manter-se como parceiro importante dos governos e organizações intermediárias do ramo empresarial nos países africanos, tendo em vista o apoio à criação de um ambiente empresarial favorável e o desenvolvimento de empresas locais que sejam equipadas a criar empregos, gerar receitas públicas e aproveitar as oportunidades oferecidas pelos mercados mundialmente integrados. Ao assim fazê-lo, a Comissão planeia explorar novas formas de aproveitar o potencial do sector privado na qualidade de parceiro financeiro, agente de implementação, assessor ou intermediário, por forma a alcançar resultados mais eficazes e eficientes, não apenas no domínio do desenvolvimento do sector privado local, mas também, noutras áreas tais como energia sustentável, agricultura e agro-negócios sustentáveis, infra-estruturas digitais e físicas e os sectores verde e social. O fortalecimento do papel do sector privado irá requerer: adopção da estratégia de Desenvolvimento do sector Privado durante a 2ª Sessão do CTE dos Ministros da UA responsáveis pela Economia, Finanças e Assuntos Monetários, agendada para Março de 2016 e; adopção do PAIC por parte do referido CTE.

O Desenvolvimento de Infra-estruturas e a Agenda de Integração

51. O Desenvolvimento de Infra-estruturas no continente será a panaceia para alcançar o crescimento económico inclusivo e sustentável rumo à concretização da agenda de integração de África. Para que isto se alcance, o roteiro incluiria, entre outros: a expansão da acessibilidade à energia acessível para diferentes utilidades, às redes de transportes a nível regional e continental e a redução do custo das transacções a este respeito, ao mesmo tempo que se aumente a conectividade regional, continental e mundial.

52. No decurso desta acção, é importante delinear-se alguns desafios que devem ser superados. Estes incluem:

- Falta de políticas regionais e continentais harmonizadas, leis e regulamentos para facilitar os projectos de carácter regional e continental;

- Capacidade inadequada de preparação de projectos e falta de financiamento que leva à falta de projectos financiáveis;

- Coordenação e cooperação inadequada na execução dos projectos regionais e continentais. À guise de exemplo, foram construídos segmentos das Rodovias Transafricanas (TAH) que correspondem às prioridades dos países envolvidos, contudo, os segmentos que não se adequam às prioridades do país estagnaram-se;

- A natureza inerentemente complexa dos acordos de financiamento e execução para os projectos regionais e continentais ocasionaram múltiplos actores e quadros de política a nível nacional;

- A falta de coordenação centralizada das diferentes iniciativas africanas e não africanas, antigas e novas, relativas ao desenvolvimento do sector energético e o acesso ao mesmo;

- Capacidades institucionais inadequadas para executar os projectos infra-estruturais regionais e continentais, bem como a inabilidade dos intervenientes para tratá-los e executá-los no devido tempo. A falta de competências a este respeito constitui um dos principais desafios em termos de execução das infra-estruturas, a Comissão da UA deu prioridade à sua intervenção, no âmbito da implementação do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA).

53. Para se ultrapassar estes desafios e em harmonia com os Planos Estratégicos e com várias decisões dos Órgãos Deliberativos da UA, as seguintes **estratégias** gerais foram empreendidas como soluções a médio e longo prazo, em colaboração com a NPCA, CER, BAD, UNECA, Estados-membros, Instituições Especializadas e Parceiros de Desenvolvimento:

    - Elaboração de estratégias e quadros regionais e continentais para a harmonização de políticas e regulamentos;

    - Elaboração de planos directores (Transportes, Energia, Telecomunicações/TIC e Turismo) no âmbito do Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA);

    - Apoio ao reforço da capacidade económica regional, de forma a implementar programas e projectos infra-estruturais, no quadro do Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA);

- Apoio para a implantação de projectos concretos no Programa Emblemático da UA/NEPAD;

- Coordenação das principais instituições africanas engajadas em actividades do sector;

- Advocacia pelos interesses de África em matéria de elaboração de quadros de política e regulamentação de infra-estruturas globais; e

- Promoção de parcerias para o desenvolvimento de infra-estruturas integradas;

Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA)

54. Tal como adoptado pela 18ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana em Janeiro de 2012, o PIDA visa, primeiramente, facilitar a integração e o desenvolvimento económico continental em África, através de um mecanismo de infra-estruturas regionais e, é considerado como o plano director continental de infra-estruturas para cada sector de infra-estruturas. O seu Plano de Acção Prioritário (PIDA-PAP) é composto por 51 projectos prioritários. O custo global do PIDA é de 360 mil milhões de dólares norte-americanos para o período de 2012-2040. O PIDA-PAP, por seu turno, abrange o período 2012-2020 e irá custar 68 mil milhões de dólares norte-americanos.

55. O Roteiro bianual de implementação associado ao plano de trabalho conjunto para a implementação do PIDA-PAP referente ao período 2012-2020 já foi elaborado. A implementação do plano de trabalho para 2015 conduziu às seguintes principais concretizações:

- Prossecução da implementação do programa de reforço de capacidades apoiado pelo BAD e a Cooperação Alemã para a NPCA, CUA e CER, no âmbito da implementação do PIDA-PAP;

- Mobilização de recursos: criação de um fundo para o Mecanismo de Prestação de Serviço (SDM) do PIDA, de modo a preparar os projectos na fase inicial;

- Promoção e engajamento do sector privado na implementação do PIDA-PAP, através da criação da Rede Empresarial Continental (CBN), cujo objectivo é o de proporcionar aos líderes africanos, uma plataforma de Informação sobre Investimento em Infra-estruturas, relativamente à uma vasta gama de questões estratégicas tais como políticas, risco de investimentos, estruturação de projectos e especificamente, os constrangimentos existentes para a implementação dos projectos do PIDA. A rede compreenderá organismos africanos e mundiais, líderes em matéria de negócios e finanças, bem como organizações regionais e internacionais. Além disso, a CBN debruçar-se-á no sentido de levar

avante as prioridades do sector privado e os requisitos para investimento em projectos regionais e transfronteiriços;

- A conclusão e a implementação da estratégia de comunicação do PIDA-PAP permanecem uma das principais concretizações. Neste contexto, a estratégia de comunicação do PIDA-PAP foi revista, tendo-se estabelecido Jornalistas de Comunicação do PIDA;

- A semana do PIDA teve lugar de 13 a 17 de Novembro de 2015 em Abidjan, Cote d'Ivoire, a fim de criar sinergias entre todas as reuniões relacionadas com o PIDA, tais como as do Conselho Directivo, Conselho para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (CID), Consórcio de Infra-estruturas para África (ICA), a NEPAD IPPF, a Rede Empresarial Continental, etc. harmonizando, assim, as reuniões que normalmente seriam organizadas de forma separada;

- Foi finalizado e implantado o Sistema de Monitorização, Avaliação e Apresentação de Relatórios do PIDA, em conformidade com a Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (IAIDA). O sistema abrangeu o mapeamento e a definição do papel dos países e de cada instituição envolvida. Sucedeu-se pela primeira vez a elaboração do relatório de actividades sobre a implementação para a referida semana;

- Apoio mobilizado às Comunidades Económicas Regionais para efeitos de apropriação e implementação de projectos e programas do PIDA-PAP. Durante o período em análise, o apoio centrou-se em (i) programa de reforço de capacidades para implementação do PIDA; (ii) priorização dos projectos regionais do PIDA-PAP e acções específicas por parte das CER. Desta feita, a Reunião do Grupo sobre Infra-estruturas da CEDEAO, realizada de 25-26 de Junho de 2015, em Abuja, Nigéria, solicitou a CUA para que finalizasse os preparativos para o Apoio em termos de Capacidade a alguns projectos do PIDA-PAP na região da CEDEAO e apoio à elaboração do Plano Director sobre Infra-estruturas da CEDEAO até 2030;

- Apoio ao desenvolvimento do sector dos transportes, no âmbito do Plano de Acção para 2014-2017 da Estratégia Conjunta África-UE (JAES), mais propriamente a operacionalização do Grupo de Referência sobre Infra-estruturas;

- Implementação no terreno, que inclui, entre outros, a implementação do projecto do Sistema Africano de Intercâmbio pela Internet (AXIS), o Programa Regional Geotermal da África Oriental, o Projecto Hidroeléctrico de Kaleta da Guiné que já foi concluído e encontra-se operacional; a implementação de projectos hidroeléctricos tais como a Grande Barragem Etíope de Renascimento, à 47% da sua fase de

conclusão, e progressos registados nos estudos preparatórios do Projecto Hidroeléctrico INGA III.

Desenvolvimento dos Transportes

56. A Agenda 2063 da União Africana identificou claramente o desenvolvimento dos transportes como uma necessidade para a integração física e para o desenvolvimento de África. Observa-se que, África ainda não foi capaz de beneficiar de forma comensurável dos seus recursos abundantes, devido a infra-estruturas e serviços inadequados. O custo de produção e distribuição de produtos no continente é o mais elevado do mundo, ao ponto de, os bens produzidos em África serem dificilmente capazes de concorrer com bens provenientes de outras regiões, até mesmo no mercado africano. A maioria das atracções turísticas permanece fora do alcance da comunidade aventureira.

57. A Comissão encetou o fortalecimento e a consolidação da gestão do sector dos transportes no continente, um projecto que é financiado por concessões na ordem dos 4 milhões de Euros, no âmbito do 10º EDF. O projecto tem por objectivo principal fortalecer a capacidade do Departamento de Infra-estruturas e Energia da Comissão da União Africana, no domínio da harmonização da política dos transportes e o desenvolvimento do sector dos transportes e serviços, o Plano de Acção Prioritário do PIDA (PAP) para o início das actividades do corredor rápido (*smart corridor*), e o Consórcio de Infra-estruturas para África (ICA), para implementar o seu plano de negócios estratégico; bem como editar e publicar directrizes abrangentes do sector dos transportes. As actividades específicas que estão sendo levadas a cabo incluem:

58. **Transportes Ferroviários**: A Visão 2040 para o Desenvolvimento Ferroviário em África, que foi elaborada com o apoio da União Internacional das Linhas Férreas (UIC) sublinha o facto de que as linhas férreas constituem a espinha dorsal de qualquer rede de transporte credível. A deterioração dos caminhos-de-ferro africanos ao longo das últimas décadas debilitou a eficácia das redes africanas de transportes. A visão que mais tarde fora aprovada pela Cimeira da UA de Junho de 2014 delineia estratégias para o reforço do transporte ferroviário em África, em congruência com outros meios de transporte. Nesse contexto, a Comissão deu passos práticos, mediante o lançamento do Projecto Continental do Comboio de Alta Velocidade (CHSTP), com o objectivo de facilitar a elaboração e execução de planos para a construção das rotas ferroviárias de alta velocidade identificadas em toda a envergadura e amplitude de África, num futuro próximo.

    O CHSTP aborda todas as questões principais relacionadas com a sustentabilidade da iniciativa, incluindo o quadro jurídico e institucional adequado, a mobilização de recursos financeiros e de investimentos, o desenvolvimento da tecnologia e capacidades de manufacturação, pesquisa e desenvolvimento, bem como formação e ensino. Durante o ano em curso, a CUA realizou uma missão consultiva à China, mais propriamente, de 25 a 29 de Maio

de 2015, a fim de abordar as modalidades de implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre Cooperação no domínio dos Transportes Ferroviários, Rodoviários e Aéreos, Industrialização e Desenvolvimento em África. O enfoque da missão incidiu sobre o Projecto Continental do Comboio de Alta Velocidade. As duas partes acordaram sobre um quadro de implementação, incluindo acordos institucionais para efeitos de supervisão e gestão da implementação do projecto. Para começar, criou-se**uma equipa conjunta de peritos da CUA/China** e elaborou-se um **roteiro** do projecto. A equipa conjunta encontra-se a finalizar as actividades preparatórias do projecto.

Após três décadas de muito poucos investimentos em infra-estruturas ferroviárias, há claramente um renascimento no sector. Estamos a ver iniciativas nacionais e regionais na África Oriental (para ligar Quénia, Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi) e na África Ocidental (projecto ferroviário de 3000 km para ligar Benin, Burkina Faso, Níger, Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Togo), no âmbito da rede de transportes Transafricana PIDA, bem como iniciativas do comboio de alta velocidade do Egipto e da África do Sul, o metro ligeiro na Etiópia, as ligações ferroviárias entre a Eritreia e o Sudão, o lançamento do renovada Linha Benguela por Angola, RDC e Zâmbia, o comissionamento da linha férrea Mchinji-Chipata entre a Zâmbia, Malawi e Moçambique, bem com renovação de infra-estruturas ferroviárias em muitos outros países que estão em curso.

59. **Transportes Aéreos:** A Agenda 2063 Africana reconhece a importância especial do transporte aéreo como uma estratégia de resultados rápidos para o aceleramento da integração física de África, visto que tem necessidades infra-estruturais mínimas em comparação com os outros meios que, por seu turno, requerem investimentos pesados e a longo prazo em infra-estruturas. A Comissão decidiu acelerar a plena implementação da Decisão de Yamassoukro sobre a Liberalização dos Mercados dos Transportes Aéreos e direccionar-se para o estabelecimento de um Mercado Único Africano dos Transportes Aéreos até 2017. A este respeito, realizaram-se e continuam a decorrer consultas com os principais intervenientes que incluem linhas aéreas africanas, autoridades aeronáuticas e outros, com vista a garantir apoio substancial para a iniciativa.

Ao prosseguir-se para a implementação da Decisão de Yamoussoukro e o estabelecimento de um mercado único dos transportes aéreos, levou-se a cabo as seguintes actividades fundamentais durante o período em análise:

- Adopção dos documentos Regulatórios e Institucionais da Decisão Yamoussoukro, por parte da Cimeira da UA de Janeiro de 2015; Declaração do Compromisso Solene dos onze (11) Estados-membros[7] relativamente ao projecto emblemático da Agenda 2063 sobre a implementação da Decisão Yamoussoukro rumo ao estabelecimento de um Mercado Único dos Transporte Aéreos; Lançamento do Grupo de

[7] Lista dos países:

Trabalho Ministerial do projecto e; adopção do Roteiro e Acordos Institucionais pela Cimeira de Junho de 2015.

- Até à data, mais dois (2) países juntaram-se ao projecto de mercado único dos transportes aéreos e as actividades de sensibilização da Comissão e parceiros chave irão instar para que mais Estados-membros adiram ao projecto. Além disso, a Agência de Execução e a Comissão Africana da Aviação Civil (AFCAC) estão a finalizar o quadro de implementação do projecto.

- Outrossim, há três (3) projectos em curso no âmbito do apoio da EU para o reforço de capacidades relativas à segurança e protecção aeronáutica, serviços de navegação e aplicações por via satélite em África. A reunião do Comité Directivo teve lugar em Junho de 2015, a fim de rever e validar os relatórios preliminares dos projectos e preparar para a reunião continental, por forma a, provisoriamente, adoptar os resultados em Dezembro de 2015.

60. **Transporte Marítimo:** No decurso da implementação da Carta Revista dos Transportes Marítimos Africano, a União Europeia concedeu, no âmbito do 10º FED, um apoio de 10 milhões de Euros para algumas actividades de transporte marítimo em África. O apoio visa, especificamente, ao crescimento económico de África, à conectividade e à promoção da integração regional. Esta abrange as seguintes componentes: (i) A harmonização das normas de segurança marítima; (ii) A melhoria da segurança marítima através de assistência técnica e formação; (iii) A actualização de dados marítimos nos portos e no intercâmbio regional de dados; e (iv) o aumento da eficiência portuária, em particular nas terminais de movimentação de carga. Este é um projecto intra-ACP em que o Secretariado de ACP é a agência executora com a orientação geral proporcionada por um Comité de Direcção composto pela CUA, CER, instituições especializadas africanas e a UE. O projecto chegou na fase Intermédia em Novembro de 2014. Durante o período em análise, realizou-se uma reunião do Comité de Direcção em Junho de 2015, que analisou as actividades em curso sobre a segurança marítima, segurança e protecção do ambiente marítimo, incluindo a capacitação para a Fiscalização Portuária (PSC) e da Implementação do Estado da Bandeira (FSI).

Estratégias e Iniciativas de Desenvolvimento de Energia em África

61. A Comissão seguiu uma série de estratégias e acções, incluindo: a aceleração do desenvolvimento de energias renováveis e outras fontes; a facilitação de projectos regionais e continentais da geração e transmissão de energia limpa; e, o desenvolvimento de orientações sobre as energias renováveis (Geotérmica, Hídrica, solar, bioenergia e eólica) no sentido de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico.

62. **Iniciativa Hidroeléctrica de África 2020**: Na execução da Iniciativa, a Comissão está a apoiar as capacidades dos Estados-membros da UA e no processo organizou um seminário de formação continental para pequenas centrais hidroeléctricas. A formação realizou-se de 22 a 27 de Novembro de 2015. Além disso, foi assinado um acordo financeiro entre o Governo Italiano e a Comissão da União Africana como contribuição para o orçamento da energia hidroeléctrica para 2020, com vista à capacitação para pequenas hidroeléctricas na Comunidade da África Oriental (CAO). A coordenação da implementação do projecto é feita em colaboração com a Comunidade da África Oriental (CAO). O projecto já iniciou em Novembro de 2015 e será por um período de três anos, com um orçamento inicial de 200.000 Euros para o primeiro ano. Esta iniciativa está aberta para outros potenciais parceiros participarem.

Mecanismo Geotérmico de Mitigação de Risco (GRMF): O objectivo geral do GRMF é de incentivar empreendedores do sector público e privado, proporcionando-lhes subsídios parciais para estudos de superfície com vista à perfuração e confirmação da perfuração do reservatório, a fim de mitigar o risco associado à exploração de recursos geotérmicos. Esta abordagem contribui para reduzir os riscos e custos de desenvolvimento da primeira fase geotérmica. Para este fim, a Comissão da União Africana está a coordenar o programa do Mecanismo Geotérmico de Mitigação de Riscos (GRMF) para a África Oriental, que foi criado em 2012, com o apoio financeiro e a colaboração do Ministério Alemão para a Cooperação Económica (20 milhões de Euros) e do Fundo Fiduciário da Infra-estrutura de UE-África (30 milhões de Euros) através do KfW. Desde então, tem havido novas contribuições e esforços de diferentes organizações parceiras internacionais, incluindo a ICEIDA, BGR, o PNUMA e a USAID. A DFID se juntou recentemente ao programa com uma contribuição adicional de 47 milhões de Libras Esterlinas.

63. Para a primeira ronda de candidaturas ao Mecanismo, quatro projectos foram concedidos a subvenção com a dotação total de 17 milhões de dólares americanos. Na segunda ronda de candidaturas, o programa de GRMF foi expandido para incluir seis (6) países adicionais com base no grande interesse demonstrado pelos empreendedores na primeira ronda de candidaturas. Os países adicionais incluem Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Eritreia e Zâmbia. Na 3ª ronda lançada em Outubro de 2014, catorze candidaturas foram apresentadas pelas Comores, Djibuti, Quénia, Etiópia, Ruanda, Tanzânia e Uganda, com a expectativa do resultado da avaliação da 3ª ronda ser concluída até Dezembro de 2015.

64. Durante o período em análise, as seguintes actividades foram implementadas: acompanhamento contínuo dos projectos concedidos na 1ª e 2ª ronda de candidaturas; completar as avaliações das candidaturas apresentadas na 2ª ronda e assinatura dos acordos de subvenção; avaliação finalizada das candidaturas apresentadas na 3ª ronda; e a Comissão coordenou, igualmente, esforços para o estabelecimento do Centro de Excelência Geotérmico de África e do Mecanismo Geotérmico de África Oriental (EAGER).

65. **Quadro da Estratégia e Política de Bioenergia:** Na implementação do roteiro e no plano de acção do Quadro Político de Bioenergia e Directrizes, a Comissão da União Africana (CUA) em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), implementou um programa sobre Biocombustíveis para os Transportes e utilização familiar. Foram realizados sete estudos de caso para a Etiópia, Quénia, Ruanda, Ilhas Maurícias, África do Sul, Burkina Faso e Camarões, três seminários regionais de capacitação foram organizados em Mbabane, Suazilândia, de 06 a 08 de Maio de 2015; em Arusha, Tanzânia, de 9 a 11 de Junho de 2015, e em Acra, Gana, de 4 a 6 de Agosto de 2015. O primeiro Seminário Regional de Capacitação foi organizado em Cairo, Egipto, de 14 a 18 de Setembro de 2015 e os outros dois seminários de formação foram organizados em Port Louis, Ilhas Maurícias, de 09 a 13 de Novembro de 2015, e em Dakar, Senegal, de 14 a 18 de Dezembro de 2015.

66. Parceria Energética África-UE (AEEP): A Comissão continua a implementar a Parceria Energética África-UE com o objectivo de alcançar as metas políticas acordadas de 2020 de 10.000 MW em energia hidroeléctrica, de 5.000 MW de energia eólica, 500 MW de energia solar e triplicar a capacidade instalada de outras fontes de energias renováveis, duplicar o comércio de electricidade inter-regional, o comércio de gás natural entre a Europa e África. As perspectivas de realizações com base nos projectos de gasodutos continuam a reflectir que as metas serão ultrapassadas. A AEEP apresentará um relatório de acompanhamento actualizado no próximo período de referência, no final de 2016.

Em Outubro de 2015, o lado Africano seleccionou e preencheu duas novas posições de Co-presidente com o Egipto a representar os Estados-membros e a COMESA a representar as CER. Isso elevou o número dos Co-presidentes da AEEP para seis juntamente com a Comissão da União Africana - Departamento de Infra-estruturas e Energia, a União Europeia - DEVCO C5, Alemanha e Itália. A fim de melhorar a coordenação das Iniciativas Pan-africanas de Energia, a Comissão da União Africana, em colaboração com o BAD, NPCA, UNECA, PNUD, PNUMA, SE4All, realizou uma série de reuniões que tiveram lugar durante o Fórum Anual de SE4ALL em Nova Iorque, em Maio de 2015, o Fórum de Energia de Viena, em Junho de 2015, a Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Adis Abeba, em Julho de 2015, a CUA para os Intervenientes Africanos, em Setembro de 2015, a Conferência Internacional de Energia Renovável da África do Sul (SAIREC) na Cidade do Cabo, em Outubro de 2015. A última reunião de coordenação teve lugar no Pavilhão de África, na COP21 em Paris, em Dezembro de 2015, esta apresentou os resultados de um exercício de mapeamento das Iniciativas de Energia de África e culminou num mecanismo de coordenação harmonizada de todas as principais Iniciativas Pan-africanas de Energia através da Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estrutura em África (IAIDA).

A AEEP através do Programa de Cooperação de Energias Renováveis de África-UE (RECP), como parte do desenvolvimento de capacidades para a realização dos

objectivos, em 2015 apoiou os estudos para a criação do Centro da África Austral para Energias Renováveis e Eficiência Energética (SACREEE) em Namíbia e apoiou, igualmente, o Centro da África Oriental para Energias Renováveis e Eficiência Energética (EACREEE) sediado na Universidade de Makerere em Uganda. O RECP restabeleceu, igualmente, o programa de mestrado em energias renováveis na Universidade do Zimbabwe em cooperação com a Universidade de Dar-es-Salaam, Tanzânia, e Universidade de Makerere, Uganda.

67. Para acelerar o acesso à energia moderna sustentável em África, a Comissão da União Africana, juntamente com outros intervenientes (BAD, SE4ALL, IRENA, etc.) e liderados pela Presidência Turca do G20, participou na elaboração do Plano de Acção de Acesso à Energia do G20 para a África Subsaariana, que foi aprovado na reunião Ministerial do G20 no princípio de Outubro de 2015.

Tecnologias de Informação Comunicação (TIC)

68. Com base na implementação dos objectivos estratégicos de 2014-2017 e das Decisões dos órgãos Políticos, a Comissão seguiu uma série de estratégias e acções principais no sector das TIC, incluindo o seguinte:

69. O **Projecto** de **Dot África (.Africa) Nome de Domínio Geográfico de Nível Superior (gTLD)**: No dia 26 de Março de 2014, em Singapura, a CUA seleccionou o operador - ZACR e assinou um acordo com a Corporação da Internet para Nomes e Números (ICANN) para a acreditação de DotAfrica, que foi um momento histórico para o continente. A África finalmente assegurou a sua identidade electrónica **(e-*Identity*)** e agora tem uma presença unificada na Internet e a DotAfrica como um novo Domínio de Nível Superior é concebido para a promoção de negócios africanos, povos e cultura na Internet.

O lançamento Político da DotAfrica, teve lugar no dia 22 de Maio de 2014 no contexto do encerramento das celebrações de um ano do 50° Aniversário da OUA/UA. Após a assinatura do Contrato de Registo pelo ICANN e ZACR, a DotConnectAfrica (DCA) impugnou e apresentou queixa contra a ICANN no sentido de se ter um Painel Independente de Revisão (IRP). A ICANN interrompeu o processamento do pedido da DotAfrica até que o IRP se decida sobre a queixa apresentada por DotConnectAfrica. Este processo do Painel de Revisão do IRP está a atrasar o lançamento técnico do Domínio de Nível Superior da DotAfrica. As actividades realizadas em 2015 são:

- Debate abrangente sobre o estado da delegação da DotAfrica na ICANN 53 Buenos Aires, Argentina, 21-25 de Junho de 2015;

- Seguimento de perto da decisão do Painel de Revisão Independente da ICANN sobre a DotAfrica com o desenvolvimento de vários documentos da defesa.

70. **Projecto dos Sistemas Africanos de Intercâmbio da Internet (AXIS):** O projecto AXIS é financiado pelo Fundo da Infra-estruturas Euro-África e pelo Governo do Luxemburgo, através da Agência de Desenvolvimento do Luxemburgo e implementado pela CUA. O projecto visa a manter o tráfego local da Internet de África, o que permitiria poupar mais de 500 milhões de dólares de encargos para África, através do reforço das capacidades e assistência técnica para facilitar o estabelecimento de Pontos de Intercâmbio e Pontos Regionais de Intercâmbio em África. Os objectivos do AXIS são: (i) Apoiar a criação de pontos de Intercâmbio da Internet (IXP) nos Estados-membros da União Africana, Centros Regionais da Internet e Transportadores; (ii) Estabelecer dados históricos de tráfego em tempo real e acessíveis via sistema de visualização da rede da Internet; (iii) Desenvolver um currículo certificado em tecnologias de Intercâmbio da Internet. Os impactos esperados dos Pontos de Intercâmbio são, portanto: a redução de atraso/latência no tráfego local da internet nos Estados-membros;redução de custos de trânsito, aumento do número de novas aplicações online locais e aumento da qualidade de acesso local.

Para o período em análise, as realizações incluem: o lançamento dos IXPs (PTT) nas Maurícias e na Libéria; avaliação concluída do segundo convite após a apresentação da proposta das subvenções RIXP para a África Ocidental, Central e Austral; capacitação para os provedores de acesso à Internet (ISP) no sentido de crescer a Internet regional; transportadoras (RIC) para a África Austral, África Ocidental, África Central e o Norte de África; e conceder apoio aos IXP seleccionados de Ruanda e Quénia para desenvolverem os IXPs regionais. O projecto AXIS até à data adquiriu e doou equipamentos e facilitou a criação de Pontos de Intercâmbio da Internet (IXPs) nos Estados-membros que demonstraram prontidão.

71. **A e-Rede Pan-Africana (PAeN) para a Telemedicina e Teleducação**: O Governo da Índia financiou e implementou a e-Rede Pan-Africana (PAeN) ligando os Estados-membros da União Africana por satélite e pela fibra óptica, visando a melhorar a Teleducação, Telemedicina e aos serviços de conectividade de Personalidades Muito-Mais Importantes (VVIP). O orçamento do projecto estimado em 150 milhões de dólares é totalmente financiado pelo Governo da Índia ao longo de um período de 5 anos para o fornecimento e instalação de equipamentos e software, fazendo o leasing da banda larga via satélite e cabo de fibra óptica submarina, a operação e manutenção da rede e ao pagamento das taxas dos Hospitais e universidades que oferecem os serviços de Telemedicina e Teleducação respectivamente.

72. A partir de final de Agosto de 2014, as principais realizações constituem um total de: (i) 18.208 estudantes matriculados em várias áreas de graduação e pós-graduação nas diferentes universidades indianas através da rede, (ii) 606 Teleconsultas de medicina (iii) 4.390 sessões Contínuas de Ensino de Medicina (CME). Em 2013, a Parte Africana não conseguiu estabelecer conforme se esperava, uma estrutura de administração para assumir a gestão da PAeN no final de assistência indiana que era inicialmente para o dia 14 de Julho de 2014. Em seguida, após a negociação com o Governo da Índia para estender a sua

assistência para mais 2 anos, a nova data de transferência será de 13 de Julho de 2016 e durante esse período, a Parte Africana deve identificar e implementar um plano de sustentabilidade para levar efectivamente a gestão no dia 14 de Julho de 2016.

73. A partir do exposto acima, e na sequência de uma decisão da Conferência da UA, a Comissão desenvolveu e apresentou aos órgãos da UA, um Plano de Acção de Sustentabilidade do PAeN após a sua transferência para as Partes Africanas. Mas a implementação das actividades do Plano de Acção não foram feitas em 2015, e foram atrasadas até 2016 uma vez que não foi alocado nenhum orçamento para PAeN em 2015.

74. **Transição da Televisão Analógica para a Digital terrestre (ADM):** O prazo para desligar-se a radiodifusão analógica em África era de 17 de Junho de 2015. No entanto, observou-se que os países Africanos estão em vários estágios de comutação e, excepto poucos que concluíram a sua transição antes do prazo de ITU de Junho de 2015, enquanto muitos estão em situações difíceis (falta de recursos financeiros e capacidades técnicas, etc.) para desligar os serviços analógicos após a criação do seu comité e definição da estratégia e do roteiro para a transição para os serviços de Televisão Digital Terrestre.

75. Foram implementadas as seguintes acções para o período em causa, embora as actividades do projecto de ADM não tenham sido adequadamente financiadas no orçamento de 2015:

- Organização de uma reunião preparatória conjunta dos especialistas da CUA, AUB e ATU a 12 de Maio de 2015, em Adis Abeba, para examinar a situação de transição dos Estados -membros da UA e estabelecer o Comité Técnico Africano (ATC) com foco sobre as modalidades práticas necessárias para a realização da estratégia de uma transição suave;

- Coordenação do desenvolvimento do relatório conjunto da CUA-ATU-AUB sobre o estado da migração para a televisão digital completa.

Fórum Africano de Governação da Internet (AIGF)

76. O 4° Fórum Africano de Governação da Internet (AfIGF2015) foi realizado de 06 a 08 de Setembro de 2015 em Adis Abeba, Etiópia. Os resultados incluem recomendações sobre:

- O desenvolvimento de uma contribuição Africana para a WSIS + 10 para tratar a ausência de uma posição Africana sobre o assunto;

- Enfatizar a necessidade de abordar o acesso à informação como uma questão chave para o desenvolvimento de Acesso Público à Informação e Conhecimento no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS);

- A necessidade de rever "conectar o próximo bilião" como um Programa/Projecto por parte dos países e intervenientes, utilizando as melhores práticas e metodologias do Programa/Projecto;

- A necessidade de um mecanismo de Segurança Africano para os e-consumidores africanos, com ênfase na colaboração Pan-africana e cooperação na prevenção, investigação e repressão de Crimes Cibernéticos, incluindo questões relacionadas com a luta e combate efectivamente contra o *spam*;

- A importância pelo facto de que o Acesso à Internet é essencial para a realização plena do desenvolvimento humano e facilita o exercício e gozo de uma série de direitos e liberdades humanas, incluindo os direitos à liberdade de expressão e ao acesso à informação, encontros pacíficos e associação.

- Os resultados do anúncio da transição feita em 2014 pelo Departamento do Comércio dos EUA (transição da administração das funções da IANA para a comunidade de multi-intervenientes; e reforçar a prestação de contas da ICANN);

- A necessidade de regulamentação no contexto específico da Neutralidade da Rede.

Harmonização de Políticas e Regulamentos Postais e Estratégias para o Desenvolvimento Postal

77. As principais actividades e realizações para este ano incluem os Termos de Referência desenvolvidos em, (i). Desenvolver o Plano Director dos Correios e, (ii) Orientações sobre Serviços Electrónicos de Correios (*e-Serviços*); coordenação de actividades para a realização da mesa redonda sobre o alavancar das redes postais para o desenvolvimento socioeconómico em África: a finalização dos relatórios dos países-piloto, concepção de formato e agenda de trabalhos da mesa redonda, a identificação dos potenciais doadores, a elaboração e o envio das cartas-convite; e a sensibilização da comunidade postal Africana sobre a contribuição postal prevista para a implementação da Agenda 2063 da UA. A Comissão incidiu, igualmente, sobre a coordenação do projecto conjunto da CUA-PAPU-UPU sobre a conectividade dos correios nas zonas rurais de África e da preparação relativa à Mesa Redonda dos doadores, realizada à margem do 1º CTE sobre a Comunicação e as TIC.

Resultado 4

Melhorar a Saúde, educação e emprego, sustentados pela ciência, tecnologia e pesquisa

---

Vidas saudáveis e bem-estar para todos, em todas as idades

VIH/SIDA, Tuberculose, Malária e Doenças Infecciosas - Ébola em 2015

1. Os Chefes de Estado e de Governo aprovaram a criação dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças para África (CDC de África) na Cimeira da UA de Janeiro de 2015. A ASEOWA contribuiu para salvar vidas de milhares de pessoas nos 3 países mais afectados e apoiou a investigação de 8153 casos e 49,493 contactos foram seguidos de forma bem-sucedida. O intervalo desde o início da doença até à admissão nas Unidades de Tratamento do Ébola (ETU) reduziu de 6 dias em Janeiro para 2 dias em Fevereiro de 2015 e a proporção de casos notificados da lista de contacto aumentou de 20% em Dezembro de 2014 para 100% em Março de 2015.

2. Os voluntários apoiaram a gestão de casos do Ébola, restauração dos serviços de saúde, vigilância epidemiológica, para os pilares de prevenção e controlo de infecções, apoio psicossocial, comunicação e mobilização social. Nestes pilares, eles trabalharam em colaboração com os funcionários nacionais, Organizações Locais e Internacionais, o que culminou com o controlo do surto do Ébola. Os voluntários de ASEOWA também apoiaram a capacitação do pessoal nacional e internacional.

3. Com o apoio dos voluntários de ASEOWA, a qualidade de investigação de casos e a listagem de contactos melhorou ao longo do tempo, com uma proporção acrescida de casos notificados dos contactos alistados. O intervalo desde o início da doença até à admissão nas ETU também reduziu. Os voluntários de ASEOWA foram, igualmente, destacados em duas Unidades de Tratamento do Ébola (ETUs) na Guiné, duas na Libéria e duas na Sierra Leone. Foram registadas altas taxas de sobrevivência nestas unidades de tratamento. O destacamento de laboratórios móveis para Sierra Leone contribuiu para a redução da reviravolta entre a chegada de amostras no laboratório e a obtenção do resultado para o pessoal médico. Isto melhorou a qualidade da resposta com o início precoce do rastreio do contacto e a quarentena.

4. Os voluntários de ASEOWA apoiaram a implementação da abordagem *Ring* de Prevenção e Controlo de Infecções (IPC) que interrompeu de forma eficaz a transmissão do VDE, especificamente no Condado de Montserrado na Libéria. Os voluntários contribuíram para a prevenção e controlo do VDE no seio dos profissionais de saúde, através da capacitação dos intervenientes nas suas respectivas áreas de trabalho e também apoiaram IPC nas escolas e nas unidades sanitárias. ASEOWA contribuiu em grande medida para a restauração

dos serviços de saúde. Os voluntários desempenharam um papel fundamental na reabertura de hospitais que haviam sido encerrados, reinício dos serviços que haviam sido interrompidos e prestaram serviços em hospitais seleccionados que tinham falta de pessoal. Isto resultou numa melhoria na utilização dos serviços de saúde.

5. A redução massiva das operações de ASEOWA teve início em Maio de 2015 quando os primeiros grupos de voluntários destacados abandonaram o local da missão. O último grupo de voluntários saiu da área da missão em Setembro de 2015.

6. Um total de 76.800.498,08 $EU foi prometido para apoiar a Comissão no combate ao Ébola na África Ocidental, dos quais 56.850.463,08 $EU foram desembolsados de forma eficaz. A Comissão agradece particularmente aos parceiros, especialmente ao Sector Privado Africano pelas suas generosas contribuições.

7. A CUA realizou, com sucesso, o Apoio da Missão da União Africana para o surto da Ébola na África Ocidental (ASEOWA), na luta contra a Doença do Vírus de Ébola (EVD) na África Ocidental, implantando 855 quadros médicos e de saúde pública de 17 Estados-membros da UA. A CUA organizou uma Conferência Internacional de Ébola que mobilizou recursos dos Estados-membros e que mapeou o impacto económico e financeiro da epidemia e o que se demonstrar necessário para se conseguir uma recuperação socioeconómica sustentável e reconstrução imediata ou a médio prazo. A Comissão realizou uma avaliação global de ASEOWA e um Seminário de Avaliação de 26 a 28 de Outubro de 2015 nas Seychelles. O objectivo do seminário era de avaliar o planeamento e execução da missão, as lições aprendidas e as experiências adquiridas, bem como para documentar correctamente tudo o que transpareceu com vista a responder melhor as emergências futuras de saúde pública de interesse internacional e, na verdade, a toda crise humanitária. O Seminário facilitou a elaboração do relatório final da ASEOWA para o CPS e para a Conferência da UA em Janeiro de 2016. A CUA - Observatório de SIDA para África organizaram vários eventos de alto nível, ao nível continental e global para um maior financiamento da saúde nacional.

Saúde, Nutrição e População

8. A Estratégia Africana de Nutrição Regional foi revista e adoptada para a implementação a partir de 2016 a 2025. A sensibilização nutricional entre os decisores políticos de alto nível tem aumentado significativamente nos últimos anos, recorrendo a partir de vários esforços de advocacia por parte da Comissão, incluindo o trabalho do Promotor da Nutrição da UA, Sua Majestade o Rei Letsie III do Lesoto. A implementação da Estratégia de Saúde Africana tem sido avançada através do Plano de Fabricação de Produtos Farmacêuticos para África (PMPA) e pelo Plano de Acção de Maputo sobre a Saúde Sexual e

Reprodutiva e Direitos (MPoA), incluindo a Campanha para a Redução da Mortalidade Materna em África (CARMMA), que foi lançada em 45 Estados-membros, resultando numa notável redução da mortalidade materna e infantil no continente.

Controlo de Drogas

9. A CUA promoveu a implementação do Plano de Acção da UA sobre o Controlo de Drogas (2013-2017) pelas CER e pelos Estados-membros. A Capacidade global da pesquisa foi melhorada para recolher dados e analisar tendências relacionadas com as drogas na CUA, que resultou em publicação e boletins regulares. Os Comités nacionais de coordenação de controlo de drogas intersectoriais são funcionais em 60% nos Estados-membros, e a CUA realizou formação com os pontos focais de controlo de drogas nos Estados-membros, resultando na melhoria da elaboração de relatórios sobre o uso de drogas e tendências de tráfico para refinar a formulação de políticas futuras para o continente.

Desporto

10. A Comissão coordenou a implementação do Quadro Político de Desporto para África (2008-2018) e a Arquitectura para o Desporto em África e, em particular, coordenou os preparativos para os Jogos Africanos de 2015 com o País Anfitrião, República do Congo e com os membros do Movimento do Desporto Africano. O DSA facilitou ainda a reestruturação das Sete (7) Zonas de Desenvolvimento de Desporto do antigo Conselho Superior dos Desportos de África para cinco (5) Regiões de Desenvolvimento de Desporto da UA, que irão agilizar o desporto para o desenvolvimento e o desenvolvimento através do desporto.

Cidadãos bem-instruídos e uma revolução de habilidades, apoiada pela ciência, pesquisa e inovação

11. O Plano de Acção para a Segunda Década da Educação para África (2006-2015), seguido pela nova Estratégia Continental de Educação para a África referente a 2016-2025 (CESA 16-25), a Estratégia Continental do Ensino Técnico-Profissional e Formação (ETP) e a Ciência, Tecnologia e Inovação para África (STISA) proporciona o quadro de política global para garantir a realização de uma revolução de habilidades Africanas, conforme o previsto pela Agenda 2063 e para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em 2030. Neste contexto, presta-se especial atenção para o ensino de jovens e mulheres.

Promover o ensino básico universal e de qualidade

12. **Instituto de Ensino Pan-africano para Desenvolvimento** O Instituto (IPED) é uma instituição especializada da UA, com a responsabilidade de funcionar como observatório da educação em África. O IPED é responsável pela implementação

e acolhimento do Sistema de Informação de Gestão da Educação para África (EMIS). Este serve para desenvolver e monitorizar os processos de desenvolvimento de educação de qualidade, receptiva, inclusiva, que satisfaz os objectivos individuais e colectivos, e que cria recursos humanos e capacidade intelectual no continente.

O recrutamento do Coordenador do IPED foi finalizado, enquanto o recrutamento para as outras posições está em curso com a aprovação do orçamento regular de 2016. Estão em curso esforços para obter o acordo dos 11 membros (Angola, Benim, Burkina Faso, República Centro Africana, Congo, Gabão, Gâmbia, Guiné, República Democrática do Congo, Senegal e Sudão) do Comité Executivo original do IPED para facilitar a compensação da dívida pendente de cerca de 3 milhões de dólares. A liquidação desta dívida é urgente para o IPED levar a cabo a sua tarefa importante de Observatório Africano de Educação, e os Estados-membros são exortados a comprometer-se na liquidação desta dívida.

O Sistema Continental de Gestão da Informação da Educação (EMIS) apresenta, talvez, a área mais crucial do foco no desenvolvimento da educação. Um EMIS robusto é essencial para o desenvolvimento de políticas eficazes baseadas em informações estatísticas completas, fiáveis, oportunas e significativas, permitindo um retrato fiel e responsável da situação da educação necessária para uma boa planificação e desenvolvimento das intervenções apropriadas. Trabalhando com parceiros, a Comissão ajudou as CER a desenvolver as suas próprias Normas e Padrões regionais de EMIS (com base no quadro continental), utilizando o conhecimento dos especialistas do EMIS nos Ministérios da Educação dos Estados-membros. Até à data, a SADC, CEDEAO e CAO adoptaram os seus códigos de prática das Normas e Padrões do EMIS e estão, actualmente, a avaliar a conformidade dos Estados-membros sobre esses quadros através da revisão de pares.

13. **O desenvolvimento do professor:** A Conferência Pan-africana para o Desenvolvimento de Professores (PACTED IV) foi realizada durante o primeiro CTE-EST. Os Ministros reiteraram a necessidade de melhorar o estatuto e as condições de trabalho dos professores como um pré-requisito para uma educação de qualidade. Os Ministros recomendaram, igualmente, a continuação do Roteiro dos Professores da UA e o seu alinhamento com CESA 16-25 e alterações ao roteiro. Um estudo sobre as condições de trabalho e da forma de viver do professor no sistema de ensino Africano foi anunciado para começar durante o último trimestre de 2015. O resultado irá informar estratégias para valorizar a profissão da docência.

14. **Centro Internacional para a Educação de Raparigas e Mulheres em África:** O Centro Internacional para a Educação de Raparigas e Mulheres em África – da União Africana (UA/CIEFFA) é uma instituição especializada da União Africana desde 2004, que lida com a educação das mulheres e raparigas, e é uma instituição de Categoria 2 da UNESCO. Na sequência da Decisão da

Conferência, sobre os estudos a serem realizados sobre as modalidades operacionais da UA/CIEFFA, os debates foram realizados com peritos jurídicos. O centro começou este ano a recrutar pessoal regular e a curto prazo de acordo com a estrutura aprovada. A missão de inquérito foi realizada para discutir os acordos existentes, olhar para o estado das infra-estruturas, iniciar o inventário dos recursos humanos actuais do centro, a sua situação financeira, os materiais de escritório e logísticos disponíveis, bem como a relação do Centro com o Governo da Burkina Faso e de outros parceiros.

Estão em curso debates com parceiros com o objectivo de mobilização de recursos para as actividades sublinhadas no Plano Estratégico do Centro para 2015-2017, com o seu foco nas quatro prioridades estratégicas: (i) quadros legais para os direitos das raparigas e mulheres nas escolas e universidades; (ii) currículos sensíveis ao género nas escolas e universidades; (iii) retenção de raparigas nas escolas; e (iv) documentação, advocacia, comunicação e publicações. A UA/CIEFFA, em colaboração com a UNESCO está a preparar estudos de caso profundos dos países que proporcionam educação para diversos grupos de alunos, com especial ênfase na educação das raparigas nas cinco regiões do continente.

Desenvolvimento e harmonização do Ensino Superior Africano

15. **Universidade Pan-Africana:** A Universidade Pan-Africana (UPA) continua a evoluir como um projecto emblemático da União Africana projectado para promover a excelência no ensino superior e na investigação Africana, e servir como um motor da inovação, relevância e competitividade para o sector de educação do continente. A Cimeira da UA de Janeiro de 2015 elegeu o Presidente e Vice-presidente do Conselho da UPA e orientou à Presidente da Comissão no sentido de constituir a associação mais ampla do Conselho. Os membros do Conselho da UPA foram posteriormente nomeados de entre os representantes da Comissão da UA, Estados-membros, Comunidades Económicas Regionais, a Reitoria da UPA, Institutos da UPA, funcionários, estudantes, universidades de acolhimento, parceiros, academia, a diáspora Africana, o sector privado e a sociedade civil, em conformidade com as disposições do Estatuto da UPA. O Conselho da UPA realizou a sua reunião inaugural a 25 de Junho de 2015, na Sede da Comissão, e uma reunião extraordinária de 22 a 23 de Outubro de 2015.

A Cimeira de Janeiro de 2015 designou a República dos Camarões como país sede da Reitoria da UPA. A Comissão tomou medidas para garantir a localização da Reitoria nos Camarões, incluindo um pedido oficial para o Governo da República dos Camarões apresentar um relatório sobre o estado dos preparativos para acolher a Reitoria e, uma visita ao país chefiado pelo Presidente do Conselho da UPA de 16 a 17 de Setembro de 2015, a fim de reunir com as autoridades governamentais relevantes e desenvolver um roteiro para a reinstalação da Reitoria. Os principais marcos do roteiro conjunto incluem

a assinatura do Acordo de Sede durante a Cimeira de Janeiro de 2016 e da reinstalação da Reitoria em Yaoundé no final de Março de 2016.

No âmbito do quadro da UPA, a Universidade é constituída por cinco institutos distribuídos em cinco regiões de África. Quatro dos institutos da UPA nas regiões Ocidental, Oriental, Central e do Norte estão operacionais, e o primeiro lote de estudantes formou-se em Novembro de 2014, do Instituto da UPA para Ciências Básicas, Tecnologia e Inovação (PAUSTI) no Quénia. O Instituto da UPA para Ciências da Vida e Terra (incluindo Saúde e Agricultura) PAULESI, na Nigéria; e o Instituto de Governação da UPA, Ciências da Humanidades e Sociais (PAUGHSS) nos Camarões, graduou os seus primeiros estudantes de Mestrado e de Doutoramento em Novembro e Dezembro de 2015, respectivamente. A África do Sul foi indigitada pela SADC para sediar o Instituto da UPA em Ciências Espaciais, em representação da região Austral. Uma delegação da CUA liderada pelo Comissário para RHCT fez uma visita de trabalho à África do Sul em Março de 2015, para dar o arranque nas negociações da criação e operacionalização do Instituto de Ciências Espaciais da UPA. As duas partes acordaram num roteiro conjunto, e os oficiais de ambos os lados, desde então, se comunicam e consultam-se sobre o avanço do processo.

16. **Programa Nyerere:** Para incentivar a participação de jovens estudantes africanos com deficiência física nos Programas de Mestrado, uma chamada especial de atenção da Bolsa Nyerere foi feita em 2015 apenas para os candidatos com Deficiências Físicas e 40 candidatos foram seleccionados e considerados para a concessão da bolsa. No âmbito do programa Nyerere expandido e gerido juntamente com a Comissão Europeia; 15 redes que envolvem 72 universidades de 34 Estados-Membros estão a implementar a mobilidade académica intra-Africana. O regime de mobilidade compreende estudos parciais e programas completos de graduação de Mestrados e Doutoramentos.

17. ***Harmonização do ensino superior:*** Na implementação da *Estratégia de Harmonização da União Africana para o Ensino Superior,* a Comissão trabalha com a UNESCO para facilitar a ratificação e a implementação da Convenção Revista de Arusha sobre o reconhecimento das qualificações académicas aprovadas em Dezembro de 2014, em Adis Abeba. Os Estados-membros são instados a acelerar com a criação de um Grupo de Trabalho para a implementação da Convenção de Adis designando um ponto focal nacional para acompanhar e acelerar o processo de ratificação.

    Em colaboração com a União Europeia, um projecto-piloto destinado a harmonizar o desenvolvimento do currículo usando a abordagem de aperfeiçoamento foi realizado com sucesso, projectando os resultados da aprendizagem e competências para as áreas seleccionadas. A segunda fase do projecto de aperfeiçoamento foi lançado em 2015, que será expandido até 110 universidades de 42 países, e com oito áreas temáticas.

A Comissão deu início ao desenvolvimento de um Quadro de Garantia de Qualidade e Acreditação Pan-Africana (PAQAF), em colaboração com a Comissão Europeia e a Associação das Universidades Africanas. Um seminário de validação foi realizado em Julho de 2015, envolvendo agências nacionais e regionais de garantia de qualidade e acreditação, Directores de ministérios para o ensino superior, e especialistas em qualidade para alcançar um consenso sobre o processo de criação de um PAQAF e possíveis modalidades operacionais. O mandato, os papéis e as funções de uma Agência de Acreditação Continental foram igualmente identificados. O Quadro válido será considerado pela Conferência da UA. Enquanto isso, o Mecanismo Africano de Avaliação da Qualidade (AQRM) é defendido para garantir que seja adoptado pelas Universidades Africanas como um dos instrumentos para avaliar e melhorar a qualidade do ensino superior através de exercícios de auto-avaliação e de validação externa.

A harmonização do ensino superior é uma parte crítica do projecto de integração, e fundamental para garantir a mobilidade e habilidades de pesquisa e da cooperação científica no continente. A CUA, a UNESCO e a União Europeia decidiram, assim, envolver os Parlamentos dos Estados-membros para acelerarem o processo de ratificação da Convenção de Adis Abeba.

Desenvolvimento de Habilidades e Formação Educacional, Técnica e Profissional (ETP)

18. Na implementação da Estratégia Continental do ETP adoptada pela Cimeira da UA em 2013, a Comissão está a concentrar-se na mobilidade de competências ao nível continental e regional através do desenvolvimento de quadros de harmonização e de qualificação regional e continental para promover a mobilidade laboral e integração Africana. A Comissão, em parceria com a USAID e a FHI 360 organizou uma exposição de Centros de 20 modelo de FP para servir como exemplos de boas práticas de ETP em África, e providenciaram protótipos e modelos de aprendizagem no sentido de melhorar os modelos de EFP em África. Dez dos Centros, dois de cada região Africana, foram festejados durante a primeira sessão do CTE de Educação, Ciência e Tecnologia.

Revisão da Segunda Década da Educação para África

19. Como a Segunda Década da Educação para África chegou ao fim, a Cimeira da UA solicitou aos Estados-membros para avaliar a implementação do Plano de Acção da segunda Década da Educação nos respectivos países de forma a fazer o acompanhamento da avaliação final e desenvolver uma nova estratégia de dez anos para a educação de acordo com as aspirações e expectativas dos cidadãos africanos e da Agenda 2063.

20. Para implementar esta decisão, e para os países africanos contribuírem para o desenvolvimento das metas globais de educação no período pós-2015 dos

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, uma sessão extraordinária da Mesa da COMEDAF VI foi realizada em Kigali, Ruanda, em Fevereiro de 2015. Na mesma altura, a UNESCO havia convocado para reunião dos Ministros da África subsaariana para o mesmo fim. A reunião da Mesa de COMEDAF VI debateu a avaliação final da Segunda Década da Educação para África, a campanha de Educação para Todos (EFA); e o desenvolvimento da próxima Estratégia Africana para a Educação; e as perspectivas para serem tomadas em conta nos debates globais. A Comissão da UA e a Mesa da COMEDAF VI foram convidadas a sintetizar a avaliação da EFA para o Norte de África com a da SSA, de forma a completar os principais aspectos deixados de fora no relatório e para avançar com o desenvolvimento da estratégia do ensino continental de 2016-2025.

21. Na reunião dos Ministros da Educação da UNESCO, realizada em Kigali, Ruanda, de 09 a 11 de Fevereiro de 2015, 45 países da África subsaariana fizeram apresentações sobre os progressos alcançados na educação desde 2000, bem como as avaliações nacionais em preparação para a agenda da educação pós-2015. As questões destacadas e discutidas variaram desde os Cuidados na Primeira Infância e Educação (ECCE), a Educação Primária Universal (UPE), as necessidades educacionais de jovens e adultos, e alfabetização de adultos. A atenção foi, igualmente, dada as questões relativas à qualidade, equidade, inclusão, e paridade de género na educação no continente Africano.

22. Foi acordado que a agenda da educação pós-2015 precisa de ser ancorada numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e de sector amplo que iria abordar o acesso, equidade e qualidade para todos – crianças, jovens e adultos - em todos os níveis da educação de ECCE até ao ensino superior e a educação de adultos, e em todos subsectores formais, não formais e informais. A África estava bem representada no almoço da Cimeira Mundial da Educação, que concluiu os objectivos de desenvolvimento global da educação para 2030, como contribuição para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015.

A Estratégia de Educação Continental para África de 2016 – 2025 (CESA 16-25)

23. Tendo em conta as avaliações da Segunda Década da Educação, e o consenso sobre as metas de educação pós-2015, a Comissão elaborou a Estratégia da Educação Continental para África de 2016-2025. A estratégia prevê "um sistema de formação e de educação Africana integrada e transformada voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e valores para a realização da visão da União Africana”. A sua missão é de "reorientar os sistemas de educação e formação de África para satisfazer os conhecimentos, as competências, habilidades, inovação e criatividade necessária para nutrir valores centrais africanos e promover o desenvolvimento sustentável nos níveis nacionais, regionais e continental”.

24. A nova estratégia distancia-se das metas prescritivas e minimalistas dos direitos humanos, e apela a capacitação humana e a criação das condições que permitem ajudar os indivíduos e as nações a realizar o seu potencial. Aborda a necessidade de oferecer melhores condições de vida, níveis mais elevados de emprego de qualidade, o empreendedorismo e a inovação, através de estabelecimento de ligações intersectoriais robustas e dinâmicas; atendendo, igualmente, a missão de África no aumento da capacidade e desenvolvimento do capital humano, como uma chave para a realização da abordagem de desenvolvimento comum expugnado pelo continente. O projecto da estratégia exige que os programas de educação e formação sejam directamente ligados aos programas de desenvolvimento de recursos humanos nacionais, bem como com as visões de desenvolvimento económico sociais nacionais. Exige disciplina pedagógica e desenvolvimento curricular e mecanismos de prestação que respondem às aspirações expressas na Agenda 2063.

25. A Comissão convocou um seminário com peritos dos Estados-membros da Mesa de COMEDAF VI e outros, as CER e agências parceiras, para produzir o Projecto Zero da estratégia, que foi distribuído aos Estados-membros, as CER e agências de educação para darem as suas contribuições. A estratégia será a base para a concepção e implementação de programas ao nível continental, regional e nacional. A CESA foi aprovada pela 1ª sessão ordinária do CTE-EST e está pronta para ser apresentada para a adopção na Cimeira da UA de Janeiro de 2016.

Sessão Inaugural do Comité Técnico Especializado sobre Educação, Ciência e Tecnologia

26. A 1ª Sessão do Comité Técnico Especializado sobre Educação, Ciência e Tecnologia (CTE-ECT I) teve lugar na Sede da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, de 27 a 30 de Outubro de 2015. Após a sessão de Peritos, seguiu-se a Sessão Ministerial no dia 30 de Outubro de 2015. A sessão elegeu a Mesa do CTE-ECT 1, apreciou os relatórios nos domínios da Educação, Ciência e Tecnologia, dos Parceiros e da Sociedade Civil; e aprovou o projecto de Estratégia Continental sobre Educação para a África.

27. Os ministros exortaram para a criação de um comité técnico multidisciplinar de Peritos Africanos sob a presidência da CUA e o apoio de instituições como PAM e o Centro de Excelência Contra a Fome, com vista a levar a cabo um estudo sobre a relevância e impacto da alimentação escolar nos Estados membros da UA. Os ministros fizeram recomendações sobre a educação e Formação Profissional, apelaram para a reestruturação e reforma dos sistemas de Ensino e Formação nos domínios Técnico e Profissional (TVET) e a colaboração entre o sector de TVET e as indústrias, bem como o sector privado.

Estratégia para Ciência, Tecnologia e Inovação para a África 2024 (STISA-2024)

28. Na sequência da adopção da Estratégia para Ciência, Tecnologia e Inovação para a África 2024 (STISA-2024), em Junho de 2014 pelos Chefes de Estado e de Governo, a Comissão e a Agência NEPAD lideraram o desenvolvimento de um Quadro de Implementação para a STISA-2024, com vista a mobilizar e orientar as diferentes agências de implementação a participar na implementação da STISA-20124, e da Agenda geral 2063. Para a elaboração do quadro, foi criada uma equipa de redacção composta por peritos.

29. O primeiro documento elaborado foi um Plano de Acção para a implemntação dos Pilares da STISA – 2024, para melhorar e reforçar as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação aos níveis nacional, regional e continental, mediante a edificação e modernização de infra-estruturas de Investigação, o reforço de capacidade profissional e tecnológica, a promoção da inovação e do desenvolvimento empresarial e a criação do ambiente favorável para a CTI. O Quadro de Implementação da STISA – 2024 foi analisado pela primeira CTI sobre Educação, Ciência e Tecnologia que apelou à Comissão, a Agência NEPAD, aos Estados Membros, às CER e parceiros para seguirem o desenvolvimento sistemático de programas emblemáticos apropriados que abordem as áreas e os pilares prioritários da STISA – 2024, em harmonia com o seu calendário e apresentar regularmente os relatórios de acompanhamento e avaliação.

30. **Programa de Subvenções da União Africana para Investigação:** Com um financiamento de 15 milhões de Euros, mediante um Acordo entre a Comissão Europeia e o Agrupamento dos Estados ACP/Pacote do 10º FED, a CUA lançou o programa de Subvenções da União Africana para a Pesquisa em África e beneficiar o reforço de capacidade institucional por forma a gerir um sistema competente de subvenções para pesquisa. O 3 Apelo será lançado nos princípios de 2016, incidindo na "segurança alimentar e na agricultura sustentável", orçado em 10 Milhões de Euros, assegurados pelo Programa Pan-Africano da EU (PANAf). Para realçar e forjar a necessária consciência dos sucessos alcançados, a Comissão preparou um resumo contendo a lista de todos os projectos e um documentário de curta-metragem para fazer reflectir os resultados dos projectos e os seus progressos. Alguns dos projectos foram previstos para serem expostos na COP 21, demonstrando o potencial do programa destinado a contribuir no combate às alterações climáticas.

31. **Prémio Científico Kwame Nkrumah da União Africana:** A Comissão, em colaboração com parceiros de desenvolvimento, lançou vários projectos visados a sensibilizar e dar a conhecer ao público o papel central da ciência e tecnologia, e o seu emprego como um instrumento para o desenvolvimento socioeconómico. O Prémio Científico Kwame Nkrumah da União Africana é atribuído a cientistas africanos que se destacam aos níveis nacional, regional e continental. Nos últimos 12 meses, foram atribuídos 11 prémios a jovens cientistas ao nível nacional. O componente regional do programa, implementado através das Comunidades Económicas Regionais, lançará um prémio no valor de 20.000,00 $EU para cada uma das regiões do continente. Por outro lado,

durante a cimeira de Janeiro de 2015, tinham sido atribuídos dois prémios continentais na soma de 100.000,00$EU.

32. **Diálogo Político de Alto Nível África – CTI UE:** O Diálogo Político de Alto Nível África – CTI EU (HLPD) sobre Ciência, Tecnologia e Inovação foi aprovado pela Cimeira África-UE em Trípoli, em 2010 e está reflectido na Estratégia Conjunta África-UE (JAES). O HLPD acordou trabalhar a favor de um Parceria de Inovação e Investigação com financiamentos conjuntos de longo prazo. A primeira prioridade acordada foi o papel da ciência, tecnologia e inovação na segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável como primeira prioridade. Consequentemente, o HLPD incumbiu a um Grupo de Trabalho de peritos (EWG) para preparar um roteiro inicial, estabelecer etapas ou marcos de curto, médio e longo prazos. O EWG propôs que essa Parceria R&I seja organizada em torno de temas seleccionados, que são fundamentais para a segurança alimentar, a nutrição e a agricultura sustentável. O EWG identificou ainda três temas indicativos de investigação e estabeleceu áreas transversais. O roteiro será analisado pelo HLPD em Março de 2016.

33. **Programa de Biodiversidade da União Africana:** A 16 Sessão ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana decidiu incluir a biodiversidade entre as suas prioridades, tendo apelado aos Estados Membros a aderirem à Convenção sobre a Biodiversidade (CBD) e seus Protocolos, incluindo o Protocolo de Nagoya sobre a Biodiversidade. A 15 Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) em Março de 2015, analisou e adoptou o Projecto de Manual Interno (Orientações) da União Africana sobre a ABS. Este último foi consequentemente adoptado pela Conferência cimeira em Junho de 2015. O Manual Interno contém um 'Quadro Estratégico' com orientações políticas para os Estados Membros e Orientações Técnicas' que formula acções graduais a ser tomadas pelos actores pertinentes na implementação da ABS em África. No decurso do ano, o Departamento dedicou-se a divulgar o Manual Interno (orientações) da UA em importantes fóruns regionais e internacionais.

34. **Política e Estratégia do Espaço Africano:** As aplicações espaciais são fundamentais para a concretização da Visão da Agenda 2063 e constitui parte nuclear do desempenho da STSA – 2024. A institucionalização de um sector espacial Africano formal afigura-se como uma oportunidade singular para a cooperação e a partilha de recursos e canalizar infra-estruturas no seio dos Estados Membros. Em 2010, os Ministros responsáveis pela Ciência e Tecnologia (AMCOST) instituíram o Grupo de Trabalho Espacial da União Africana para o desenvolvimento de uma Política e Estratégia Espacial para a África, como o primeiro do género entre todo um conjunto de instrumentos virados para um Programa Espacial Africano, conforme articulado na STISA – 2024 e na ampla Agenda 2063 da UA, e em decisões pertinentes dos órgãos deliberativos da UA. O Grupo de Trabalho produziu um Projecto de Política e Estratégia, adoptado pela CTI Inaugural em 30 de Outubro de 2015. O documento final será submetido à consideração da Cimeira de Janeiro de 2016.

35. **Monitorização Global para o Ambiente e o Programa da África:** A Monitorização Global para o Ambiente e Segurança (GMES) e a África é um programa conjunto de cooperação UE-África de longo prazo sobre os Sistemas de Observação da Terra, para permitir que os dois continentes abordem os comuns desafios globais e desenvolvam capacidades institucionais, humanas e técnicas em África para o acesso e exploração de serviços de observação da Terra. Um Acordo de Cooperação entre a CUA e a CE foi assinado em 2014, para a implementação da primeira fase, baseado em três áreas temáticas, a saber: (i) Gestão de Recursos Naturais a longo prazo; (ii) Gestão de Recursos Hídricos; e (iii) Áreas Marinhas e do Litoral. Esta fase, assente na Monitorização do Ambiente e Segurança em África (MESA), será lançada em 2016.

36. **Observatório Africano para a Ciência, Tecnologia e Inovação:** Tal como recomendado pela 25 Sessão Ordinária da Conferência cimeira da União Africana, o Observatório Africano para Ciência, Tecnologia e Inovação (AOSTI) consolidou o seu projecto de estatutos a ser apreciado pelo Comité Técnico Especializado sobre Justiça e Assuntos Jurídicos; Os estatutos foram objectos de emendas e estão prontos para serem submetidos à 27 Sessão Ordinária da Conferência cimeira para adopção. O Departamento de Educação, Ciência Tecnologia da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e o AOSTI estão a acompanhar e avaliar conjuntamente a produção científica da região da CEDEAO. Esse estudo será publicado até Dezembro de 2015 nas séries biométricas da Perspectiva Africana de Inovação promovida pelo AOSTI. O Estudo incluirá uma produção científica pormenorizada de cada um dos 15 Estados membros da CEDEAO; e proporcionará também dados estatísticos adicionais para outras Comunidades Económicas Regionais e o continente no seu conjunto. Os Estados Membros são incentivados a fazer desta publicação nos seus processos de formulação e implementação de políticas em material de CTI. Para o referido estudo, a CEDEAO prometeu desembolsar a soma de 137.000,00$EU, como parte da execução do MdE (Memorando de Entendimento) entre a Comissão da UA em nome do AOSTI e a Comissão da CEDEAO.

37. **Quadro da Ciência e Tecnologia para a Detecção, Identificação e acompanhamento de Doenças Infecciosas de seres Humanos, animais e Plantas em África:** O Quadro da Ciência e Tecnologia da UA para a Detecção, Identificação e Monitorização das Doenças Infecciosas de seres Humanos, animais e Plantas em África aprovado pelo Conselho Executivo (EX.CL.766 (XXII) em Janeiro de 2013, apela para a criação de um Quadro de Vigilância das Doenças Infecciosas da UA como uma rede eficaz de centros de excelência em todos os níveis da UA. Os seguintes Estados membros designaram os Centros Nacionais de Vigilância das Doenças Infecciosas (NAatCIDS) da Argélia, Egipto, Etiópia, Gana, Mali, Níger e Nigéria estando os seus processos em curso. Um projecto de Acordo Jurídico foi enviado ao Gabinete do Conselheiro Jurídico para apuramento, e restando apenas a assinatura. Com as CER estão em curso consultas para a identificação dos seus centros regionais. A Comunidade da

África Oriental (ECA) designou a Rede Integrada de Vigilância das Doenças como o centro regional (RCIDS) para a AUNIDS, que foi aprovada pelo Conselho de Ministros da ECA, em Outubro de 2014. Enquanto são estabelecidas modalidades para o lançamento e adopção do WACIDS[8]. Duas redes de colaboração foram identificadas e partilhadas com o Centro da África Austral para a Vigilância das Doenças Infecciosas – SACIDS, e as organizações de Ligação para a Vigilância das Doenças Infecciosas ao nível regional (CORDS).

Como resposta ao surto do Ébola, o STRC com o SACIDS[9] e parceiros organizaram seminários sobre "Lições Aprendidas em material de gestão de riscos da doença do Ébola". Os resultados centraram-se na melhoria do controlo das doenças infecciosas, comunicação, reforço de capacidade, colaboração, coordenação e trabalho em rede. As conclusões da reunião culminaram com um tripartido envolvendo o CORDS, SACIDS E STRC para o desenvolvimento do Programa de Intensa Preparação (IPP) sobre o reforço de capacidade no comunicação e no trabalho comunitário destinado a melhorar a gestão da iniciativa de combate à epidemia do Ébola.

38. **Rede das Ciências da UA:** A Rede da União Africana sobre Ciências é uma rede virtual que envolve uma série de personalidades/instituições que trabalham em conjunto na abordagem dos desafios da África em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. Trata-se de uma plataforma mediante a qual os cientistas, engenheiros, inovadores, inventores de tecnologias africanos interagem, cooperam, trocam informações/conhecimentos e complementam-se entre si nos trabalhos de pesquisa e académicos. Constitui ainda um recurso inovador para melhorar a circulação de competências e congregar cientistas africanos e da diáspora. O projecto será implementado em quatro etapas.

O STRC levou a cabo um Inquérito sobre as redes científicas existentes, virtuais ou físicos, para o desenvolvimento da base de dados das redes. O STRC registou as realizações com a identificação de mais de 163 instituições e a obtenção de base de dados de membros de diferentes redes e instituições, reunindo mais de 2000 base de dados. O STRC está a trabalhar com universidades e instituições de Investigação africanas com vista à dotar a rede com as suas bases de dados. O TWAS ofereceu-se a apoiar e associar-se com o STRC no desenvolvimento do projecto AUNS, tendo amavelmente revelado a sua base de dados ao STRC, enquanto a Academia Africana de Ciências (AAS) disponibilizou a base de dados dos seus membros ao AUNS.

O portal-R, os módulos, a base de dados e a biblioteca digital da Rede encontram-se na fase de concepção em que as consultas em curso entre o STRC e a Divisão do Serviço de Gestão de Informação (MIS) defenderam que seria económico terciarizar o alojamento, ao mesmo tempo que a reserva esteja

[8] Centro da África Ocidental para Vigilância de Doenças Infecciosas
[9] Centro da África Ocidental para Vigilância de Doenças Infecciosas

concentrada no STRC. A Biblioteca Alexandrina (Biblioteca de Alexandria) ofereceu-se a estabelecer parceria com o STRC e prestar assistência na concepção, construção e alojamento do portal da rede.

39. **Projecto sobre a Documentação e a Protecção do Conhecimento Indígena Africano:** Ao abrigo deste projecto, foi produzido o *Volume da 2 Edição da Farmacopeia Africana.* A primeira edição do livro sobre a Farmacopeia Africana foi publicado em 1985, e deste então, progressos foram feitos neste domínio, do ponto de vista técnico e científico, na farmacopeia de outros continentes. O STRC conseguiu finalizar a 2 edição da Farmacopeia Africana com dados actualizados sobre as plantas identificadas na primeira edição, e além disso, 100 plantas foram incluídas no livro juntamente com uma galeria fotográfica. O livro tinha sido distribuído a todos os Estados Membros e instituições especializadas. O escritório começará a trabalhar no **Volume dois da 2ª edição da Farmacopeia Africana**, que implica o recurso a métodos gerais de análise, física, química, biológica, incluindo a eficácia das espécies.

40. **Desafios da CTI da África e as Alterações Climáticas:** Trata-se de um projecto contínuo que analisa o impacto das alterações climáticas no continente. O STRC levou a cabo um inquérito sobre a Política da Inovação Ecológica (inovação verde) no continente, cujos resultados indicam que a maioria dos Estados Membros não tem qualquer política de inovação ecológica. Acontece que dentre as CER, apenas a SADC tem uma. O inquérito foi efectuado com o objectivo de desenvolver um quadro para o continente. O STRC produziu um documento intitulado 'Os Desafios da África da CTI da África e as Alterações Climáticas', e já está pronto para ser publicado.

41. **Conselho Africano de Inovação e Investigação Científica:** Inicialmente, acções tinham sido tomadas pela Comissão em torno da implementação do Conselho Africano de Inovação e Investigação Científica e Técnica (ASRIC), de acordo com a decisão EX.CL/766(XXII) e EX.CL/839 no decurso do ano. Enquanto aguardava pela aprovação do estatuto do ASRIC pelo STC jurídico e de justiça, o STRC e a Comissão trabalharam nas modalidades para o lançamento do ASRIC, incluindo a organização da primeira conferência do ASRIC para uma fase posterior. Os membros do Comité de Organização formam seleccionados das CER e de Instituições de CTI em África. Os membros reuniram-se pela primeira vez no dia 8 de Setembro de 2015, em Acra, Gana, para formalizar informações actualizadas sobre o ASRIC. Depois, procederam à formulação dos termos de referência para os membros do comité de organização. Uma reunião de planificação teve lugar em Abuja, Nigéria, pela segunda vez, no dia 9 de Outubro de 2015. Durante a segunda reunião, uma agenda tinha sido redigida para a proposta primeira Reunião do ASRIC, assim como as directrizes para a selecção dos membros da Mesa do ASRIC, o Subcomité Temático, programático e Científico.

Investir nos jovens e mulheres de África

42. **Quadros de Política sobre a Juventude: Desde que foi lançada a Carta Africana da *Juventude*** em Banjul, em 2006 o Quadro foi assinado por 42 Estados Membros e ratificado por 37. O Governo da Gâmbia ofereceu-se a acolher a celebração dos 10 anos da Carta Africana da Juventude, em Banjul. Uma Nota Conceitual foi concluída e estabelecido um comité preparatório para dar início aos preparativos em direcção ao evento agendado para Maio de 2016.

43. **Plano de Acção para a Década da Juventude:** Para harmonizá-lo com os actuais documentos estratégicos da UA, nomeadamente a Agenda pós'2015, a Agenda 2063 e questões de Desenvolvimento Juvenil emergentes, a Comissão está engajada num processo de revisão do Plano de Acção. O Projecto de Directrizes para a integração dos Jovens nas actividades da União Africana e do continente no seu todo, foi desenvolvido e promoção, aguardando a validação e aval. A voz da juventude está sendo levada em conta no processo de revisão através do corpo dos Jovens Voluntários da União Africana e outros jovens.

    Corpos de Jovens Voluntários da União Africana (AU-YVC): O AU-YVC é uma iniciativa da União Africana para a capacitação, empoderamento e participação dos jovens através da acção. Desde o seu lançamento em Dezembro de 2010, AU-YVC recrutou e formou 258 jovens profissionais, tendo empregado e mais de 140 na UA, noutras instituições regionais e internacionais assim como nos Estados Membros pelo continente. Actualmente está em curso um processo de revitalização do programa AUYVC, com vista a consolidar as iniciativas de Jovens voluntários aos níveis nacional, regional e continental e para assegurar que o programa honre o seu mandato. Consequentemente, espera-se que o AU-YVC venha a incrementar a sua capacidade de colocação de mais jovens voluntários assim como prestar assistência técnica aos Estados Membros e às CER no desenvolvimento das suas próprias iniciativas. O novo programa promoverá o voluntarismo aos níveis das CER e dos Estados-membros. O maior desafio é o financiamento, e por conseguinte os Estados-membros são solicitados a prestar apoio, uma vez que o programa beneficia a todos.

    Para o programa de 2016, foi lançado um apelo de duas semanas, tendo a Comissão recebido mais de 8000 requerimentos de jovens e estudantes. Devido às dificuldades financeiras, apenas 100 jovens acederam como voluntários, apesar de que temos uma base de dados de cerca de 1000 jovens de ambos os sexos, são elegíveis.

44. **Participação dos Jovens:** Para incrementar a participação, o empoderamento e o envolvimento cívico dos jovens, levaram-se a cabo actividades ao nível continental, a saber: (i) 2º Modelo Continental das Nações Unidas de África, em colaboração com o Modelo das Nações Unidas da Universidade de Adis Abeba sob o tema: *"A Diplomacia Africana em Múltiplas Frentes";* (ii) o 3 Diálogo Internacional com o Parlamento Pan-Africano e Jovens Africanos alusivo ao tema: *" Promover uma Cultura de Boa Governação por uma acção favorável ao empoderamento das mulheres jovens, assim como para a inovação e o*

empreendedorismo juvenil"; Comemorações do Dia Internacional da Juventude sob o tema: "a Participação Cívica dos Jovens". E o Dia da Juventude Africana sob o tema: *"Ano Africano dos Direitos Humanos rumo à Agenda 2063 – a África que queremos"*. Além disso, prevemos organizar um diálogo intergovernamental para a Cimeira de Janeiro de 2016.

45. **Empoderamento dos Jovens e Criação de Riqueza:** O programa sobre a Juventude na Ciência, Tecnologia e Inovação para o Empoderamento dos Jovens e Criação de Riqueza em África visa reforçar a capacidade dos jovens em África, com recurso à CTI para o seu autodesenvolvimento e prosperidade a nível comunitário. O projecto assegura o apoio ao micro negócio, e/ou a instituições semelhantes que se dedicam à transferência, adopção e divulgação de tecnologias nos Estados Membros, tal como estipulado nas áreas prioritárias do STISA 2024 "Viver Juntos - Construir a Sociedade" e "Criação de Riqueza". O projecto irá igualmente expor as comunidades às tecnologias favoráveis ao ambiente e que abordam os seus desafios quotidianos, tais como Água e Saneamento, Cuidados de Saúde, Energia, Alimentos, Agricultura e Ambiente, Habitação e Construção, Lixo e Reciclagem, e as TIC. Foi projectado um documento, pelo que a primeira fase do projecto visa mobilizar e desenvolver a experiência e a capacidade individual dos jovens para o uso de tecnologias em prol da sua sustentabilidade económica, integração e desenvolvimento comunitário.

46. Por outro procedeu-se igualmente à elaboração do Pilar sobre o Emprego de Jovens e Mulheres dos Primeiros Cinco Anos do Programa Prioritário sobre o Emprego, Erradicação da Pobreza e o Desenvolvimento Inclusivo. Isso foi feito em harmonia com a implementação da Declaração 10 e do Plano de Acção de Ouagadougou. A Comissão está a trabalhar com o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNECA e a OIT.

Resultado 5

Mobilização de Recursos para a Auto-Suficiência da África

Decisão sobre as Fontes Alternativas de Financiamento

1. As Cimeiras da UA em Janeiro e Junho de 2015, abordaram mais uma vez a questão de se avançar para uma maior auto-suficiência na mobilização de recursos internos para o financiamento de programas, instituições e actividades ao nível continental. Em Junho de 2015, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptaram a Declaração sobre a Auto-Suficiência, que inclui a decisão relativa às fontes alternativas de financiamento. As contribuições estatutárias e a avaliação da escala de contribuições revistas que entrarão em vigor a partir de Janeiro de 2016, e cujo objectivo é o de assegura que, a médio prazo, os Estados-membros contribuam com 100 por cento do orçamento

operacional, 75 por cento do orçamento-programa, e 25 por cento das operações da paz e segurança.

2. A Comissão e os Órgãos devem garantir, com efeito, que maximizemos as receitas e minimizemos os gastos e assegurar uma utilização eficaz dos nossos recursos.

3. A Cimeira reconheceu ainda o trabalho da Fundação da União Africana, e as contribuições do sector privado aos esforços da UA de combate ao vírus Ébola, através do Fundo Africano de Solidariedade Contra o Ébola. A Fundação UA foi oficialmente lançada na Cimeira de Janeiro de 2015, e o Conselho da Fundação, na sua reunião de Maio de 2015, instituiu o Secretariado Interino, com a futura sede em Joanesburgo, para um período inicial de dois anos.

Orçamento e Mobilização de Recursos em 2015

4. A Comissão apresentou o Documento-Quadro de Orçamento e o Orçamento anuais para adopção na Cimeira de Junho de 2015, e preparou o documento do Quadro orçamental de 2017 com base nos seguintes princípios subjacentes: Resultados e responsabilização para o desempenho; eficiência, eficácia, disciplina e transparência na canalização e uso de recursos; a supervisão pelo Subcomité do CRP para assegurar a introdução, a legitimidade e a harmonização com o mandato e os objectivos da Agenda 2063; os esforços no contexto do quadro **das fontes alternativas de financiamento**, para garantir o financiamento sustentável dos programas e operações da UA com o financiamento interno; um mecanismo de responsabilização e supervisão robustos; e a observação dos princípios de subsidiariedade e complementaridade.

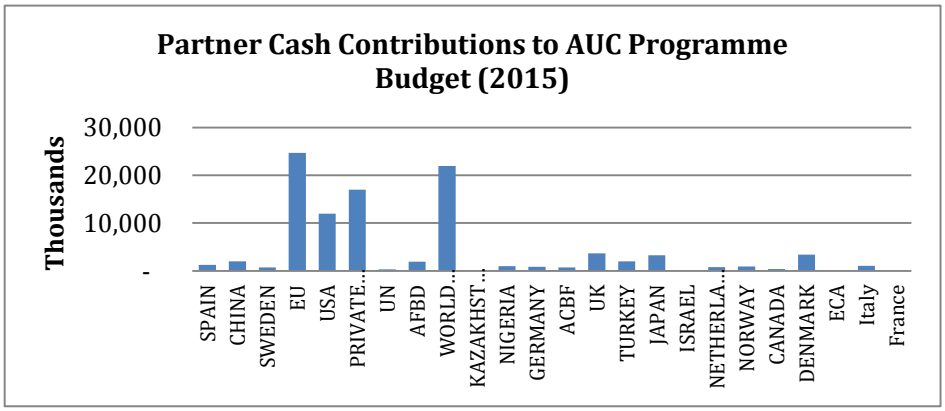
5. **Orçamento de 2015:** Os órgãos deliberativos da União Africana adoptaram um total orçamental no valor de 393.037.453 $EU, com 142.687.881 $EU para as operações e a soma de 250.349.572 $EU para o orçamento programa. Os Estados Membros reservaram 37% deste total orçamental de conformidade com a escala de avaliação, e a Comissão viu-se forçada a angariar os restantes 60% de parceiros de desenvolvimento. As contribuições dos Estados-membros cobrem o segmento de operacional do orçamento da UA. Porém, o orçamento operacional experimentou um défice, devido ao pagamento tardio das contribuições pelos Estados-membros. Nos finais de Novembro de 2015, os Estados-membros pagaram apenas 60 por cento das suas contribuições estatutárias, não obstante os compromissos pró-activos com os Estados-membros afectados pela Comissão da UA.

6. A totalidade confirmada das contribuições do programa para a Comissão da UA em 2015, é de 112.348.305 $EU comparada ao de 2014, na soma de 105.929.602 $EU. Isso justifica o alto nível de mobilização de recursos. A contribuição dos Estados Membros para o orçamento programa aumentou para

13,88 por cento em 2015. Isso é comparado com um incremento de recursos dos parceiros de mais de 5% em 2015.

7. A Figura (xx) mostra as contribuições dos parceiros em 2015. Estas figuras representam o valor real recolhido dos parceiros até à altura em que o relatório foi elaborado, conjugados com os 318.257,991$EU, que foram contribuídos para as operações de apoio à paz (maioritariamente AMISOM), pela UE, DFID, China e Itália.

8. O ano de 2015 testemunhou a entrada de um novo parceiro no processo de desenvolvimento, nomeadamente o Banco Mundial com a assinatura de um acordo no valor de 27 milhões de dólares para três anos, para a capacitação da União Africana, assim como o aprofundamento da Agenda continental sobre as trocas comerciais e o crescimento económico. Por outro lado, o apoio do governo chinês foi reintroduzido em 2015 com base num acordo assinado em 2014, para apoiar vários programas da CUA.



9. Os fundos mobilizados através de acordos de financiamento conjuntos formam apenas 13 por cento da totalidade de recursos mobilizados até finais de Novembro de 205, comparados com os 87% da assistência bilateral. Com a melhoria da coordenação dos parceiros, a CUA deseja fazer mais através de acordos conjuntos.

10. **Orçamento de 2016: em Junho do ano corrente, o**s órgãos deliberativos adoptaram o Orçamento de 2016, perfazendo um total de 416.867.326 $EU com a ressalva de que a Comissão assegurasse a eliminação da lacuna em termos de financiamento. Para o efeito, realizaram-se consultas com parceiros internacionais. Esforços continuaram a ser envidados para incentivar parceiros internacionais externos ao JPA a aderirem ao financiamento global destinado a promover as actividades e reduzir os custos de transacção. Nos seus relatórios dirigidos aos parceiros de desenvolvimento, relativamente ao uso de fundos dos parceiros, a Comissão esforçou-se a centrar maior atenção nos resultados, e não nas actividades, melhorando o quadro de Gestão Baseado em Resultados (RBM) na CUA, assim como nos órgãos deliberativos e NEPAD. Foi desenvolvido um modelo padrão revisto para abordar todos os desafios salientados pelos parceiros e intervenientes internos, em relação ao actual

formato de relatório. A Comissão desenvolveu também um Estratégia de Mobilização de Recursos cuja implementação arrancará brevemente.

Financiamento para a Agenda 2063

11. Na prossecução dos ideais do Pan-Africanismo rumo à auto-suficiência, a África pretende tirar o maior proveito e mobilizar recursos internos de forma objectiva e eficaz, com vista a financiar a Agenda 2063, com fundos externos tais como o financiamento da ajuda por doadores e o investimento directo estrangeiro (IDE) como complemento do que o continente pode mobilizar. No entanto, as áreas prioritárias para a mobilização de recursos internos abarcam as seguintes áreas estratégicas:

- Reforço da mobilização de recursos;
- Maximização dos rendimentos resultantes dos recursos naturais – OGM, sectores agrícola, marítimo, turístico etc.;
- Aproveitamento da fonte cada vez maior de poupanças institucionais africanas – fundos de pensões, reservas de divisas nos bancos centrais, fundos de riqueza soberana e desenvolvimento do mercado de capitais;
- Incentivar e facilitar investimentos Intra-africa;
- Reforçar a mobilização de poupanças de retalho através da inclusão financeira;
- A restrição de fluxos financeiros ilícitos;
- Melhorar as irregularidades e fugas e desperdícios financeiros assentes na corrupção/governação: governos, serviços de infra-estruturas e cadeias de valores agrícolas.

12. A Estratégia de Mobilização de Recursos da Agenda 2063 tomou igualmente em consideração as recomendações da Conferência sobre o Fianciamento do Desenvolvimento (Adis Abeba, Julho de 2015), que apelou, entre outros, para a "consolidação das políticas oficiais, os quadros normativos e financiamentos a todos os níveis, libertando o poder transformador das pessoas e do sector privado". Um outro aspecto relevante é o processo formalizado em Junho de 2015, com o aval dos Chefes de Estado, pelo que a implementação continuará a ser apoiada e monitorizada em 2016 e mais além.

Combater os Fluxos Financeiros Ilícitos para Facilitar a Mobilização de Recursos Financeiros

13. A 24 Conferência cimeira aprovou o *Relatório do painel de Alto Nível (HLP) sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (IFF) de África*. O Relatório reflecte o trabalho do Painel (HLP) levado a cabo desde a sua fundação, em Fevereiro de 2012. O Relatório sublinha que a África está a perder excessivamente 50 mil milhões de Dólares por ano, através das Saídas Ilícitas.

14. Para combater os IFF e assegurar que esses fundos sejam adequadamente canalizados para as necessidades da África, a Comissão recomenda que os

Estados Membros reforcem os seus quadros normativos e institucionais por forma a assegurar que as autoridades competentes tomem medidas apropriadas no sentido de entravar o IFF da África. Estas acções devem ser combinadas com uma recolha adequada de dados sobre transacções comerciais e a criação de bases de dados robustas aos níveis nacional, regional e continental. A Comissão, em colaboração com Estados membros, exigiriam que as companhias multinacionais operando em países africanos proporcionem o preço unitário das transferências com relatórios gerais, indicando os seus relatórios financeiros desagregados. A Comissão fará uso do seu peso político com o intuito de trabalhar com a organização internacional dedicada à Administração fiscal.

15. A Conferência a UA encarregou a CUA e a UNECA para formular modalidades de combate a IFF. As consultas regionais sobre o relatório do IFF sobre IFF foram realizadas e concluídas. Na última reunião realizada no Gana, em Novembro de 2015, acordou estabelecer um Consórcio de IFF para conceber e recomendar modalidades específicas para a implementação das recomendações do Painel de Alto Nível sobre o IFF. O consórcio congrega a CUA, UNECA e organizações africanas com experiência específica em vários aspectos do IFF sob liderança de S.E. antigo Presidente Thabo Mbeki.

Resultado 6

Uma União de Pessoas

A participação eficaz de todos os intervenientes na concepção, projecção, implementação, monitorização e avaliação da Agenda 2063 é um factor fundamental para o sucesso.

Agenda 2063 é um factor fundamental para o sucesso

1. Uma sociedade civil vibrante e activa no continente, é vital para a Agenda Africana, com vista a assegurar o desenvolvimento centrado nas pessoas. O relacionamento da sociedade civil com a União e a consolidação da voz da sociedade civil, é por conseguinte, parte importante do trabalho da Comissão.

2. No período em revista, a Comissão continuou a dar prioridade, enraizar, estabelecer e suster o seu activo empenhamento junto de organizações não-governamentais, grupos de profissionais e sociais, organizações comunitárias, grupos religiosos e a vasta congregação de actores não-estatais. Isto “e um avanço na realização do compromisso do Acto Constitutivo para a criação de uma comunidade centrada nas pessoas no seio da União Africana, baseado na parceria entre governos e a sociedade civil.

3. A abordagem consultiva em torno do desenvolvimento da Agenda 2063 foi uma importante parte do empenhamento dos cidadãos e da sociedade civil africanos no trabalho da União. Isto está igualmente reflectido no trabalho de todos os

departamentos da CUA, nos órgãos da União e das CER: Envolvendo a sociedade civil, grupos de reflexão, instituições de intervenção, empreendedores, grupos de defesa e profissionais no trabalho da União a vários níveis.

4. Outrossim, a União, aos níveis continental, regional e através dos seus Estado Membros, continuou a divulgar a sua visão, políticas e programas no seio dos cidadão africanos e pelo mundo, construindo uma perspectiva Pan-Africana, sendo fundamental para a sua missão e para permitir o continente a apropriar-se da narrativa e marca africanas para fazer reflectir realidades, aspirações e prioridades continentais e a sua postura no mundo.

Plataformas de sociedade civil e Intervenientes

5. As actividades concluídas através do Departamento de Cidadão e Diáspora (CIDO) veio reforçar o compromisso da União Africana para priorizar, promover e enraizar a apropriação africana dos programas e políticas da União Africana. Esta acção tem por objetivo visar, construir e manter os parceiros com vários segmentos da vasta sociedade africana, tais como grupos sociais e de profissionais, sindicatos, ONG, agrupamentos culturais, o sector privado, grupos religiosos, etc. e facilitar a colaboração com a Comissão no apoio da Agenda da União. Os parceiros juntamente com a sociedade civil permitem a Comissão interagir numa base contínua com importantes segmentos das populações africanas, no apoio à Agenda da União e sua marca. Neste contexto, foram implementadas as seguintes actividades de envolvimento de intervenientes.

6. **Consulta Anual da União Africana-Organização da Sociedade Civil (OSC) sobre a Estratégia Conjunta África-UE:** O Fórum foi realizado como parte dos preparativos para a próxima Reunião Consultiva Intercontinental da OSC, em cumprimento das recomendações da reunião do Comité Directivo tida lugar em Bruxelas, em Julho de 2015. O Fórum passou em revista a história e os progressos da Parceria África-UE, e fez recomendações sobre áreas temáticas da parceria, o papel da sociedade civil, as estruturas operacionais e os requisitos da sociedade civil para o próximo Fórum Anual Conjunto (JAF).

7. **O 6 Fórum de Parceria União Africana – Organização dos Sindicatos Unidos Africanos (AU-OATUU)**: Esta parceria reúne representantes de organizações sindicais e movimentos de trabalhadores nas cinco regiões do continente. O 6 Fórum desenrolou-se em torno das recomendações emanadas do Fórum anterior sobre a participação do sindicato na Agenda 2063, tendo gerado acções de acompanhamento em apoio da implementação e monitorização dos primeiros 10 Anos do Plano da Agenda 2063. O Fórum analisou ainda mecanismos específicos para a participação no processo JAES, no ECOSOCC da UA, e na implementação da Política da UA sobre o Género, em reconhecimento de 2015 como ano o empoderamento das mulheres.

Actividades do ECOSOCC

8. O Artigo 11º dos estatutos do ECOSOCC estipula que Agrupamentos Sectoriais sejam estabelecidos como mecanismos operacionais-chave para dar o seu contributo nas políticas e programas da União Africana, complementado pela Decisão da Assembleia do ECOSOCC tomada no Cairo, em Fevereiro de 2015. Planos operacionais foram preparados para a totalidade dos 10 comités agregados, e começou com a criação dos quatro (4) seguintes agrupamentos em Nairobi, este ano: Paz e Segurança, Assuntos Políticos, Género, e Economia Rural e Agricultura. A segunda fase foi agendada para ter lugar no Cairo, Egipto, em Novembro de 2015, mas teve que ser cancelada devido à imposição de medidas de austeridade, que restringiu a libertação de fundos dos Estados Membros de que o ECOSOCC depende para as suas actividades.

9. A directiva administrativa que congela o emprego dos recursos dos Estados-membros enfrentou um desafio operacional crucial para as actividades do ECOSOCC, visto que o orçamento do órgão é 100% extraído das contribuições dos Estados Membros. Das actividades mais importantes restringidas por essa directiva destaca-se o estabelecimento de outros agrupamentos, uma mesa redonda contra o terrorismo sob os auspícios do Agrupamento para a Paz e Segurança do ECOSOCC; a Reunião Pré-Cimeira; e a 2 Reunião Ordinária do Comité Directivo do ECOSOCC, na qual o Relatório Anual do órgão será preparado e adoptado para apresentação aos Chefes de Estado e de Governo da União, na Cimeira da UA d 2016.

Programas de Mobilização da Diáspora

10. O Programa de mobilização da Diáspora incidiu na implementação dos resultados da Cimeira Global da Diáspora África 2012, e em conformidade com o Artigo 3 (q) do Protocolo sobre Emendas ao Acto Constitutivo da União Africana (2003), que convida expressamente a diáspora africana para participar como parte fundamental da edificação da União. Neste contexto, o desenvolvimento das estruturas das redes regionais para o engajamento da diáspora, prosseguiu a bom ritmo no período em revista; Com a conclusão da sexta região da União Africana em Otawa, Canadá, em Abril de 2015; A Liga dos Estados Árabes (LEA) no Cairo, Egipto, em Julho de 2015 e a Rede Pan-Africana da Austrália em Melbourne, Austrália, em Novembro de 2015. Esta última actividade culminou com a criação de um Comité Directivo para o Estabelecimento de uma Rede da Diáspora da UA na Região do Pacífico Asiático.

11. O programa da Diáspora centrou-se igualmente na operacionalização da Decisão da UA Nº: Assembly/AU/Dec.478.(XXI)sobre a *Implementação dos Cinco projectos Jurídicos Globais da Diáspora Africana,* de que também fazem parte os Corpos de Voluntários da Diáspora da União Africana (AUDVC). A mesma decisão estabeleceu um Comité Técnico de Peritos Autofinanciado

constituído por Representantes da CUA, NEPAD, BAD, PNUD, UNECA, CER, a Fundação Africana de Capacitação, Chefes de Agências de Execução e Representantes da Diáspora e 4 do Sector Privado para coordenar e acompanhar a implementação dos Projectos de legado que tinham sido aprovados pela Conferência em Julho de 2012; Consultas tiveram lugar entre a Comissão e os Estados Membros em relação às modalidades operacionais do Comité Técnico, particularmente o argumento de que os mesmos devem ser autofinanciados.

12. Neste sentido, a Comissão tirou bom proveito de suas parcerias técnicas nos Estados Unidos, para o desenvolvimento do quadro para um projecto-piloto de voluntários da Diáspora com vista a ser incorporado no programa global de AUDVC, quando o mesmo estiver pronto para o seu arranque pelo Comité Técnico. Um seminário sobre o projecto técnico teve lugar em Maio de 2015 para a concepção e implementação do projecto-piloto de corpos de voluntários, com a CURSO Internacional. O atelier desenvolveu um quadro técnico para um período de 4 anos, orçado em 6 milhões de dólares, ainda por aprovar, para o qual peritos técnicos serão contratados a partir da comunidade da diáspora africana no Canadá, com colocação na Comissão da UA assim como em organizações de parceiros locais nos cinco (5) Estados Membros da UA, para fins de capacitação em matéria de desenvolvimento organizacional e desenvolvimento económico. Para além do financiamento do projecto já garantido pelo Banco Mundial como parte do apoio para o Desenvolvimento de Capacidades da Comissão da União Africana e outros Projectos dos Órgãos da União Africana (P126848), o CIDO e *Cuso International* também concluíram uma proposta de projecto – destinado a assegurar um financiamento suplementar do projecto – ao governo do Canadá através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comércio e Desenvolvimento (DFATD).

13. As actividades concluídas ao abrigo do período em análise proporcionam uma plataforma que nos permite passar para a próxima fase do programa, proporcionando conexões para actividades suplementares agendadas para 2016, com o Apoio do Desenvolvimento de Capacidade da Comissão da União Africana e outros projectos dos Órgãos da União Africana (P126848). No próximo ano, será adoptada uma abordagem em duas vertentes, a saber: (i) capacitação de departamentos governamentais responsáveis pelo engajamento da diáspora; trabalho com ministérios, departamentos ou agências nacionais dos estados Membros da UA estabelecidos para mobilizaras suas respectivas diásporas em actividades de desenvolvimento nacionais; e (ii) desenvolver parcerias com organizações e redes da diáspora que possam assistir na identificação, formação e emprego de profissionais da diáspora, mulheres e jovens qualificados para oferecerem os seus serviços como voluntários à luz do desenvolvimento económico prioritário, mais especificamente acompanhando o Programa de Voluntários da Diáspora da União Africana (AUDVP).

14. A Comissão, em parceria com parceiros como o Grupo do Banco Mundial, trabalhará para desenvolver entre outros, um programa de certificação em

"Política de Engajamento e Planificação da Diáspora 201" para funcionários públicos e decisores políticos dos Estados Membros; desenvolver redes e envolver membros qualificados da diáspora para que possam prestar assistência técnica para o reforço dos quadros e mecanismos de participação de 'ministérios' e 'departamentos'; identificar profissionais cujas competências não se encontram facilmente disponíveis na região ou num país, e para estabelecer ligação com jovens, particularmente em comunidade vulneráveis em África, com jovens profissionais (Futuros Líderes) na Diáspora Africana através de plataformas em linha e eventos no terreno.

15. Neste período em revista, foram igualmente organizadas outras actividades, entre elas a consolidação do Processo de Consultas Regionais – em particular, consultas alargados sobre o Programa da Diáspora para Oceânia, a Australasia e o Médio Oriente; regiões com populações da Diáspora Africana de grandes dimensões. O Funcionário permanente do Desk do CIDO, responsável pela programação no Médio Oriente, Golfo e Oceânia foi indicada para avançar nesta questão.

16. No que diz respeito à representação da Diáspora na União Africana, é necessário definir um processo jurídico e institucional para integrar a participação de agências da diáspora nos processos da União Africana. Para esse efeito, a Comissão está empenhada no processo de recrutamento de peritos consultores em regime de curta duração para preparar, produzir e submeter um projecto de quadro sobre a representação jurídica e política da Diáspora nas estruturas e processos da UA. No fim dos seus trabalhos, será necessário fazer-se propostas sobre a participação da Diáspora, incluindo os princípios orientadores básicos que gerem o processo de representação e participação da Diáspora nas estruturas, políticas e processos da UA; as modalidades de funcionamento para a aplicação dos referidos princípios a Estados não-africanos nas caraíbas e não só, com populações de maioria africana ou com número significativo de africanos, instituições ou organizações empresariais, parlamentares, Presidentes das Câmaras (prefeitos), organizações da Sociedade Civil ou indivíduos; uma lista dos principais órgãos ou instituições da União Africana em que a Diáspora estaria representada e as modalidades para essa participação em que os instrumentos estatutários que estabelecem os órgãos, não as define especificamente; recursos e canais através dos quais os pontos de vista e perspectivas da Diáspora passam a ser incluídos nas políticas e processos da UA à margem dos quadros formais; e protocolos sobre os direitos, privilégios, obrigações e deveres, e responsabilidades associados com os processos de inclusão, representação e participação da Diáspora aos vários níveis.

Comunicação, Divulgação e Narrativa Africana

17. As actividades de Comunicação e de Divulgação são desenvolvidas em toda a Comissão além dos trabalhos realizados pelo seu Departamento de Informação e Comunicação (DIC).

Actividades de Comunicação em volta das principais questões africanas e Eventos e Programas da UA

18. **Ébola:** Tal como solicitado pela reunião do Conselho Executivo, de 8 de Setembro de 2014, a Comissão designou e geriu a implementação de uma estratégia continental holística de comunicação sobre a intervenção da UA na crise do Ébola. O objectivo estratégico, tal como orientado pela Decisão, foi o de "assegurar comunicação apropriada sobre o EVD à população em geral e à comunidade internacional" e foi sustentada pelos seguintes pilares: informação do público, comunicação interna, marca, sensibilização e comunicação sobre a crise.

19. De conformidade, as conquistas no âmbito da Estratégia Continental de Comunicação sobre o Ébola incluiu:

    - Preparação da Mensagem ARC, a qual tornou-se na principal mensagem da União Africana, usada pela ASEOWA e a UA, isto é Ébola é real mas, agora sabemos, Vós podeis evitar serem afectados pelo Ébola, Podeis Recuperar do Ébola e Podeis Contribuir na Luta contra o Ébola;

    - Preparação de entrevistas dos Líderes da UA com estações e agência, por exemplo CNBC, Canal África,105.3 Afro FM, ETV, CCTV, BBC World service Radio, BBC TV, Power FM, Anadou Turkish news Agency, SABC Radio, SABC TV, ENCA, VOA, Aljazeera TV, SCC news Agency, RFI, Africa 24, Radio 702 e Power FM;

- Manutenção de uma reacção regular de cinco minutos na sexta-feira a tarde sobre a intervenção da UA com a Estação Afro FM em Adis Abeba, Etiópia;

- Organização de 14 Conferências de Imprensa sobre a intervenção da ASEOWA e produção de vídeo de 5 minutos sobre ASEOWA;

- Resposta às perguntas dos meios de comunicação social e coordenação dos trabalhos das empresas dos meios de comunicação social contratadas pelo sector privado para assegurar o posicionamento correcto da UA;

- Organização com sucesso de uma viagem aos três Países afectados pelo Ébola com meios de comunicação social regionais e internacionais bem como os meios de comunicação social locais. Grande quantidade de fotografias e vídeos foram recolhidos para uso no futuro.

- Cobertura do envio de Voluntários da ASEOWA a Nigéria, Etiópia, Quénia, África do Sul e RDC;

- Produção de um Boletim regular intitulado “ACTUALIZAÇÃO DA ASEOWA”, a qual será feita circular aos meios de comunicação social, parceiros, membros do pessoal da UA e na via internacional website;

- Produção dos materiais de informação e advocacia, tais como a folha do facto do Ébola, o cronograma de resposta da União Africana, e a folha de perguntas e respostas sobre Ébola;

- Concepção do logo da ASEOWA, produção de cartazes autónomos, cartazes de parede e cenários de marca da ASEOWA, os quais serão usados nas reuniões, nos aeroportos nacionais, nas conferências de imprensa, etc., concepção e popularização da página web sobre a ASEOWA e

- Desenvolver uma campanha social dos meios de comunicação social no Twitter, usando a marca #UA sobre Ébola e criação e gestão de uma página Facebook especialmente sobre a intervenção contra o Ébola. Essa página será muitas vezes utilizada por outros actores tais como BBC Ébola e África contra o Ébola.

20. **Estratégia de Comunicação do PIDA:** A Comissão geriu o processo de concepção do Plano de Comunicação do PIDA ligado a 1.ª semana de comunicações do PIDA, em coordenação com a NEPAD e o Banco Africano de Desenvolvimento e apoiou todos os materiais de marca e comunicação da CUA da semana do PIDA, por exemplo brochuras, painéis, biografias da liderança.

21. **Estratégia de Comunicação do Centro Africano de Controlo de Doenças:** A Comissão produziu uma estratégia de comunicação detalhada para o CACD. Essa é uma estratégia de longo prazo que orientará toda a comunicação, divulgação da marca, relações públicas e trabalhos de sensibilização do CACD.

22. **Reformulação do Website da UA:** A CUA reformulou o seu website (au.int), usando a actual concepção, desenvolvimento e tendências de usabilidade. A disposição foi alterada para uma rolagem de páginas dividida em secções com ícones bem desenhados, gráficos, imagens e conteúdo. O fluxo de conteúdo e informação foi também reestruturado e apresentado para melhorar a experiência do utilizador e a acessibilidade à informação. A capacidade de facilmente partilhar e gostar do conteúdo do website para os canais da comunicação social é uma outra novidade. O website reformulado é receptivo, isto é, ele responde aos diferentes tamanhos de ecrã para proporcionar uma melhor experiência do utilizador de cada dispositivo (monitores de mesas, computadores portáteis, tabletes e dispositivos móveis e as suas correspondentes orientações).

23. Aumento da presença dos meios de comunicações sociais: A CUA tem usado os canais dos meios de comunicações sociais Facebook, Youtube, Flicker e Twitter para atingir as suas audiências. A CUA tem actualmente 254.000 seguidores da sua página de Facebook que demonstra um aumento de 10%

esse ano. Em 2015, Facebook verificou a conta Facebook da União Africana e isso é muito significativo porque permitirá aos utilizadores identificar facilmente a conta oficial da União Africana. A conta Twitter da UA registou 124.000 seguidores até Outubro de 2015 e isso é mais do que 50% de aumento relativamente ao ano passado. Além disso, a conta Youtube da União Africana tem 857 subscritores e mais do que 99.954 visualizações de vídeos que mostram um aumento de 50% comparado com o período similar do ano passado. Por último mas não menos importante, 1.758 fotografias foram colocadas no Flicker no ano de 2015 e o total de fotografias colocadas na conta atingiu 3.763.

24. **Transmissão ao vivo:** Desde 2013 que a transmissão ao vivo foi integrada como uma das ferramentas de comunicação da Comissão e tem sido usada para popularizar as principais actividades da CUA bem como da União. Actualmente a conta de transmissão ao vivo da CUA tem 347 seguidores e esse ano, até Outubro de 2015, 54 eventos foram transmitidos ao vivo. É meritório registar que a CUA transmitiu ao vivo 205 eventos desde que o serviço iniciou em Janeiro de 2013 e todos os vídeos de transmissão ao vivo estão disponíveis para os utilizadores mediante pedido.

25. **Disseminação das publicações da UA (Eco da UA, Agenda 2063, Manual da UA):** De forma a aumentar a consciência sobre o que a UA está fazendo concretamente, a Comissão produziu e distribuiu publicações da União Africana que promovem os programas e iniciativas continentais bem como que envolvem os Povos africanos na narrativa africana. Os principais canais que usamos para distribuição incluem as Cimeiras da UA, visitas guiadas à Sede da UA, conferências e reuniões fora de Adis, website, Outlook, etc. As publicações disseminadas são as seguintes:

- ECO DA UA: Produzido esse ano sobre o Tema do ano “Ano da Emancipação das Mulheres, Rumo a Agenda 2063 ». Significativas contribuições foram recebidas de africanos de todo o Continente e com mais do que 2.000 cópias distribuídas;

- Manual da União Africana, 2015: Durante esse ano, a Comissão com o apoio da Embaixada da Nova Zelândia produziu a segunda edição do Manual da União Africana em Francês e Inglês. Isso ampliou o conhecimento dos nossos leitores sobre a União Africana. Foram distribuídas mais do que 5.000 cópias;

- Agenda 2063: DIC imprimiu e distribuiu a visão popular da Agenda 2063.

26. **Visibilidade nos Meios de Comunicação Social:** Em 2015, a Comissão fortaleceu as suas relações com os meios de comunicação social de acordo com a sua estratégia de comunicação que apela para uma estreita relação tanto com os meios de comunicação social continentais como internacionais para promoção dos projectos da UA. A CUA assegurou o aparecimento da UA nos principais meios de comunicação social de difusão internacionais, incluindo

BBC, Al Jazeera, France 24, Voz da América, África 24, CCTV, NY Times, The Guardian, Anadou Agency (Turquia), Homens da África, Mulheres da África, etc, entre outros meios de comunicação social internacionais. A UA trabalhou também estreitamente esse ano com TVs nacionais como B One na RDC, Rádio Televisão da Guiné na Guiné, TV do Cidadão no Quénia, SABC na África do Sul, EBC na Etiópia, etc.

27. **Alta visibilidade de marca nos eventos continentais:** Conforme a Estratégia de Marca da UA, a Comissão introduziu algumas inovações, incluindo pela primeira vez cenários de marca na sala da plenária que foram inaugurados durante a Cimeira de Janeiro de 2015 e nas conferências de imprensa. A Comissão geriu e apoiou, através do seu orçamento, a marca da UA nos Jogos Africanos em Brazzaville, Congo. As principais mensagens foram "Eu sou Africano, Eu sou a União Africana" e "Eu sou Africano, a Agenda 2063 é minha". Essas mensagens foram impressas nas camisolas, chapéus, bandeiras e letreiros. 1.800 Camisolas e chapéus foram distribuídos nos Estádios durante os Jogos Africanos e também na cidade de Brazzaville pela primeira vez e assim para popularizar a União Africana.

28. **Actividades das relações públicas:** Esse ano, as pessoas demonstraram mais interesse em visitar a Sede da União Africana. Até Setembro de 2015, a UA recebeu 2041 visitantes oficiais de diversos grupos que vão de estudantes primários e universitários, funcionários dos Estados Membros da UA, várias Missões Diplomáticas, Jornalistas, entre outros, com vontade de conhecer mais acerca das actividades da Comissão. A Comissão tira vantagens dessa actividade como canal para atingir os segmentos da sua diversa audiência, parceiros estratégicos e outras categorias de intervenientes para como sublinhado na Estratégia de Comunicação.

29. **Cobertura dos Eventos:** Esse ano, a Comissão fez cobertura dos principais eventos, incluindo: Cimeiras da UA, Assembleia-geral da ONU, Cimeira África-Índia, Reunião entre Pares UA-UE, AUEOM, Conferência Conjunta UA-CEA dos Ministros das Finanças, Visita do Obama, Conferência sobre Segurança Marítima e Desenvolvimento, CTE, etc. Prestou também os seguintes serviços: convite dos meios de comunicação social, comunicados de imprensa, transmissão ao vivo, conferências de imprensa, fotografia, vídeo e meios de comunicação social (Facebook, Twitter, Youtube, Flickr).

Reunião Inaugural do CTE para Tecnologias de Comunicação e Informação

30. De acordo com a Estratégia de Comunicação da UA, a Comissão co-organizou com sucesso a primeira reunião do CTE para Tecnologias de Comunicação e Informação (CTE-CICT) que apresentou fortes recomendações sobre as vias a seguir para os canais Pan-africanos de Rádio e TV, Estratégia de Comunicação da UA e Estratégia de Marca da UA, estudando e dando contribuições e fazendo comentários para a CUA. Na reunião participaram quarenta e um (41) Estados Membros da UA.

Lançamento de novas iniciativas

31. A Comissão lançou novas adições ao seu conjunto de comunicação tendentes a criar uma União Africana centrada nos Povos. A primeira foi a produção de um Suplemento de Revista numa publicação internacional para fornecer informação sobre a União Africana a amplas audiências. A Revista a publicar o Suplemento será seleccionada na base da sua divulgação internacional e capacidade de distribuição. Espera-se que sejam produzidas mais do que 30000 cópias. O lançamento de uma Campanha de Imagem “Essa é a minha África” a ser colocada no Website da UA. Essa Campanha será feita com fotografias de cidadãos africanos que mostram as suas vidas quotidianas e que os tornam orgulhosos por serem africanos.

Resultado 7

Capacidades Institucionais e relações com as CER, Órgãos e Parceiros

---

Capacidades Institucionais e desenvolvimento da CUA

1. Vinte e cinco anos após o marcante *Relatório do Secretário-geral sobre as Mudanças Fundamentais que se registam no Mundo e as suas Implicações para África* do Secretário-geral Salim Ahmed Salim em 1990, a transformação da nossa União e dos seus pilares de construção, as Comunidades Económicas Regionais continuam ao ritmo acelerado. Esse Relatório apelou para soluções africanas para os problemas africanos, reflectido hoje em como as CER lidam com desafios da Epidemia do Vírus do Ébola até a ameaça do terrorismo, assuntos de paz e segurança nas suas Regiões bem como as suas inovações sobre integração económica e livre circulação de pessoas. Ela encontra expressão na incipiente Arquitectura Africana de Governação e no Parlamento Pan-africano e na madura Arquitectura Africana de Paz e Segurança e seus órgãos judiciais. E isso está espalhado no trabalho e crescente capacidade da Comissão da UA de representar a União, coordenar e monitorizar a implementação das suas Decisões e defender os seus interesses, incluindo no cenário global.

2. A continuação da tarefa de melhoria, construção e renovação das instituições africanas para mais efectivamente servir as aspirações dos Povos africanos de uma melhor vida, exige constante atenção. Por isso, durante 2015 trabalhos continuaram sobre as capacidades institucionais e outras necessárias para implementar a Agenda 2063 que inclui o projecto de reestruturação da CUA trabalhos para racionalização das Cimeiras da UA, criação de Comités Técnicos Especializados, envolvimento com as CER e Agência da NEPAD sobre divisão dos trabalhos de implementação e coordenação e engajamentos com os Parceiros Estratégicos da CUA, BAD e UNECA sobre cooperação nas principais prioridades continentais.

3. A situação do financiamento dos Órgãos da União Africana, agências especializadas e programas permanece um desafio, especialmente na crescente situação económica e fiscal que muitos Países enfrentam. Apesar da Decisão da Cimeira de Janeiro de 2015 sobre as Fontes Alternativas de Financiamento, as contribuições dos Estados Membros desse ano apresentaram um distinto desafio para a Comissão com contribuições tardias, altos níveis de contribuições em atraso e não pagamentos. A comissão introduziu medidas de austeridade para assegurar que os poucos recursos disponíveis para os programas sejam usados prudentemente mas, com certeza podemos fazer melhor. A nova fórmula da Escala de Avaliação pode enfrentar dificuldade em 2016 e o Conselho Executivo precisa deliberar sobre esse assunto.

4. Durante a maioria de 2015, muito dos processos de negócios da CUA com recursos nos serviços dos Departamentos foram virados para os esforços da UA contra o Ébola através da ASEOWA. Além disso, para os trabalhos de coordenação e de funcionamento pelo Departamento dos Assuntos Sociais e Departamento de Paz e Segurança, sobre isso o Departamento dos Serviços Médicos forneceu uma unidade de quarentena para os casos de Ébola bem como todos voluntários habilitados e formados da ASEOWA antes do envio. O Departamento de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade fez a gestão financeira dos 56 milhões de USD para operação ASEOWA e o Departamento da Administração e dos Recursos Humanos realizou o processo de contratação de mais de 800 voluntários da ASEOWA.

5. Porém, os Departamentos da CUA lograram trabalhar sobre a vasta maioria dos resultados planeados no contexto das suas operações quotidianas. Além disso, a agenda de reformas dos principais processos de negócios progrediu de acordo com o plano que contribuiu para atingir o resultado 7, usando três diferentes estratégias: reforço da governação corporativa e gestão da União Africana; melhoria da eficiente de funcionamento na CUA e redução dos custos de funcionamento.

Actividades de reforço da governação corporativa

6. ***Boa gestão financeira:*** Na sequência da adopção do IPSAS, a União Africana produziu o seu primeiro Padrão Público Internacional de Contabilidade (IPSAS) que obedece as declarações financeiras em 2015 que foram auditadas pelo Conselho de Auditoria Externa da UA que integra os Chefes das instituições supremas de auditoria dos Estados Membros. Com esse cumprimento, a União iniciou um processo de transparência e de contabilidade de mais alto nível. A Comissão criou a Gestão de Empréstimos e Planificação de Negócios SAP e Consolidação de Módulos para melhorar a gestão dos recursos dos Estados Membros e dos Parceiros. Isso assistirá também na introdução de inovação no processo de preparação do orçamento da UA. Os módulos serão testados no processo de preparação do orçamento de 2017.

7. ***Boa governação da gestão:*** Em cumprimento dos princípios de boa governação e de prestação de contas em geral e das disposições do Regulamento do Pessoal da UA em particular várias directivas de política administrativa e de recursos humanos foram formuladas tendentes a clarificar as políticas para melhor governação e prestação. Um total de onze (11) políticas foram formuladas e a implementação iniciará em Dezembro de 2015. Elas incluem entre outras o seguinte:

- Código de Ética e Conduta da União Africana que implementa o existente Regulamento do Pessoal, definindo os valores fundamentais da União e estabelece os principais princípios éticos;

- Política sobre assédio que define o que é assédio e indica as vias formal e informal para tratar dos casos de assédio;

- Política de Recrutamento e de Selecção de Pessoal que fornece um mais efectivo, eficiente e transparente sistema de selecção e recrutamento, novas ferramentas e processo de reforço quando aplicáveis para recrutamento;

- Política de Tecnologia de Informação que estabelece as directivas para aplicação e uso de sistema de gestão de informação;

- Políticas sobre a compensação e benefícios do Pessoal que fornece um novo e adaptado Esquema de Compensação da UA tendente a atrair e reter talentos. A CUA está também alterando o seu seguro de vida e prestador de serviço de pensão de acordo com as Decisões da Cimeira dos Chefes de Estado com objectivo de reforçar os planos de benefícios do Pessoal. Esse conjunto de políticas foi iniciado em 2015 e espera-se que estejam finalizadas até Março de 2016;

- Padrão de procedimentos de funcionamento para todos os principais processos foi devidamente documentado e operacionalizado que já conduziu ao processo de melhorias.

Actividades para Melhorar a Eficácia de Funcionamento

8. A CUA iniciou um projecto de reestruturação global da Comissão e de outros Órgãos com vista a reforçar a capacidade da CUA para atingir os objectivos estratégicos da UA e a implementação da Agenda 2063. Na sequência da Decisão do Conselho Executivo, de Julho de 2015, o mapeamento dos processos de todas as Unidades foi realizado de acordo com os objectivos da Agenda 2063 e do seu 1.º Plano de Implementação de Dez Anos. Workshops de validação foram realizados com os Departamentos a envolver os intervenientes internos e externos, incluindo os Estados Membros. O documento final de reestruturação será submetido para análise dos Órgãos Políticos. A reestruturação da Divisão dos Recursos Humanos já foi feita, transformando as funções dos RH para ser mais orientadas para os clientes. Oito recursos humanos generalistas foram nomeados para apoiar os Departamentos e Escritórios da CUA. Eles realizam tarefas completas ligadas as férias, contratos, desempenho, pedidos, seguros e benefícios. Processos de recrutamento mais funcionais, transparentes e envolventes foram introduzidos para os quais padrões de procedimento de funcionamento estão actualmente sendo finalizados. Reuniões regulares foram institucionalizadas para a gestão de se comunicar com o Pessoal e trocar reacções e sugestões para reforço dos processos dos assuntos fundamentais da CUA.

9. Uma Estratégia de Aprendizagem e Desenvolvimento da CUA foi aprovada em Setembro de 2015 no quadro do mecanismo de competência da CUA para apoiar as iniciativas de desenvolvimento de competências. Dez actividades de formação foram realizadas para construir e transformar as capacidades técnicas

e de liderança de todos os gestores. As soluções de aprendizagem e desenvolvimento da CUA serão realizadas no contexto da Academia Africana. Visitas entre Pares foram realizadas as Academias Parceiras tais como Escola Nacional de Administração, Organização Internacional da Francofonia, Escola de Administração da União Europeia, Comissão Europeia, Universidade da Cidade do Cabo, Escola Governamental Kennedy de Harvard. A Academia será inaugurada a margem da Cimeira de Janeiro de 2016. A Academia promoverá uma orientação afro-centrica baseada numa série de formações e programas de orientação sobre o Pan-africanismo. Uma Estrutura Piloto da Academia será testada a partir de Dezembro de 2015 seguido da contratação de pessoal de apoio da Academia.

10. **Revisão do Regulamento do Pessoal:** A Agenda de reformas da Comissão continuará em 2016 onde o Regulamento do Pessoal da UA (SRR) será revisto na base da análise das lacunas realizada em 2015. Essa revisão destina-se a fornecer mais e melhor gestão transparente e prestação de contas dos Membros do Pessoal e da Organização no geral. O novo SRR trará também flexibilidade em termos de gestão das carreiras e planificação da sucessão e complementado com um Sistema de Compensação adaptado da UA e todos impulsionarão a capacidade da UA para atrair e reter talentos. Uma política revista de avaliação do emprego será emitida para complementar a nova estrutura.

Actividades para reduzir os custos de funcionamento da CUA

11. Novas tecnologias foram introduzidas para reduzir o tempo e os custos na prestação dos principais serviços no seio da Comissão. Elas incluem: Sistema SAP de Gestão de Fluxo de trabalho dos contratos que monitoriza os contratos do Pessoal da CUA; um novo Modelo de Funcionamento dos RH, incluindo uma Central de Ajuda online para gerir prontamente os pedidos do Pessoal. Foram criados mecanismos de contratos para permitir envio em tempo da tradução e serviços de interpretação. Similarmente, o tempo para preparação dos contratos reduzirá até 70%.

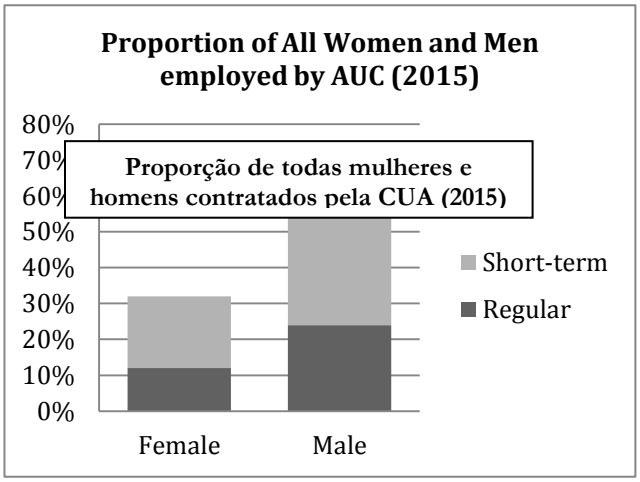
12. O aumento dos Sistemas de Fluxos de Conferências fará baixar o tempo necessário para processamento de documentos e pedidos de reuniões até 80% enquanto o reforço de verificação de qualidade será até 90 porcento. Os Serviços de Conferência deram mais um passo para tornar-se papel inteligente com a introdução do Sistema DVD que fez reduzir a necessidade de papel durante as duas Cimeiras realizadas em 2015 até 40 porcento. No mesmo sentido, dispositivos inteligentes em forma de Flip embutido nos laptops para uso dos Participantes serão brevemente introduzidos. Após a actualização dos seus equipamentos de impressão, 80 porcento das publicações da CUA são impressas internamente e assim fez baixar significativamente a taxa de pagamento a terceiros.

13. As Conferências introduziram também 8 Painéis de Exibição em locais proeminentes que mostram actualizações diariamente sobre os programas das

reuniões, incluindo datas e locais para melhorar a linha de comunicação com os Participantes e acrescentar valor à política de conferências inteligentes.

Integração do Género na Comissão

14. Uma avaliação da integração do género no seio da Comissão foi realizada. Baseada na qual a Comissão deu sérios passos para realizar o seu compromisso para com a paridade do género em 2015. Para começar, práticas sensíveis ao género foram institucionalizadas para maximizar a possibilidade de atrair mulheres qualificadas para preencher cargos no esforço de atingir a paridade do género entre os funcionários da Comissão. Como resultado, a proporção de mulheres em cargos profissionais no pessoal da CUA quase duplicou esse ano para ser de 30% comparado com cerca de 15 % em 2014.



15. Em 2015, 32 porcento de todo o pessoal da CUA são mulheres. Cerca de 37,5 porcento das mulheres empregadas estão nos cargos regulares enquanto 35 porcento apenas dos homens empregados na CUA estão em cargos regulares.

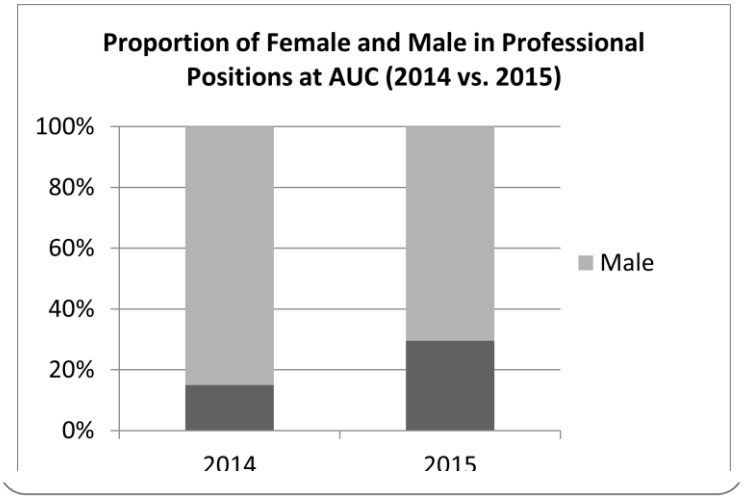
16. O conhecimento da integração do género foi impulsionado através da formação e assistência técnica entre os Departamentos. Os Pontos Focais do Género foram nomeados os quais são responsáveis pelo asseguramento da integração do género nos planos de trabalho do departamento e individuais. Progressos sobre a integração do género foram registados na CUA através de um sistema de indicadores de forma a assegurar que CUA atinja as suas metas de representação equitativa de ambos géneros.

17. A paridade de género nos cargos de gestão melhorou ligeiramente em 2015, em comparação com o ano de 2014. A Figura (xx) mostra a mudança a favor das mulheres nos cargos de chefia ao nível das divisões. Ao nível dos directores, até 31 de Dezembro de 2015, a lacuna em termos de género entre homens e mulheres nos cargos parece ser próximo, com seis homens e seis mulheres nos cargos de directores na CUA. Esse facto deve-se principalmente às vagas existentes, conforme se indica abaixo:

DIRECTORES DO SEXO FEMININO	DIRECTORES DO SEXO MASCULINO	VAGAS (razões para o abandono)
Secretária-geral (Mali)	Conselheiro Jurídico (África do Sul)	Economia Rural e Agricultura (m: reformado)
Chefe de Pessoal (Zimbabwe)	Assuntos Políticos (Lesoto)	Comunicações e Informação (f: reformada)
▪ Gestão de Conferência e Publicações (Argélia)	Administração e Recursos Humanos (Chade)	Infra-estruturas e Energia (m: reformado)
Auditoria Interna (Zâmbia)	Assuntos Económicos (Cote d'Ivoire)	CIDO (m: reformado)
Comércio e Indústria (Suazilândia)	Assuntos Sociais (Nigéria)	Paz e Segurança (m: nomeado pelas Nações Unidas)
Género (Guiné)	Serviços Médicos (Gâmbia)	Planeamento Estratégico (m: falecido em 2015)
		Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia (m: nomeado pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento)
		Programas, Orçamento e Administração Financeira (m: nomeado pelas Nações Unidas)

Planificação, monitorização, avaliação e gestão de conhecimentos

18. A Comissão continuou os seus esforços para ligar e envolver os Centros de Excelência do Continente com vista a reforçar a sua capacidade de análise de decisão política baseada nas evidências e na necessidade de monitorizar constantemente as perspectivas de tendências a luz da implementação dos Dez Primeiros Anos de Implementação da Agenda 2063.



19. Na sequência da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.894 (XXVII), a Comissão da União Africana iniciou um processo para mapear a Agenda 2063 – Primeiros Dez Anos do Plano de Implementação para a Estratégia de Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA) e Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A SHaSA fornece regularmente informação estatística sólida e actualizada e de uma maneira oportuna em apoio a formulação de política e tomada de decisão que cobre todos os aspectos do desenvolvimento e integração. Um Comité Permanente foi criado que supervisionará os trabalhos de preparação desse mecanismo de avaliação. O Comité Permanente integra a Comissão da União Africana (CUA) Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA, Banco Africano de

Desenvolvimento (BAD), Fundação Africana de Reforço de Capacidades (ACBF) e o Simpósio Africano sobre Desenvolvimento das Estatísticas (ASSD). Os Indicadores juntamente com as fontes e a cobertura foram produzidos e validados pelo Grupo Multidisciplinar de Peritos.

20. A Comissão envolveu também as CER com vista a alavancar as boas práticas de monitorização e de avaliação no seio da CUA e entre as CER para reforçar os seus papéis na implementação dos Primeiros Dez Anos do Plano de Implementação da Agenda 2063. Várias reuniões foram convocadas com as CER para facilitar a troca de experiências sobre os existentes sistemas de M e A/iniciativas no seio da CUA e das CER. Um Comité Especial foi formado e será presidido por uma das CER. Esforços foram também consentidos para alinhar as SDG a Agenda 2063 como um mecanismo continental.

21. A Comissão continuou os seus trabalhos de fornecimento de conhecimentos e de informação através das actividades de gestão de conhecimentos. Mais de 2200 utentes de uma ampla gama da sociedade tiveram acesso aos nossos serviços de biblioteca com mais de 100 pessoas realizando investigação de ensino superior que usam as nossas instalações. A Comissão elaborar um Portal de Conhecimentos Africanos com vista a efectivamente server o Continente especialmente a luz da Agenda 2063.

22. Relativamente aos Arquivos da UA, a Comissão continua trabalhando sobre a criação de sistemas para recolher documentos e registos, preservá-los e torná-los acessíveis aos utentes autorizados. Um Projecto de Política de Arquivos foi elaborado e um repositório comum partilhado pela CUA e Órgãos da UA foi criado. Nós digitalizamos também os documentos antigos que datam desde 1963 para assegurar a segura preservação da história do Continente.

Tribunal Administrativo

23. O Tribunal Administrativo da UA foi reconstituído e começou, pela primeira vez, em aproximadamente uma década para apreciar os assuntos pendentes. O Escritório do Conselheiro Jurídico representou a Comissão da União Africana e defendeu oito (8) assuntos durante a Sessão do Tribunal Administrativo de 5 a 16 de Outubro de 2015, realizada na Comissão em Adis Abeba, Etiópia. Os Juízes do Tribunal Administrativo tomaram decisões em 26 de Outubro de 2015. Um relatório detalhado da Sessão será fornecido pelo Secretariado do Tribunal Administrativo.

Subcomité do CRP para os Acordos de Sede

24. Nos termos da Decisão do Conselho Executivo sobre o Subcomité relativo a Sede e os Acordos de Acolhimento (EX.CL/Dec.877 (XXVII), datada de Junho de 2015, O Comité de Implementação da Sede presidido pelo Escritório do Conselheiro Jurídico (GCJ) juntamente com o Gabinete de Protocolo da Comissão da União Africana e o Departamento da Administração e Gestão dos

Recursos Humanos foi convocada uma reunião conjunta com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federal Democrática da Etiópia para discutir as questões de acolhimento tal como solicitado pelo Conselho Executivo. Uma reunião do Subcomité foi convocada em 20 de Novembro de 2015 para rever a situação da implementação da decisão do Conselho Executivo e o relatório será submetido aos Órgãos Políticos.

Preparativos para eleição dos Órgãos e da Comissão da UA em 2016

25. A Comissão através do Gabinete do Conselheiro Jurídico iniciou os preparativos desse processo de acordo com o Acto Constitutivo, Estatutos e outras Decisões dos Órgãos sobre esse assunto. Existem relatórios separados sobre as duas eleições a serem realizadas em Janeiro de 2016 enquanto para as eleições dos Comissários em Junho/Julho de 2016, o assunto será discutido pelo Painel Ministerial e um relatório será preparado para análise do Conselho Executivo.

Acreditação junto da União Africana

26. A Comissão tem continuado a assegurar que as relações com Estados não africanos e outras Organizações sejam estabelecidas tendo em consideração o supremo interesse da União. A esse propósito, de acordo com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios para concessão do Estatuto de Observador e para um sistema de acreditação no seio da União Africana (Critérios), adoptados pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, a Comissão continuou recebendo e analisando pedidos de acreditação de vários Estados não africanos e Organizações. Os seguintes foram acreditados durante o período do Relatório:

- Sra. Phumzile Mlambo-Ngcuka, Directora Executiva da Entidade das Nações Unidas para Igualdade do Género e Emancipação das Mulheres (ONUMulher);
- Sr. Thomas Yanga, Director do Escritório do Programa Alimentar Mundial;
- S.E. Dr. Bisher H. Al-Khasawneh, Embaixador do Reino Hashemita da Jordânia na República Árabe do Egipto e Missão Permanente junto da Liga dos Estados Árabes;
- Embaixador K.V. Bhagirath, Secretário-geral da Associação Rim do Oceano Índico;
- S.E. Dr. Nasri Khalil S. Abujaish, Representante do Estado da Palestina junto da UA; e
- Embaixadora Susan D. Page, Encarregada de Negócios interina da Missão dos E.U.A junto da União Africana (USAU);

27. O número total de Estados não africanos e de Organizações Internacionais acreditados junto da União é agora de cento e cinco (105), isto é, oitenta e quatro Estados não africanos e vinte e uma (21) Organizações Internacionais e de Integração Regional.

Representações e Escritórios de Ligação da UA

28. Actualmente a UA possui missões/escritórios de representação permanentes em Bruxelas, Cairo, Genebra, o Escritório de Representação da África Austral no Malawi, na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque e em Washington. O papel destas missões é o seguinte: (i) promover os programas, a imagem e as decisões da União Africana e advogar para as posições e interesses africanos; (ii) representar a União Africana aos níveis multilateral e bilateral; (iii) envolver a sociedade civil, os meios de comunicação social e a diáspora em apoio às posições africanas; e (iv) facilitar e prestar apoio aos Grupos Africanos de Embaixadores.

29. As actividades da ***Missão Permanente da UA em Bruxelas*** estão principalmente centradas na implementação dos instrumentos de cooperação entre a UA e a União Europeia, nomeadamente a Estratégia Conjunta África-Europa (JAES) e o Acordo de Parceria ACP-UE. Facilitou a Reunião Anual entre Colégios, entre a Comissão da UA e a Comissão Europeia em Bruxelas, no dia 23 de Abril de 2015, bem como o seguimento dos seus resultados. A missão criou um mecanismo de coordenação/consulta com o Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas para monitorizar a implementação da JAES e o seu Roteiro para o período 2014-2017. A Missão sensibilizou, igualmente, o Grupo Africano de Embaixadores na Comissão da UA para a Cimeira de Valletta sobre Migração e participou em todas as reuniões preparatórias organizadas pela UA. Durante estas reuniões, a Missão Permanente envidou os seus melhores esforços para que os países africanos, membros dos processos de Rabat e Cartum respectivamente, falassem com uma única voz e para que defendessem os interesses de África. O diálogo com a UE sobre a questão da migração foi realizado em boa fé e num espírito de responsabilidade partilhada, tendo a Missão continuado a apelar à UE a tomar em conta as preocupações legítimas de África em relação aos direitos humanos dos refugiados, requerentes de asilo e migrantes e não abdicar da sua responsabilidade através da 'terceirização' dos processos dos refugiados e requerentes de asilo.

30. A missão de Bruxelas também organizou actividades relacionadas com a Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e os preparativos de África para as negociações sobre Alterações Climáticas na COP21.

31. Como seguimento da implementação do Acordo de Parceria ACP-UE em Cotonou, a Missão monitoriza as negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) através da participação em todas as reuniões de ACP e ACP-UE relativas aos APE, bem como em todas as reuniões de Coordenação da UA sobre APE e ajuda a harmonizar as posições dos negociadores africanos. Neste sentido, a Missão Permanente da UA em Bruxelas, em estreita colaboração com o Departamento de Comércio e Indústria, organizou e facilitou a Reunião de

Coordenação de APE que teve lugar em Bruxelas, de 17 a 18 de Outubro de 2015. Em termos gerais, o Grupo de Bruxelas participou activamente neste processo dando contribuições valiosas para o debate e propondo recomendações sobre a via a seguir para a implementação de APE para as regiões que assinaram os referidos acordos. Consequentemente, todas as preocupações manifestadas pelo Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas sobre negociações de APE, foram reflectidas na Matriz/Roteiro da UA que irá orientar as CER na implementação e/ou negociação de APE. Saliente-se que a Missão Permanente, em estreita colaboração com o Departamento de Comércio e Indústria, também facilitou a organização da Reunião Informal dos Ministros Africanos do Comércio que teve lugar de 19 a 20 de Outubro de 2015 em Bruxelas, em preparação para a 10ª Conferência Ministerial da OMC prevista para Nairobi, Quénia, de 15 a 18 de Dezembro de 2015.

32. Assembleias Parlamentares de ACP e da ACP-EU: a Missão participou regularmente nas sessões da Assembleia Parlamentar da ACP e das Assembleias Parlamentares Conjuntas ACP-UE durante o período de prestação do relatório. Como habitualmente, a Missão aproveitou a ocasião para contribuir para a harmonização das posições dos Estados-membros africanos nestas instituições com as que foram adoptados pela UA, nomeadamente em relação às questões económicas e políticas, em particular as que estão relacionadas com comércio e desenvolvimento, migração e resolução de certos conflitos em África que constituem pontos de agenda regulares nas sessões das duas Assembleias. Sempre que possível, a Missão organizou reuniões de coordenação entre o Grupo de Embaixadores Africanos em Bruxelas e os Estados Africanos da Assembleia Parlamentar Conjunta, à margem das sessões das Assembleias Parlamentares da ACP e as Assembleias Parlamentares Conjuntas de ACP-UE. Em termos gerais, essas reuniões contribuíram para a consolidação das posições africanas durante os debates dos deputados africanos com o seu Grupo de ACP e das contrapartes do Parlamento Europeu.

33. Bruxelas facilitou ainda outras actividades do Grupo de Embaixadores Africanos, monitorizou as relações de trabalho com as instituições da UE e realizou outras tarefas de representação.

34. O ano de 2015 foi um ano activo para a ***Missão da UA em Washington, DC,*** e foi marcado pela realização de marcos históricos para a Parceria estratégica da Comissão da União Africana- EUA.

35. Co-organizou o 3^{0} Diálogo de Alto Nível entre ambas as partes, que tiveram lugar em 13 de Abril de 2015. Este diálogo político continua a ser uma plataforma anual importante para aprofundar e ampliar a parceria estratégica entre a CUA e os EUA em torno dos quatro pilares interdependentes de interesse mútuo: paz e segurança, democracia e governação, desenvolvimento económico investimento e comércio e promoção de oportunidades e desenvolvimento. Nesta reunião, a Presidente da CUA e o Secretário de Estado John Kerry

assinaram um importante Memorando de Cooperação para apoiar o estabelecimento de Centros de Controlo e Prevenção de Doenças.

36. Durante esta reunião, o grande ponto de discussão foi a prorrogação do Acto de Oportunidade de Crescimento de África (AGOA) par mais 10 anos. O meço foi aprovado em Junho de 2015, três meses antes de expirar e é o período mais longo de extensão, um outro marco no relacionamento económico entre EUA e África. A Missão da UA foi fundamental na coordenação de actividades de advocacia do Grupo Africanos de Embaixadores em Washington, DC, em relação ao Governo e Congresso dos EUA e registou sucesso em reunir parceiros do sector privado, sociedade civil e a Diáspora para uma grande advocacia para uma renovação sem reservas do AGOA.

37. O ano culminou com a visita histórica do Presidente Barack Obama à Sede da União Africana em 28 de Julho de 2015, a primeira vez que um Presidente dos EUA dentro do Mandato. Foram realizadas discussões entre a Liderança da Comissão e o Presidente Obama sobre as principais iniciativas de operações de paz, saúde, revolução de aptidões, educação das mulheres e raparigas, conservação da fauna e flora bravias onde as duas partes se comprometeram a fazer realizações sustentáveis. O sucesso desta visita foi um forte testemunho dos comentários do Escritório da UA de Washington para levar o relacionamento entre a UA e EUA ao um nível mais alto.

38. Durante o período em análise, ***a Missão de Representação da União Africano para as Nações Unidas em Nova Iorque*** prosseguiu o exercício do seu mandato no âmbito do Plano Estratégico da União Africana 2014-2017. Após a apresentação do Relatório do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz (HIPPO) em Junho de 2015, o Escritório acompanhou e apresentou relatórios sobre os desenvolvimentos relativos a medidas concretas tomadas a nível das Nações Unidas para dar seguimento às recomendações do Painel. A inclusão de uma grande parte da Posição Comum Africana sobre a Revisão das contribuições às Operações da Paz da ONU para o relatório HIPPO é um desenvolvimento bem-vindo, particularmente o princípio fundamental que orienta as operações de paz da UA, bem como a base para uma Parceria UA-ONU mais reforçada. Deve-se notar que essas contribuições constituíram a base para as intervenções do Grupo Africano no Relatório.

39. O Escritório também facilitou a participação bem-sucedida da delegação da CUA à Cimeira para a adopção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015 realizada em 24 de Setembro de 2015. O Acompanhamento da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a nível nacional e regional continua a ser essencial avançar, incluindo a garantia da sua coerência com a Agenda de África 2063.

40. O Escritório continuou a coordenar as actividades do Grupo Africano do Segundo Comité (Económico e Financeiro) e acompanha da execução das decisões relevantes da União Africana que estão sob a alçada da Comissão. A prioridade particular para o escritório, é a necessidade de garantir que o Grupo Africano facilita a adopção, através da 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, duma resolução sobre o Quadro para uma Parceria Renovada da UA/ONU sobre a Agenda de Integração e Desenvolvimento de África

(PAIDA) como um sucessor do Programa de Capacitação de Dez Anos, que expira em 2016.

41. O Escritório continua a garantir um acompanhamento eficaz através dos vários mecanismos de coordenação do Grupo Africano, no Conselho de Segurança da ONU (A3) e os comités deliberativos competentes das Nações Unidas, em particular o Quinto Comité no desempenho do seu mandato de defender a Posição Comum da União Africana

42. O ***Escritório Regional da África Austral da União Africana (AU-SARO*)**, em Lilongwe Malawi, continua bastante activo no desenvolvimento de estratégias e no apoio à iniciativas de desenvolvimento económico e da integração regional nas regiões Orientais e Meridionais do continente Africano em conformidade com a agenda de integração continental da União Africana.

43. Em 2015, o AU-SARO organizou com sucesso e participou numa série de seminários regionais, de capacitação e de iniciativas de advocacia que visam ao reforço do conhecimento da UA, dos seus órgãos e dos processos assim como das políticas de tomada de decisões na região. Estes incluíram a organização de uma Cimeira Modelo, de 11 a 12 de Novembro de 2015, em colaboração com a Universidade das Mulheres em África, em Harare no Zimbabwe e o Governo da República do Zimbabwe e da publicação da sua revista intitulada "*Reforçar Políticas sobre Acção de Resposta Humanitária, Segurança Alimentar e Empoderamento das Mulheres na África Austral*"que destacou artigos sobre a Criação da Resiliência das Alterações Climáticas, a acção Humanitária para combater a fome, entendendo o empoderamento das mulheres, Acelerar a Industrialização da África Austral, bem como o Estado da implementação das Decisões, das Cartas e Protocolos da UA,

44. O UA-SARO continua a participar em programas de desenvolvimento e actividades dos Estados Membros da UA na região, dos parceiros de desenvolvimento e nos das organizações da sociedade civil.

Relações com as Comunidades Económicas Regionais

45. A Comissão colabora com Comunidades Económicas Regionais com base no Protocolo de 2008. Esta cooperação inclui uma vasta gama de questões, desde a agricultura até infra-estruturas; paz, segurança, governação e observação eleitoral, até à igualdade de género e empoderamento da mulher e uma monitorização e avaliação conjuntas da Agenda 2063.

46. A questão da óptima participação das CER na UA e o seu papel na implementação da Agenda 2063 continua a ser fundamental. O estudo da ACBF relativo à óptima divisão de tarefas entre a Comissão da UA, a NEPAD e as CER será apresentado ao Retiro do Conselho Executivo em Mekelle.

Lugar de África no Mundo e as suas parcerias globais

47. A posição e impacto da África no Mundo continuam mudando apesar de muito lentamente nas áreas tais como sua quota na produção global, incluindo manufactura, agricultura e produção de conhecimentos bem como comércio e fluxos de capital. Dados os seus recursos minerais e outros naturais e reservas, ela mantém a atenção global sobre as matérias-primas e continua exportando grandes volumes de capital através de fluxos financeiros ilícitos, predominantemente do sector privado.

48. Ao mesmo tempo, a evolução da Visão Africana de uma África Integrada, Pacífica, Centrada nos Povos e Próspera que ocupa o seu lugar de direito no Mundo e a sua Visão da Agenda 2063 para articular as Posições Comuns Africanas, e

Parcerias Globais da África

49. **Revisão das Parcerias:** A Comissão finalizou o Relatório de Avaliação em obediência da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.786 (XXIV), a qual solicitou a Comissão para realizar uma avaliação detalhada de todas as Parcerias Estratégicas da África e apresentar os resultados ao Conselho Executivo em Junho/Julho de 2014. Embora o prazo para submissão não foi cumprido devido a razões técnicas, a Comissão já submeteu o Relatório de Avaliação ao Subcomité para Cooperação Multilateral para revisão e apresentação de recomendações ao CRP e subsequente submissão aos Órgãos Políticos.

50. O exercício de avaliação identifica os desafios gerais e específicos de nove Parcerias Estratégicas[10]. Ela estabelece os princípios orientadores das Parcerias Estratégicas, sustenta a noção de equidade, complementaridade e de solidariedade e defende mais ênfase sobre os engajamentos regionais e continentais que complementa os acordos tradicionais de cooperação ao nível bilateral entre os Parceiros Estratégicos e os Países africanos individualmente. Ela identifica as mais viáveis áreas de cooperação no âmbito de cada Parceria baseadas nos princípios de vantagens comparativas e complementaridade e enfatiza a necessidade de criar monitorização, avaliação e mecanismos de apresentação de relatórios para acompanhar o processo de implementação e medir o impacto das Parcerias sobre a integração continental e agenda de desenvolvimento. A avaliação trata também da racionalização do ciclo/frequência das Cimeiras das Parcerias.

10

51. O estudo identifica que a maior parte dos planos de acção das Parcerias são demasiados ambiciosos e não racionalizados. Eles incluem um grande número de actividades, as quais não são atingíveis durante os prazos estipulados. Assim, algumas das actividades exigirão recursos humanos e financeiros adicionais caso devam ser implementadas com sucesso. Para evitar isso e reforçar a taxa de implementação, o estudo sublinha ainda a necessidade de cada Parceria concentrar sobre poucos mas viáveis e atingíveis projectos. Uma vez adoptado o Relatório de Avaliação, a moratória sobre novas parcerias imposta pelo Conselho Executivo será levantada e a Comissão, orientada pelos resultados da avaliação, pode se envolver em novas Parcerias que têm o potencial e a predisposição para apoiar a agenda continental da África.

52. **Índia-África**: Durante o período sob revisão, a Comissão organizou a 3.ª Cimeira do Fórum África – Índia em Deli, Índia, de 26 a 29 de Novembro de 2015. Na Cimeira participou um grande número de Chefes de Estado e de Governo Africanos. A 3.ª Cimeira do Fórum África –Índia adoptou a Declaração de Deli e o Documento do Mecanismo Estratégico que cobre o período entre 2015 e 2020. O Mecanismo Estratégico está num processo de ser traduzido num Plano de Acção concreto que conterá um bom mecanismo de monitorização e de avaliação. Essa Cimeira foi o primeiro exercício orientado pelo espírito de avaliação e todos os esforços foram consentidos para assegurar que os seus resultados reflictam plenamente a posição e o interesse da Parte africana.

53. **Fórum de Cooperação China – África (FOCAC)**: Similarmente, a Comissão participou na 2.ª Cimeira do FOCAC, realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 2 a 5 de Dezembro de 2015. Embora a Cimeira do FOCAC foi co-organizada pelos dois Co-presidentes, nomeadamente China e África do Sul, a Comissão fez esforços para assegurar que as posições da União Africana sejam reflectidas nos seus dois documentos – Declaração de Joanesburgo e Áreas Estratégicas de Cooperação.

54. **UA – Liga dos Estados Árabes:** A Comissão convocou também um certo número de reuniões de alto nível e consultas com os Parceiros Estratégicos a margem da 70.ª AGONU em Nova Iorque, E. U. A, incluindo a 3.ª Reunião Ministerial do Comité de Coordenação da Parceria África –Árabe a qual monitorizou a implementação das Resoluções da 3.ª Cimeira África – Árabe e as três iniciativas sobre desenvolvimento e investimento propostas por Sua Majestade o Emir do Koweit durante a 3.ª Cimeira África – Árabe, realizada no Koweit em 2013. É meritório registar que a atribuição de empréstimo concessional de 1 bilião de dólares americanos anunciada durante a Cimeira estão a ser negociada directamente com Estados-membros. Nestas reuniões, a Comissão apelou todos os outros Países do Golfo para tomarem iniciativas similares e apoiar os esforços de desenvolvimento do Continente africano. A 3.ª Reunião Ministerial deu também orientações sobre a preparação da 4.ª Cimeira África – Árabe.

55. **TICAD**: A Reunião conjunta do Secretariado da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento da África (TICAD) foi também realizada a margem da AGONU em Nova Iorque. A reunião incidiu sobre o seguimento da Cimeira TICAD V e a preparação da VI Cimeira da TICAD. A Reunião de Nova Iorque foi precedida pela do Secretariado Conjunto da TICAD e a Reunião do Comité Conjunto de Monitorização realizada em 26 de Agosto em Tóquio, Japão. É de se lembrar que o Quénia acolherá a VI Cimeira da TICAD em Nairobi na sequência das consultas entre a Gâmbia e o Quénia tal como solicitado pelo Conselho Executivo em Junho de 2015 enquanto a Gâmbia acolherá a reunião combinada de seguimento da TICAD V e a reunião de preparação da TICAD VI.

56. **Eventos das Parcerias em 2016:**Um certo número de Cimeiras e reuniões de alto nível e consultas estão planeados para 2016. Elas incluem a 4.ª Cimeira África – América do Sul, a realizar-se em Quito, Equador em Maio de 2016, TICAD VI, a realizar-se em Nairobi, Quénia em Agosto/Setembro de 2016, 4.ª Cimeira África – Árabe, a realizar-se na Guiné Equatorial em Novembro de 2016 e o 4.º Fórum África – Coreia, a realizar-se em Adis Abeba durante a primeira metade de 2016. O Fórum Anual Conjunto UA – UE e a Reunião de Altos Funcionários da Parceria África – Turquia estão também planeadas para 2016. A Comissão já iniciou os preparativos para esses importantes eventos. A Comissão assegurará que as discussões e negociações sobre questões substantivas relativas a essas Parcerias bem como os documentos finais das Sessões sejam orientadas pelos resultados da Avaliação das Parcerias Estratégicas tal como solicitado pelo Conselho Executivo em Joanesburgo, África do Sul em Junho de 2015.

Participação Africana nos Fóruns Multilaterais

57. ONU e suas Agências e reforma da ONU: A Comissão prestou apoio ao Comité dos Dez Chefes de Estado e de Governo sobre as Reformas do Conselho de Segurança durante a reunião realizada em Abril de 2015 em Livingstone, Lusaka, Zâmbia e durante a Cimeira de Junho de 2015, realizada em Joanesburgo, África do Sul. Na prossecução da Decisão da Cimeira, a Comissão submeteu um pedido para afectação de fundos para as actividades do C – 10 as quais foram aprovadas no Orçamento da Comissão para 2016.

Parte C

CONCLUSÃO

O continente está a fazer progressos e nós devemos usar as nossas conquistas para acelerar a transformação: na melhoria dos padrões de vida dos povos africanos; desenvolvimento do nosso capital humano; diversificação das nossas economias e crescimento inclusivo; desenvolvimento de infra-estruturas modernas que galvanizem o crescimento e conectem o nosso continente; uma agricultura moderna e vibrante e com sector de agro-processamento que garanta uma boa nutrição para todos e a nossa segurança alimentar colectiva e uma África que confia no potencial dos povos africanos, especialmente as suas mulheres e seus jovens e capaz de cuidar das suas crianças.

2016 foi declarado o Ano dos Direitos Humanos, com ênfase especial para os Direitos da Mulher. Durante este ano, temos de reforçar a implementação dos nossos instrumentos continentais de modo permitir que os povos africanos em todos os cantos do nosso continente desfrutem dos padrões de vida elevados, paz e a segurança bem como plenos direitos políticos, sociais e económicos.

A necessidade de construir Estados e instituições capazes e de desenvolvimento democrático, que possa liderar e executar a agenda para a transformação e integrada figura como um dos facilitadores fundamentais para a implementação da Agenda 2063. Isto inclui instituições em todos os níveis, público, privado, da sociedade civil, bem como em diferentes esferas de âmbito local, subnacional, nacional, regional e continental.

A Comissão da UA continuará a ser o ponto focal para a integração continental e deve, portanto, fazer muito mais para facilitar a execução das decisões e quadros políticos da UA, trabalhando com e fortalecendo as CER e outros órgãos da UA, mobilizando a sociedade civil e diversos sectores, e dando apoio fundamental aos Estados-membros no decurso da implementação da Agenda 2063.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2016

Annual report of the chairperson of the African union commission for the period January to December 2015

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4918

Downloaded from African Union Common Repository